



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

ORTODOXIA ECONÔMICA NAS ORIGENS DA ERA VARGAS: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

Livia Beatriz Moreira Bernardi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Livia Beatriz Moreira Bernardi em 09/03/2007 e orientada pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos.

CPG, 09/03/2007

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Pedro Paulo Zahluth Bastos", is written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat illegible.

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

<p>B456p</p>	<p>Bernardi, Livia Beatriz Moreira. Ortodoxia economica nas origens da era Vargas : continuidade ou ruptura? / Livia Beatriz Moreira Bernardi. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.</p> <p>Orientador : Pedro Paulo Zahluth Bastos. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Brasil – Política economica – 1930-1945. 2. Brasil – Política e governo - 1930-1945. 3. Brasil – História. 4. Vargas, Getulio, 1883-1954. I. Bastos, Pedro Paulo Zahluth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>07-016-BIE</p>
--------------	---

Título em Inglês: *Economics orthodoxy at the beginning of Varga's age : continuity or rupture?*
Keywords: *Brazil – Economic policy – 1930-1945 ; Brazil – Politics and government – 1930-1945 ;
Brazil- History ; Vargas, Getulio, 1883-1954.*
Area de Concentração : História Economica
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Economico
Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos
Prof. Dr. Jose Ricardo Barbosa Gonçalves
Profa. Dra. Angelita Matos Souza
Data da defesa: 09-03-2007
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Economico

Dissertação de Mestrado

Aluna: LÍVIA BEATRIZ MOREIRA BERNARDI


"Ortodoxia Econômica nas Origens da Era Vargas:
Continuidade ou Ruptura?"

Defendida em 09 / 03 / 2007

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
IE / UNICAMP



Profa. Dra. ANGELITA MATOS SOUZA
FACAMP

RESUMO

A dissertação tem por objetivo realizar uma análise sobre a recuperação da economia brasileira, baseada em uma resenha crítica das divergências interpretativas suscitadas pela controvérsia inicial entre Celso Furtado (1959) e Cláudio Manoel Peláez (1968) e (1972), estendida posteriormente por outros autores. A principal conclusão é que a política econômica na década de 1930 não pode ser entendida apenas procurando-se inferir, do resultado das políticas implementadas, ou de sua legitimação retórica, qual orientação ideológica a orientou. É necessário reconstituir o contexto histórico complexo marcado pela crise de hegemonia política local e pela crise financeira global para entender os conflitos e motivações que, sob um jogo contraditório de pressões, orientaram a política econômica para uma superação gradual (mas não linear) da ortodoxia econômica na década de 1930.

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to make an analysis of the recovery of the Brazilian economy, based in a critical summary of the divergences of interpretations excited by the initial controversy between Celso Furtado (1959) and Cláudio Manoel Peláez (1968) e (1972), extended later by other authors. The main conclusion is that the economic policy that took place during the years of 1930 can't be understood only by looking at the results of the politics implemented, or trying to understand the rhetorical that guided the ideological orientation. It is necessary to rebuild the complex historical context marked by the crisis of hegemony of the local politics and by the global financial crisis to be able to understand the conflicts and motivations that, under a contradictory game of pressures, had guided the economic policy for an overcoming gradual (but not linear) of the economic orthodoxy during the years of 1930.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de um árduo trabalho, mostrando-se como um grande desafio a ser vencido. Após longo período de estudos e pesquisas acredito que consegui vencer esta etapa.

Gostaria de fazer meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Paulo Z. Bastos, que sempre me incentivou a realizar este trabalho. Não tenho como expressar a gratidão pelas lições aprendidas ao longo de minha trajetória acadêmica, desde a graduação. Sua rica bagagem acadêmica, seu vasto conhecimento intelectual me auxiliaram a realizar reflexões mais complexas e refinadas. Agradeço, assim, por toda a contribuição de idéias, indicações, sugestões e críticas que permitiram realizar com êxito este trabalho. Acredito que sem sua orientação e dedicação não teria conseguido realizar esta dissertação, tendo diversas vezes a sensação de que foi realizada a “*quatro mãos*”...

Agradeço ao Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves e a Prof. Dra. Angelita Souza Matos; pelas sugestões e comentários pertinentes e construtivos na qualificação deste trabalho, mostrando-me diferentes questões a serem analisadas e caminhos a serem seguidos.

Agradeço também a simpatia dos funcionários da secretaria, especialmente à Cida ao Alberto; aos funcionários da biblioteca, por todo auxílio na busca por livros e revistas que muitas vezes passaram despercebidos...

Não poderia deixar de agradecer todos os professores das aulas do mestrado e também da graduação que contribuíram para minha formação acadêmica.

Por fim, gostaria também de agradecer meus pais e meus irmãos, por terem, durante toda vida, me apoiado em todos os momentos e por sempre me terem dado força e coragem para conseguir vencer nos períodos mais difíceis.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 - A Controvérsia entre Celso Furtado e Carlos Manoel Peláez: uma visão geral	7
1.1 – A interpretação de Celso Furtado	7
1.2 – A crítica de Carlos Manoel Peláez	10
1.3 - Outras críticas ao argumento de Furtado	15
1.4 - Considerações finais	16
Capítulo 2 - Discussão Temática das Questões Controversas	21
2.1 – Diversificação industrial	21
2.2 - Crítica de Peláez e o debate posterior	27
2.3 - Intencionalidade da política econômica	34
2.5 - Controvérsias em torno das políticas fiscal e monetária	50
2.6 – Considerações finais	57
Capítulo 3: A Política Econômica e a Criação de Novos Modos de Relação entre o Estado e a Economia na Década de 1930	59
3.1- A ortodoxia econômica e a crise da hegemonia liberal	59
3.2 – A construção do novo Estado e a heterodoxia econômica	70
Conclusão	85
Anexo Estatístico	89
Bibliografia	99

INTRODUÇÃO

Esta dissertação nasceu de uma inquietação antiga: por quê os economistas divergem tanto sobre um tema tão estudado quanto a recuperação com transformação estrutural da economia brasileira, na década de 1930? A divergência origina-se das diferentes formações intelectuais dos economistas que se debruçaram sobre o tema, ou do fato que o objeto é em si ambíguo, o que se manifesta na reiterada alusão ao “enigma” Getúlio Vargas, responsável pela condução do governo brasileiro no período? Ou de ambos os motivos?

A resposta a que se chega aqui é que, embora a formação teórica diferenciada dos principais autores ajude a explicar a divergência de interpretação sobre processos cujo sentido parece, pelo menos em suas origens, realmente ambíguo, uma aproximação mais rica do tema pode ser apresentada se complementarmos a contribuição dos economistas com a de outros cientistas sociais interessados em algo relativamente abstraído nas divergências originais: condicionantes mais gerais do contexto histórico, não apenas econômico mas também sócio-político, que tornam inteligíveis as motivações que colocam em processo as decisões de política econômica. Pois a política econômica teve um papel primordial para acelerar ou, em outra visão, atrasar a recuperação da economia brasileira no período. Frente ao debate, considera-se aqui que não se pode reduzir condicionantes e motivações da política econômica nem a *inputs* inferidos de seus resultados práticos, nem a orientações ideológicas ou teóricas supostamente claras e coerentes dos formuladores das decisões.

A interpretação clássica sobre a recuperação da economia brasileira na década de 1930 foi realizada por Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (1959); sujeito a críticas de Cláudio Manoel Peláez (1968) e (1972). Segundo Furtado, o governo adotou uma política de defesa do setor cafeeiro, dada sua importância, que se traduziu em uma política de fomento da renda nacional. Ao garantir os preços mínimos para compra do café, manteve-se o nível de emprego no setor externo e, indiretamente, nos outros setores ligados ao mercado interno. A manutenção da renda externa permitiu a expansão e desenvolvimento do setor industrial; a capacidade ociosa existente sustentou o nível de demanda interna, frente ao encarecimento dos preços dos produtos importados. Deslocando, desse modo, o centro dinâmico da economia para o mercado interno. Em

suma, o governo adotou uma política anti-cíclica de grande envergadura, responsável pela rápida recuperação da economia brasileira.

Na realidade, o trabalho de Furtado teve a finalidade de fazer uma síntese de longo prazo sobre as raízes do subdesenvolvimento brasileiro. Seu intuito foi explicar a rápida recuperação da economia brasileira na década de 1930; desse modo, não visou a reconstituição dos eventos e processos históricos, ou seja, não conferiu a atenção devida ao contexto histórico mais geral relacionado ao processo de tomada de decisão de política econômica.

Peláez, por sua vez, parece identificar esta lacuna da obra de Furtado. Com intuito de invalidar a interpretação de Furtado, Peláez alegou que a política econômica atrasou a recuperação, por ser motivada por uma adesão coerente à ortodoxia econômica. Sua proposta para explicar a motivação da política econômica também não parece convincente: identificar a ideologia econômica ortodoxa manifesta em algumas peças de retórica selecionadas, quando outras a rejeitam publicamente, sobretudo à medida que a recuperação se mostra bem sucedida.

O capítulo primeiro discute esta controvérsia, enquanto o capítulo segundo resenha os debates posteriores no campo dos economistas. São analisados os temas da industrialização, intencionalidade da política econômica, projeto de diversificação produtiva e superação da monocultura e, finalmente, as políticas monetária e fiscal.

Em geral, como será visto, a maioria dos autores tendeu a defender a interpretação de Furtado das críticas de Peláez, embora a qualifiquem em pontos importantes. Contudo, tendeu-se a abstrair o conflito de interesses políticos e econômicos que *influenciaram* a condução da política econômica, ou seja, concentrando análises na avaliação dos efeitos das políticas executadas, inferindo motivações a partir dos resultados das políticas (como fez Furtado); enquanto outros limitaram, como Peláez, a encontrar justificativas ideológicas coesas e coerentes para as políticas implementadas, quando a retórica foi ambígua e nem sempre coerente.

É justamente esta lacuna que a dissertação pretende examinar, no capítulo terceiro, relacionando a ambigüidade e hesitação nos rumos da política econômica no início do Governo Vargas à crise de hegemonia apontada por historiadores e cientistas sociais. Em outras palavras, considera-se de grande valia analisar o conflito de interesses políticos e

econômicos que influenciaram a execução da política econômica, naquele período de crise de estruturas e hegemonias: crise financeira global; crise da hegemonia ideológica e prática do liberalismo; crise do mercado cafeeiro; crise da hegemonia política do Partido Republicano Paulista no governo federal. Julga-se importante saber porque nem sempre o que as autoridades governamentais disseram ou escreveram, na linha da ortodoxia, correspondeu às políticas heterodoxas implementadas. Ou, ao contrário, porque a política econômica de fato adotada nem sempre foi heterodoxa, sobretudo quando era necessário manter boas relações com a comunidade financeira internacional.

Analisando os discursos professados e as notas feitas por Vargas, em seu diário íntimo, fica patente que, já em outubro de 1931, Vargas considerava conscientemente que a crise do mercado cafeeiro tinha efeitos indiretos sobre outros setores e, portanto, que a intervenção estatal sobre o mercado, fugindo mais uma vez do liberalismo ortodoxo, era condição para a recuperação do sistema econômico como um todo. Isto refuta a hipótese de que o programa de defesa do café teve efeitos indiretos que seriam absolutamente inconscientes para o executivo federal no período. Mas também mostra que, diante de pressões econômicas e políticas emergenciais, o presidente não era tolhido por legados intelectuais ortodoxos e, na prática, pelas recomendações ortodoxas feitas pelos credores externos e advogada internamente por aqueles que consideravam fundamental preservar a credibilidade do novo regime perante os centros financeiros internacionais. Desse modo, esta dissertação enseja colaborar para a superação de algumas das lacunas identificadas no debate sobre a economia brasileira no período, de modo a articular a análise dos economistas ao contexto histórico mais geral que atribui sentido às decisões de política econômica, para além da lógica de sua retórica.

Tradicionalmente, a ortodoxia de política econômica esteve relacionada aos interesses da comunidade financeira internacional, leia-se: credores externos que exigiam a adoção de políticas que privilegiassem o pagamento da dívida externa, como contração do crédito, superávit fiscal primário e valorização cambial. No entanto, ao ensejar incorporar ao novo pacto político federal os interesses voltados ao mercado interno, que necessitavam de aumento do gasto público e do crédito, o governo experimentou pressões para realizar uma política heterodoxa.

A hipótese do trabalho é que o impasse foi superado à medida que a recuperação econômica assumia novas bases, o regime político se consolidava, e, nas palavras de Bastos (2001, p. 170), até que o governo brasileiro deixasse de agir *pr'á inglês ver*, ou seja, “até que ficasse claro qual a profundidade da ruptura dos mercados internacionais de capitais ao longo dos anos trinta”.

Assim, não pode alegar-se que as decisões tomadas eram *inconscientes*, ou seja, reflexo ou simples subproduto das políticas de defesa do café, uma vez que as autoridades governamentais estavam cientes dos efeitos da política cafeeira sobre os demais setores da economia. No entanto, o abandono da ortodoxia ocorreu lentamente, acompanhando a crise internacional, o deslocamento do centro dinâmico, e a construção de um novo pacto político reagindo às várias pressões que o governo buscava incorporar ou neutralizar.

Deve-se lembrar que Vargas assumiu o poder em meio a uma crise política aberta, sendo necessário estabilizar o novo regime político em meio ao conflito entre forças políticas heterogêneas em busca de expressão na estrutura de poder, reflexo de uma crise de hegemonia patente em que nenhuma classe social ou fração de classe conseguiu suceder a hegemonia da burguesia cafeeira. Isto permitiu que o grupo executivo em torno de Vargas tivesse autonomia relativa para arbitrar entre interesses específicos de grupos políticos e frações de classes sociais, sem que algum deles fosse hegemônico. A condução da crise de hegemonia permitiu que gradualmente fosse sendo moldado um novo modelo de relação entre o Estado, economia e sociedade; além de novos mecanismos de representação de interesses que passaram pela criação de órgãos executivos de políticas setoriais.

Essas inovações político-institucionais foram possibilitadas não apenas pelo novo equilíbrio entre forças políticas, mas pela adoção de políticas econômicas muitas vezes não tradicionais, originárias desse novo modo de relação entre o Estado e a economia. Nas palavras de Bastos (2007, p. 14), “as inovações da política econômica se relacionavam dialeticamente com as inovações político-institucionais: ambos os processos de mudança se reforçavam, como se o avanço de um fosse condição do avanço do outro, arrastando-se mutuamente em uma dinâmica quase irresistível que mudou radicalmente a economia, o Estado e o modo de sua relação em pouco mais de uma década”.

Deste modo, tanto as ações econômicas quanto as inovações institucionais foram respostas graduais aos novos problemas e entraves colocados pela crise econômica e

política. O agravamento da crise, o êxito das políticas de recuperação, e a canalização das pressões políticas favoráveis ao aumento do gasto federal, originárias de todas as regiões do país, não consentiram o retorno aos antigos instrumentos e métodos de política econômica, especialmente quando a influência dos credores externos enfraquecia. Assim, fica patente a intencionalidade e a consciência do governo, tanto nas políticas voltadas aos diversos setores agro-industriais regionais, quanto ao adotar as medidas a favor da expansão industrial, que obteve significativa taxa de crescimento após 1933.

Em outras palavras, a construção desse novo Estado forçou o abandono, gradativo mas decisivo, dos pressupostos ortodoxos e aprofundou a ruptura com os interesses financeiros que o defendiam; exigindo iniciativas políticas e econômicas com finalidade de recuperar os diferentes ramos econômicos, permitindo transformações graduais no aparelho econômico, graças às alterações institucionais ocorridas no interior do Estado, e vice-versa.

Portanto, o governo passaria a incorrer em novas exigências financeiras e de investimento, que reforçaram a tendência a adotar uma política anti-cíclica, baseada na expansão monetária e alargamento do crédito, com intuito de atender as necessidades de gasto do Estado, até mesmo para a compra de café para estocagem e possível destruição...

Este processo encontrará um ponto de viragem significativo quando o Estado conseguir romper com os interesses financeiros tradicionais que podiam constranger a recuperação e o teor da política econômica, o que só foi possível em 1937, ao declarar-se a moratória da dívida externa em conjunto com o golpe de 1937, que culminará na criação do Estado Novo – momento em que o conjunto de transformações ocorrem com mais fôlego.

Com se afirmou, o capítulo primeiro, a seguir, discute a controvérsia entre Furtado e Peláez; o segundo discute os debates no campo dos economistas; e o terceiro incorpora sobretudo contribuições de outros cientistas sociais para oferecer uma síntese que pretende complementar a interpretação dos economistas na linha indicada acima. Por fim, a dissertação é concluída com uma breve síntese de seus resultados.

CAPÍTULO 1 - A CONTROVÉRSIA ENTRE CELSO FURTADO E CARLOS MANOEL PELÁEZ: UMA VISÃO GERAL

A matriz das interpretações sobre a recuperação e mutação da economia brasileira nos anos 1930, na bibliografia econômica brasileira, encontra-se nos argumentos de Celso Furtado e nas críticas feitas por Carlos Manoel Peláez. Neste capítulo, os argumentos centrais da controvérsia original são apresentados, buscando identificar pontos de divergência que foram sujeitos, posteriormente, ao debate teórico e à pesquisa empírica entre economistas. No próximo capítulo, faz-se um balanço da bibliografia econômica posterior, visando apontar avanços e lacunas frente ao debate original.

1.1 – A INTERPRETAÇÃO DE CELSO FURTADO

A interpretação clássica sobre a recuperação e mutação da economia brasileira na década de 1930 foi apresentada por Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (1959). O objetivo deste capítulo é rever as opiniões do autor sobre os efeitos da Crise de 1929 e sobre as políticas adotadas que levaram à recuperação econômica.

Em relação às políticas executadas com objetivo de vencer a crise pode-se desagregar a interpretação de Furtado em dois aspectos, ou seja, (a) o impacto da crise cambial na defesa do setor exportador e no processo de substituição de importações, e (b) a preocupação do governo com a defesa da renda privada, que se traduziu na adoção da política heterodoxa de defesa do café.

Políticas de recuperação da economia brasileira

Furtado alega que a Grande Depressão, levando à brusca redução do preço internacional do café e à falência do sistema de conversibilidade, acarretou a desvalorização da moeda nacional, aliviando parcialmente a situação do setor cafeeiro e ao mesmo tempo incentivando-o a continuar a colher café. Isto porém geraria nova queda nos preços, agravando a crise. Assim, o autor argumenta que não era mais possível utilizar o mecanismo cambial como instrumento de defesa efetivo da economia cafeeira, em razão da grave deflação dos preços internacionais (maior que o aumento da taxa de câmbio). Deixar

o café apodrecer nos pés, por outro lado, significaria aceitar o impacto extremamente recessivo da crise sobre o complexo cafeeiro e a economia brasileira em geral.

Sendo assim, tornou-se necessário evitar que os estoques invendáveis pressionassem o mercado levando a uma diminuição ainda maior dos preços. O autor considerou que, diante da escassez de financiamento externo, estes estoques só poderiam ser financiados através de recursos controlados internamente. Por um lado, poder-se-ia utilizar parte dos recursos obtidos com a exportação do café, retendo-os para financiar a estocagem; por outro, havia a possibilidade de expandir a oferta de crédito interna.

Mas não bastaria retirar do mercado o excedente e estocá-lo, porque este não seria vendido no curto prazo, uma vez que a produção seria suficiente pelo menos para os dez próximos anos. Assim, a destruição de pelo menos parte da produção parecia uma solução óbvia e através disso poder-se-ia restabelecer um equilíbrio entre oferta e demanda, elevando os preços do produto e aliviando a situação cambial.

Contraditoriamente, Furtado alega também que o programa de compra agravou o desequilíbrio externo e a depreciação cambial (“socializando perdas” ao encarecer importações), ao ser financiado com expansão monetária. A fragilidade deste argumento é ser contra-factual, uma vez que não se pode conhecer o comportamento da taxa de câmbio caso o governo não interviesse sobre o mercado cafeeiro. De início, não há como medir o impacto efetivo do programa de defesa do café sobre o agravamento do desequilíbrio externo (pois não se pode saber o quanto a queda das importações foi contida graças à expansão do crédito), e compará-lo com o impacto favorável sobre os preços do produto e, portanto, sobre a geração de receitas cambiais (pois não se pode saber o quanto a queda dos preços foi contida graças à política governamental).

Seja como for, a política de retenção e destruição teve como objetivo proteger o setor cafeeiro. Ao garantir preços mínimos para compra, manteve o nível de emprego do setor exportador e mesmo de outros setores, devido ao efeito multiplicador da renda sobre o gasto autônomo inicial. Em suma, em meio à Grande Depressão, a política de defesa do café se traduziu em um programa de fomento da renda nacional.

Aos poucos, a demanda externa perderia espaço para a demanda interna como elemento dinâmico do sistema econômico. O setor industrial, substituindo importações encarecidas, sofreria pouco com a crise, recuperando em 1933 o mesmo nível de atividade

de 1929. O setor teria sido responsável pela sustentação dinâmica do nível de demanda, implicando aumento da taxa de rentabilidade das atividades ligadas ao mercado interno. Isto se deu ao mesmo tempo em que houve queda nos lucros do setor exportador, tornando o setor interno mais atrativo que o externo, desviando capitais que antes seriam investidos neste setor.

Para atender à demanda, na primeira fase de expansão, utilizou-se a capacidade ociosa existente nas indústrias. Utilizando-se esta capacidade instalada, a rentabilidade do capital aplicado era maior, gerando os recursos necessários para expansão subsequente dos investimentos. Estas indústrias também aproveitaram a possibilidade de adquirir equipamentos de segunda mão dos países centrais, a preços menores. Ademais, o crescimento da demanda por bens de capital, em razão da expansão da produção voltada ao mercado interno e ao aumento dos preços dos produtos importados devido à desvalorização da moeda, criaram condições propícias para a instalação e desenvolvimento de uma indústria de bens de capitais no país.

“É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindo de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão de sua capacidade produtiva”. (C. Furtado, 1977, p. 199).

Em resumo, Furtado argumenta que o rápido crescimento industrial do país deveu-se à manutenção da renda do setor externo, que sustentou a demanda interna, atendida pela capacidade ociosa existente, em contexto de aumento de preços dos produtos importados. Assim, o crescimento industrial se tornou centro dinâmico no processo de criação de renda, reagindo à crise do setor exportador e à crise cambial resultante.

A heterodoxia na defesa estatal da renda privada

Em suma, Furtado argumenta que o governo federal se responsabilizou pela defesa do setor cafeeiro, adotando uma política de compra do excesso de produção para estocagem e eventual destruição, dada a importância e o peso desse setor para economia como um todo. Ao garantir preço mínimo de compra do café, mantinha-se o nível de emprego no setor exportador e, indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno.

A política de defesa do setor cafeeiro se traduziu em um programa de fomento da renda nacional: ao comprar o excesso de produção, o Governo evitou que a queda do nível de renda fosse maior do que seria caso houvesse uma redução nos preços. Ou seja, realizou-se uma política anti-cíclica de grande envergadura.

“Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia” (idem, p. 191).

Uma questão importante tratada por Furtado foi a do financiamento do programa de sustentação do café, feito por meio da expansão de crédito interno. A compra dos estoques de café significaria criação de renda adicional *ex nihilo*. Ou seja, ao injetar recursos na economia para compra, estocagem e destruição de café, o governo criava poder de compra que compensaria a redução dos gastos privados. Logo, evitou-se uma queda maior da demanda nos setores que indiretamente dependiam da renda gerada pelas exportações. Para o autor, a recuperação econômica não se deveu a fatores externos e, sim, à política de fomento seguida inconscientemente no país, como subproduto da política de defesa do café.

Em suma, Furtado defende que as políticas adotadas pelo governo com objetivo de evitar a crise foram responsáveis pela rápida recuperação da economia brasileira, enquanto que países de estrutura econômica similar à brasileira, tendo adotado políticas mais ortodoxas que rejeitavam a intervenção pública anti-cíclica, se encontraram ainda em estado depressivo em 1937. Deste modo, heterodoxia na política econômica, e deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno, se vinculavam no argumento de Furtado para explicar a recuperação com transformação da economia brasileira na década de 1930.

1.2 – A CRÍTICA DE CARLOS MANOEL PELÁEZ

A interpretação de Celso Furtado foi sujeita à crítica de Carlos Manuel Peláez. O autor pretendeu resumir a interpretação de Furtado em dois argumentos. O primeiro, o *argumento da recuperação*, expõe o mecanismo por meio do qual a Crise de 1929 afetou o

Brasil, e as políticas adotadas para a rápida recuperação da economia brasileira. O segundo, o *argumento da transferência*, discute a formação de um mercado interno para a indústria nacional a partir das políticas adotadas pelo governo.

Argumento da recuperação

Assim Peláez sintetiza o argumento de Furtado: a Grande Depressão influenciou o Brasil por meio da redução do lucro no setor exportador, o que afetou negativamente a renda nacional. A política de garantia de preços mínimos levou à acumulação de estoques de café, cujos excedentes foram adquiridos pelo governo. Com intuito de evitar que o excesso de café afetasse seu preço no longo prazo, o Governo decidiu por destruí-lo. Em razão da impossibilidade de obter empréstimo externo para financiar a incineração, recorreu-se a emissões monetárias para expandir o crédito interno. O déficit orçamentário, por meio de seu efeito multiplicador, permitiria que a economia recuperasse o nível do pleno emprego.

Em relação ao argumento da recuperação, Peláez (1972) faz quatro críticas à interpretação de Furtado:

- (a) considera que o fundo da Depressão mundial ocorreu em 1931 – 1932, ao invés de 1933; e que a Depressão abateu os Estados Unidos em março de 1933 e não em 1934;
- (b) discorda em relação ao limitado efeito da depressão mundial no Brasil, julgando-o semelhante ao sofrido pelos EUA;
- (c) alega que não se pode afirmar que a renda monetária foi mantida em níveis elevados durante a Depressão, tendo estagnado em patamar baixo;
- (d) julga errônea a interpretação de Furtado em relação às finanças do governo, alegando que foi adotada uma política fiscal ortodoxa, distante da ditada por Keynes.

No tocante ao comportamento da renda monetária, Peláez alega que esta teria permanecido estagnada durante a Depressão, apresentando a tabela abaixo. Ademais, a renda disponível (líquida de impostos) teria sido ainda mais afetada do que a renda bruta, devido ao aumento dos impostos decorrentes das novas taxas unitárias federais incidentes sobre o café. Em relação à renda cafeeira, o único ponto que Peláez concorda com Furtado

é que esta teria permanecido em patamar elevado no período. No entanto, estes níveis maiores não teriam ocorrido em virtude da pirâmide keynesiana, e sim a fatores, como julga o autor, “desconhecidos”.¹

*Tabela 1: Brasil, contas referentes à renda do setor cafeeiro, 1928 - 1939
(milhões de cruzeiros correntes)*

Anos	Exportações	Vendas internas de café	Programa de sustentação do café	Receita bruta do café	Impostos federais	Impostos estaduais	Renda disponível do café
1928	2.840,40	793,80	-	3.634,00	-	134	3.500,00
1929	2.740,10	741,60	-	3.481,70	-	135,1	3.346,00
1930	1.827,60	426,60	720	2.974,20	-	120,3	2.853,90
1931	2.347,10	381,90	372	3.101,00	-	307	2.794,00
1932	1.824,00	389,60	372	2.585,60	704	205,1	2.676,50
1933	2.052,90	321,80	582	2.956,70	712,4	183,5	2.060,80
1934	2.114,50	507,00	311	3.114,00	636,3	153,9	2.323,80
1935	2.156,60	393,50	286	3.017,60	689,7	162	2.165,90
1936	2.231,50	474,20	145	3.032,00	639,8	131,3	2.260,90
1937	2.159,40	416,50	478	3.200,90	464,8	130,8	2.605,30
1938	2.296,10	425,20	196	3.162,30	205,3	132	2.825,00
1939	2.234,30	433,80	8	3.118,10	200,7	128,6	2.788,80

Fonte: C. Peláez, 1972, p. 79.

Recorrendo a um argumento contra-factual, Peláez rejeita o argumento de Furtado alegando que, caso não houvesse uma tributação por unidade e um imposto em espécie, os custos de produção do café teriam sido diminuídos ou, ao menos, a renda proveniente da venda externa do café teria sido mais substancial do que numa conjuntura de intervenção (financiada com impostos). Mas como a estocagem teria sido financiada com elevação da tributação, seu efeito líquido sobre a renda cafeeira deve ter sido desprezível. Logo, os recursos disponíveis do setor cafeeiro para reaplicação na indústria também não eram elevados.

Invertendo o argumento de Furtado sobre o impacto econômico do governo federal, Peláez argumenta que a política fiscal seguida foi ortodoxa (aumento de impostos e redução

¹ C. PELÁEZ, 1972, 80.

de despesas), responsabilizando-o pelo aprofundamento da Depressão no país em 1931, implicando também redução do déficit orçamentário. Segundo o autor, foi somente a revolução paulista, em 1932, que forçou uma expansão dos gastos do governo, evitando a continuação da política ortodoxa de busca de equilíbrio orçamentário, em direção ao fundo do poço. Contudo, entre 1933 a 1936, o governo teria retomado a ortodoxia.

“(…) a recuperação financeira do Brasil dependia do equilíbrio orçamentário e da estabilização cambial. Isso concordava com as diretrizes adotadas no princípio da administração de Vargas, quando a frase ‘equilíbrio orçamentário’ constituía o lema do governo e a solução para todos os males’ (C. Peláez, 1972, p. 85)”.

Peláez critica Furtado ao alegar que o país estava seguindo regras que seriam posteriormente definidas como parte de um modelo keynesiano.² Segundo o autor, apenas o déficit de 1932 poderia ser considerado uma política compensatória keynesiana, causado por um acidente histórico, a revolução paulista. Argumenta também que em todos os anos críticos da depressão o governo seguiu uma política deliberada de equilíbrio orçamentário.

Argumento da transferência

Assim Peláez sintetiza o “argumento da transferência” (do “centro dinâmico”): a manutenção dos preços do café teria aumentado a demanda agregada em outros setores. O alto preço dos produtos importados implicou queda do coeficiente de importação, aumentando a lucratividade nos setores concorrentes voltados ao mercado interno. Esta expansão da rentabilidade implicou transferência de recursos reais do setor agrícola para o urbano. Assim como a manutenção da demanda agregada permitiria a criação de um mercado para o desenvolvimento da indústria nacional (“argumento da recuperação”), a transferência de recursos induzida pela rentabilidade relativa dos setores forneceria capital para os novos investimentos. Em suma, a manutenção do nível de renda, somada ao aumento da taxa de rentabilidade dos investimentos industriais, foi responsável pela transferência de recursos reais do setor de exportação para o industrial. Assim, as políticas adotadas pelo Governo foram responsáveis pela formação de um mercado interno e pelo desenvolvimento da industrialização no país.

² Nas palavras de Peláez: “O Brasil não estava construindo pirâmides keynesianas, mas seguindo políticas inteiramente contrárias às propostas por John Maynard Keynes”. C. PELÁEZ, 1972, p. 92.

Peláez também faz diversas críticas ao argumento da transferência:

- (a) alega que a demanda interna não se manteve em níveis elevados em virtude da redução da renda real per capita da população;
- (b) critica a hipótese de desenvolvimento da industrialização como subproduto da política cafeeira, afirmando que a defesa do setor cafeeiro *prejudicou* o desenvolvimento da industrialização, ao elevar a rentabilidade agrícola. O desenvolvimento industrial só seria viabilizado com a falência do setor cafeeiro;
- (c) o comportamento empírico dos ramos tradicionais (particularmente algodão) foi diferente do sugerido pelo argumento da transferência;
- (d) não houve transferência de recursos do café para a siderurgia e para o cimento, pois estas indústrias foram estabelecidas com capital externo, ocorrendo ainda na década de 1920.

O ponto central é a crítica à interpretação de Furtado, segundo a qual a industrialização foi subproduto das iniciativas adotadas para defender o setor agro-exportador cafeeiro. O autor alega que esta política adotada pelo governo foi um obstáculo ao processo de industrialização no país. Apenas quando esta política de defesa do café fracassou teria tornado possível a industrialização no Brasil.

“Não foi o mecanismo da defesa dos interesses cafeeiros que promoveu a industrialização, mas – como o provam definitivamente os fatos históricos – a eliminação desse mecanismo, principalmente depois de 1945. O processo de industrialização no Brasil no princípio da República se desenvolveu, a despeito dos programas de defesa do café” (idem p. 213).

Em relação às indústrias tradicionais, a crítica feita a Furtado é que seria difícil verificar empiricamente a transferência de recursos do setor agrícola exportador para o industrial, uma vez que uma parcela dos lucros originários da plantação de café foi encaminhada para a plantação de algodão. Excluindo as transferências para o setor algodoeiro, com os dados disponíveis não é possível ter certeza se o que sobrava era ou não levado diretamente para a indústria. Peláez alega que teria havido, de fato, uma transferência direta de recursos do café para o algodão, não restando recursos a serem transferidos diretamente ao setor industrial. Talvez isso pudesse ser feito indiretamente, através da demanda por produtos da indústria nacional; porém, os dados mostram-se

insuficientes para tal conclusão.

1.3 - OUTRAS CRÍTICAS AO ARGUMENTO DE FURTADO

Outras visões contestam os argumentos de Furtado, em relação ao processo de substituição de importações ocorrido nos anos 1930. Dentre as visões que defendem a industrialização puxada pelo crescimento das exportações, Dean (1971) e Nicol (1974) vêem uma relação direta entre a expansão das exportações de café e o desenvolvimento industrial em São Paulo. Isto é, nos momentos de avanço do setor exportador, a indústria também avançou; nos momentos de fraco desenvolvimento do setor exportador, a industrialização foi dificultada. Acreditam por exemplo que a Primeira Guerra interrompeu o processo de desenvolvimento industrial que estava ocorrendo. Contudo, diferem sobre a interpretação em relação a 1930. Nicol (1974) considera correta a hipótese de relação linear entre o desempenho do setor agro-exportador e o desenvolvimento industrial, para todo período antes dos anos 1930. Apesar de não ter estudado a década de 1930, classifica-a como momento de substituição de importações.

Dean (1971), por sua vez, estabelece relação direta entre a expansão das exportações e o desenvolvimento industrial para todos os períodos. Em particular, o autor argumenta que a crise mundial da década de 1930 praticamente paralisou o desenvolvimento industrial de São Paulo. Segundo ele, entre 1900 e 1920, o parque industrial se expandiu rapidamente. No entanto, os vinte anos posteriores foram marcados por um desenvolvimento industrial mais lento, não ultrapassando metade do ritmo de crescimento encontrado entre 1900 a 1920.³

“Os anos em que registraram retrações nas importações - 1921, 1926, 1930, 1932 e 1938 - foram também os piores anos para os industriais, ao passo que os anos de maior aumento das importações - 1923-1925, 1928, 1935, 1936, 1939 - foram também muito bons para a indústria. É provável que em relação ao período de 1920 a 1940 a produção manufatureira tenha progredido em ritmo constante, com taxas negativas de crescimento apenas em 1926 e em 1930 e 1931. É verdade que a indústria continuou a prosperar durante

³ W. Dean, 1971, p. 91. Ou: “O crescimento industrial de São Paulo retardou-se nas décadas de 1920 e 1930 talvez porque o comércio do café já não estimulasse a manufatura local com a mesma eficácia que estimulava nos trinta anos anteriores. O mercado rural não crescia com a mesma rapidez e as novas infusões de capital eram escassas” (W. Dean, 1971, p. 137). Além da baixa demanda derivada da agricultura, Dean argumentou que outra característica da indústria em São Paulo, nos anos 1920 e 1930, explicaria seu lento crescimento: a falta de qualquer tentativa de concentração e organização de cartéis e outras associações controladoras dos preços e da produção.

grande parte da década da depressão, mas não em resultado de uma crise do comércio importador. De fato, na década de 1930, a capacidade exportadora do Brasil foi consideravelmente maior do que havia sido durante a década anterior, porque o volume de exportações subiu mais depressa do que caíram os preços' (W. Dean, 1971, p. 117)".

A maior contribuição de Dean (1971) foi em relação ao estudo das origens do capital e do empresariado industrial. No entanto, o autor, contrariamente a Nicol (1974) minimiza o papel do Estado neste processo de desenvolvimento industrial.⁴ Ademais, Nicol (1974) apesar de não oferecer evidências sobre a origem do capital e do empresariado industrial, alega que a participação do capital externo foi muito importante neste processo, enquanto que Dean (1971), não lhe confere muita importância.

No pólo oposto, alguns autores, como Werner Baer (1996), argumentam que os surtos industriais do início do século XX, resultaram dos choques recebidos do exterior. Entende-se por choques: guerras ou crises comerciais, que interromperam fisicamente os suprimentos estrangeiros ou diminuíram a quantidade disponível de divisas para a compra de mercadorias importadas. Esta controvérsia será avaliada no próximo capítulo.

1.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julga-se necessário fazer algumas qualificações tanto sobre a obra de Furtado (1959) quanto de Peláez (1968) e (1972). Furtado alega que as políticas heterodoxas de recuperação adotadas para vencer a crise foram políticas inconscientes, subproduto das políticas de defesa do setor cafeeiro. Peláez foi ao extremo oposto, argumentando que além de conscientes foram ortodoxas. Este trabalho defenderá que, sem importantes qualificações, não se deve corroborar a hipótese de *inconsciência* apontada por Furtado, nem a hipótese de *ortodoxia* defendida por Peláez.

Em seu livro *Formação econômica do Brasil*, o intuito de Furtado foi o de discutir as raízes do subdesenvolvimento brasileiro, identificando seu sentido geral e analisando certos processos, conjunturas e pontos de viragem considerados essenciais para a interpretação sugerida. Propondo uma grande síntese de largo prazo, Furtado não teve por

⁴ Nas palavras de W. Dean, 1971, p. 17: "De mais a mais, a industrialização não contava com o apoio de uma ideologia operacional de desenvolvimento que parece ser, tão amiúde, uma força motivadora de crescimento em área não desenvolvidas e que era inegavelmente, uma força estimulante da expansão do setor agrícola. Considerava-se a difusão da cultura cafeeira intrinsecamente vantajosa, chave do progresso material, e em seu favor se mobilizou o eficaz apoio do Estado".

objetivo reconstituir, com profundidade, diversos eventos e contextos históricos complexos relacionados a vários dos processos econômicos que analisou. Como toda grande obra do gênero, o livro de Furtado é rico tanto em respostas quanto em indagações deixadas em aberto.

Considerando os objetivos desta dissertação, uma das lacunas de sua interpretação da crise parece ser o tema do processo político-decisório que levou às políticas que propiciaram e/ou reagiram à recuperação. Dado o objetivo da análise de Furtado (explicar a recuperação rápida da economia brasileira), o autor não precisou se aprofundar na pesquisa e no esforço de reconstituição de eventos e contextos históricos relacionados ao processo de tomada de decisões de política econômica. Fazendo a análise econômica retrospectiva dos resultados indiretos (a recuperação industrial) de uma determinada política (a defesa do café), Furtado alega que estes resultados indiretos eram inconscientes para os formuladores da política, ou melhor, não eram esperados de antemão. Sua análise, porém, fornece subsídios apenas para identificar certos resultados indiretos da política cafeeira, mas não para alegar que eles eram inconscientes. À luz do planejamento econômico que o próprio Furtado alega ser necessário, no final de *Formação Econômica do Brasil*, para superar *conscientemente* gargalos estruturais ao desenvolvimento experimentados na década de 1950, pode-se considerar que as políticas implementadas nos anos 1930 eram pouco refinadas; mas não é possível afirmar que eram simplesmente inconscientes.

Peláez parece identificar a lacuna referida, mas sua proposta alternativa para explicar a motivação da política econômica tampouco parece convincente: identificar a ideologia econômica ortodoxa manifesta em algumas peças de retórica selecionadas. A resposta de Peláez é pouco convincente porque a política efetivamente executada foi se afastando gradualmente das amarras iniciais da ortodoxia (e não apenas por motivos ideológicos), como se discutirá no próximo capítulo; e porque algumas peças de retórica também podem ser selecionadas para ilustrar o inverso: a consciência crescente quanto à necessidade de recorrer a políticas novas, diferentes das tradicionais - heterodoxas portanto -, para superar a crise geral.

De fato, é significativo que Vargas, já em outubro de 1931, argumentasse pública e, é claro, conscientemente, que a crise do mercado cafeeiro tinha efeitos indiretos sobre

outros ramos e, portanto, que a intervenção estatal sobre o mercado, fugindo mais uma vez do liberalismo ortodoxo, era condição para a recuperação do sistema econômico como um todo:

“Economicamente, o país caíra em verdadeiro colapso. A retenção prolongada do café nos reguladores paulistas obstruía literalmente os mercados nacionais, impedindo os lavradores de vender, ou sequer, de caucionar o que produziam. Em conseqüência, cessaram eles os seus pagamentos aos próprios colonos, e, por tal motivo, os comerciantes do interior, privados de receber o que já tinham adiantado, colocaram os atacadistas em dificuldades extremas, que se refletiam, por seu turno, nas indústrias, paralisando o respectivo movimento... A urgência de restabelecer o ritmo de nossa vida econômica determinou a providência da compra dos *stocks*...” (*apud* Bastos, 2001, p. 177).

Outras assertivas de Vargas apontam na mesma direção de consciência íntima e reiteração pública crescente, quanto à necessidade de recorrer a políticas heterodoxas, diferentes daquelas possivelmente consideradas ideais em circunstâncias ideais (*idem*, p. 184):

“Em carta endereçada à Oswaldo Aranha, em 1934, Vargas constatava: ‘o renascimento econômico é palpável... nas fábricas trabalha-se intensamente’ (*apud* S. Hilton, 1975, p. 757)... No discurso de “proclamação ao povo brasileiro” do novo regime, 10/11/1937, Vargas dizia que o aparelho de governo até então instituído “não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos”; complementando no ano seguinte que ‘a necessidade é que faz a lei: tanto mais complexa se torna a vida no momento que passa, tanto maior há de ser a intervenção do Estado no domínio da atividade privada. Esta intervenção, porém, deverá processar-se sempre no sentido do interesse público e do desenvolvimento econômico do país’ (*apud*. Dutra Fonseca, 1987, pp. 253 e 256)”.

Também em 1938, Vargas não poderia ser mais explícito quanto à necessidade de superar a ortodoxia na gestão da política econômica, para propiciar a recuperação conjuntural e a diversificação estrutural da economia brasileira (*idem*, p. 185):

““É fato verificado a transformação que se vem operando na economia do país no sentido de maior diversificação da produção, tanto agrícola como industrial, e do aumento da capacidade de absorção dos mercados internos. A administração não pode permanecer alheia a tão significativo e fecundo movimento, denunciador da vitalidade de nossas energias de povo jovem e capaz, emparedando-se nos velhos processos fiscais e de controle financeiro. Precisa acompanhar, adaptar-se aos novos aspectos das atividades produtoras, concorrer e não entravar a sua expansão” (G. Vargas, 1938, vol. V, pp. 169-170).

Estas passagens parecem indicar que não se sustentam nem a hipótese de que eram inconscientes, aos formuladores de política econômica, os efeitos sistêmicos da política cafeeira sobre a recuperação de outros ramos agrícolas e industriais, nem a hipótese de que a política econômica foi persistentemente orientada pela adesão ideológica à ortodoxia

econômica. É necessário, portanto, avançar na investigação do contexto histórico do processo de tomada de decisões de política econômica.

No capítulo seguinte, veremos que, a despeito dos progressos alcançados, os debates posteriores no campo dos economistas, a respeito da política econômica executada na década de 1930, também apresentaram a tendência de abstrair o conflito de interesses políticos e econômicos que *influenciaram* a condução da política econômica. Em parte por se limitarem (à maneira de Furtado) a avaliar os resultados efetivos das políticas efetivamente implementadas, e em parte por se limitarem (à maneira de Peláez) a buscar justificativas ideológicas coesas e coerentes para as políticas implementadas. No último capítulo, buscar-se-á contribuir para a superação de algumas destas lacunas recorrendo-se sobretudo ao trabalho de historiadores e sociólogos, de modo a articular a análise dos economistas ao contexto histórico mais geral que confere sentido às decisões de política econômica, para além da coerência de sua retórica.

CAPÍTULO 2 - DISCUSSÃO TEMÁTICA DAS QUESTÕES CONTROVERSAS

Neste capítulo, será realizada uma resenha crítica das divergências interpretativas suscitadas pela controvérsia inicial entre Celso Furtado (1959) e Carlos Manuel Peláez (1968) e (1972), com o objetivo de avaliar os desdobramentos da controvérsia sobre o teor ação estatal (progressista ou conservadora), no campo acadêmico dos economistas. Serão avaliados os argumentos sobre a condução das políticas cambial, monetária e fiscal, e seus impactos sobre o processo de diversificação industrial. Para apresentar essas questões, o começo natural é retomar a controvérsia entre Furtado e Peláez, apoiada nas qualificações feitas por outros autores, indicando os pontos de controvérsia avaliados à luz da resenha da bibliografia e da recuperação de dados estatísticos.

2.1 – DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL

Pelo menos desde as críticas de Peláez à interpretação de Furtado, o tema da diversificação industrial é sujeito à polêmica quanto ao teor das políticas que a apoiaram nos anos 1930: o desenvolvimento da indústria foi apenas uma consequência indireta das políticas adotadas com outros fins, ou as políticas atuaram no sentido de privilegiar um projeto industrializante pré-existente?

Considera-se aqui corretas as análises feitas por Furtado (1959) e Tavares (1963) acerca do processo de substituição de importações, ao apontar a década de 1930 como momento de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro: pela primeira vez, a expansão da indústria ocorreu independentemente (ou até mesmo em razão) da crise do setor agro-exportador cafeeiro, tornando as atividades voltadas ao mercado interno as principais responsáveis pela expansão sistêmica da renda. A crítica que se pode fazer a essas contribuições refere-se à periodização da industrialização, tanto pelo fato de minimizar a diversificação industrial ocorrida antes dos anos 1930, bem como por não distinguir a diferença entre crescimento industrial e a industrialização propriamente dita, que só ocorreria após 1950. Posteriormente, Tavares (1975) e Cardoso de Mello (1975), definiram como ‘restringida’ a fase de crescimento industrial ocorrida entre 1933 a 1955, devido às próprias especificidades de desenvolvimento de uma industrialização tardia.

A seguir, será exposta a contribuição de Furtado (1959) sobre a industrialização, apresentando a crítica feita por Peláez (1968) e (1972), contestada por Fishlow (1972), Silber (1977), Villela & Suzigan (1975) e outros autores.

Argumentos de Furtado sobre a diversificação industrial

Como já foi visto, a crise mundial estabeleceu novo padrão de preços relativos para as *commodities*. O preço internacional do café reduziu-se drasticamente, e considerou-se necessário defender o produto, pois isso se traduziria indiretamente na defesa da economia como um todo. A crise cambial por sua vez levou o governo brasileiro a depreciar a moeda nacional, implicando redução do coeficiente de importação. Furtado denomina esse processo de “socialização das perdas”⁵: de um lado, o prejuízo gerado foi redistribuído entre toda população, sendo os mais prejudicados as massas urbanas, em especial, os assalariados⁵; de outro, diminuiu o impacto sobre a renda dos cafeicultores. Segundo Furtado, a desvalorização da moeda teria diminuído o impacto da queda do preço internacional do café sobre o setor cafeeiro, incentivando os produtores a continuar colhendo café e manteria a pressão sobre o mercado. Sem compra de estoques, novas colheitas gerariam nova queda dos preços e nova desvalorização da moeda, aprofundando a crise.

Mas a desvalorização cambial também pode ser vista por um lado positivo, uma vez que reduziu o impacto do declínio do preço do café internacional, evitando que muitos cafeicultores abandonassem a plantação, o que geraria milhares de desempregados. Por outro lado, induziu a substituição de importações.

Assim, a industrialização foi vista como o núcleo do novo processo de desenvolvimento. Furtado a periodiza em duas fases: (a) desenvolvimento dependente das exportações; e (b) desenvolvimento comandado pelo mercado interno. A primeira fase da industrialização, como dito acima, pode ser observada pelo desenvolvimento da indústria têxtil. Nessa fase, a exportação de produtos primários permitiu o aumento tanto do mercado

⁵ Furtado denomina de “assalariados”: os funcionários públicos, empregados dos bancos, comércios e dos serviços em geral. Segundo o autor, este grupo teria sido o que mais sofreu com a crise, pois o mercado interno não tinha capacidade para atender sua demanda, assim gastavam grande parte de sua renda com produtos importados. Contudo, como a renda nominal desse grupo era fixa, a desvalorização da moeda nacional implicaria aumento dos preços dos produtos importados resultando na queda da renda real desse grupo.

interno quanto da renda nacional. Como essas atividades empregavam grande parte da mão-de-obra disponível na economia, o crescimento da exportação refletiu na elevação do poder aquisitivo dos assalariados, e, portanto, em aumento da demanda. Em um primeiro momento, essa demanda foi suprida pela importação de produtos, no segundo, a própria produção local foi capaz de atender essa demanda. Furtado (1975) deixou patente que a consolidação de um mercado interno foi muito importante para o processo de industrialização, todavia, não foi suficiente. Ele também alegou que houve um certo grau de protecionismo nessa fase, que foi bastante importante para o processo. Citando Furtado:

“As indústrias que, no quadro de um protecionismo passivo, haviam surgido no Brasil, a partir de fins do século anterior, não possuíam capacidade germinativa, permanecendo desarticuladas. Eram indústrias, de alguma maneira, complementares da atividade exportadora tradicional. Se esta última estava em expansão, o mercado interno crescia, o que favorecia as referidas indústrias. O crescimento destas últimas também ampliava o mercado interno, mas de forma apenas marginal” (C. Furtado, 1975, p. 137).

A segunda fase inicia-se com a crise do modelo de desenvolvimento “para fora”. Segundo Furtado, a elevada capacidade ociosa industrial existente, no final dos anos de 1920, permitiu a expansão da indústria, gerando rentabilidade para o capital aplicado e criando dentro da própria indústria os recursos necessários para seu desenvolvimento subsequente. Quando essa capacidade ociosa encontrou seus limites, a industrialização foi feita mediante a importação, a baixo custo, de equipamentos de segunda mão dos Estados Unidos e da Europa. Também houve a produção de alguns bens de capital no mercado interno frente ao estrangulamento externo. O próprio desenvolvimento industrial implicou expansão da demanda por bens de capital e frente à dificuldade de importar e ao cenário externo, as condições para instalação dessa indústria foram propícias.

“Esse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente. A procura de bens de capital coincide, nas economias desse tipo, com a expansão das exportações – fator principal do aumento da renda – e portanto com a euforia cambial... tem-se um quadro do reduzido estímulo ... para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente. Ora as condições que se criaram no Brasil nos anos trinta quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis” (C. Furtado, 1977, p. 199).

Nos anos 1930, isto marcou o deslocamento do centro dinâmico da economia, uma vez que a demanda externa deixou de ser o ‘instrumento’ impulsionador do crescimento econômico devido à própria crise do café e da Grande Depressão. Assim, com a variação dos preços relativos e com as restrições à importação, implicando aumento dos preços dos

produtos importados, a demanda interna se tornou fundamental para determinar as variáveis macroeconômicas: nível de renda, emprego e produto, além de que a taxa de investimento se tornou crucial para definir a taxa de crescimento da economia. Várias condições permitiram a reorientação. Primeiro, desenvolvimento pré-existente de uma indústria. Segundo, tamanho do mercado interno, capaz de absorver o aumento da capacidade industrial. Terceiro, o país era pouco dependente de importações de alimentos ou matérias-primas necessárias pela indústria de bens de consumo.

Furtado também sustenta que em virtude da limitada produção de máquinas e equipamentos, o papel das exportações era bastante importante, uma vez que ainda gerava as divisas necessárias para a compra de bens de capitais importados. Assim, a queda das exportações poderia desincentivar os investimentos e fazer com que o governo criasse um regime de monopólio cambial por parte do Banco do Brasil, o qual será discutido posteriormente.

Ao contrário de diversos países, onde a industrialização ocorreu como um processo endógeno, o processo industrializante teria ganho forças no Brasil, graças à redução da capacidade de importação e da desvalorização da moeda nacional. Mesmo acreditando que o processo de substituição de importações tenha desempenhado um papel fundamental para a industrialização da economia brasileira pós Crise de 1929, Furtado considerou que, posteriormente, o Estado, através de subsídios aos investimentos da indústria, política de crédito e cambial, possibilitou a expansão e aprofundou o processo de industrialização.

“Sem a criação de indústrias básicas – siderurgia, petróleo – pelo Governo e sem os subsídios cambiais e as taxas negativas de juros dos empréstimos oficiais, a industrialização não teria avançado a velocidade e amplitude que conheceu durante esse quarto do século. Contudo, o fator dinâmico foi o processo de substituição de importações” (C. Furtado, 1975, p. 140).

Desse modo, essa segunda fase do processo de industrialização possibilitou a consolidação de um complexo industrial bem integrado, fazendo-se segundo o *processo de substituição de importações*. Desta maneira, a crise dos anos 1930 marcou a ruptura do modelo primário-exportador, isto é, o desenvolvimento passou a ser voltado “para dentro”. De acordo com Tavares:

“Em suma, o ‘processo de substituição de importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo as restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (M. C. Tavares, 1979, p. 35).

No caso brasileiro, como em diversos outros países latino-americanos, o processo de substituição de importações ocorreu frente aos estrangulamentos externos, que obrigaram essas economias a se tornarem menos dependentes das nações industrializadas (na verdade, mudando as relações de dependência). Furtado alegou que ela assumiu duplo papel de diferenciação do sistema produtivo nacional e implantação de empresas multinacionais, ou seja, parte das empresas industriais que surgiu no país era filiais de empresas que antes controlava o mercado através das exportações.

Detalhando a análise da diversificação industrial, Suzigan (1986) alega que, após a Primeira Grande Guerra, diversos ramos industriais cresceram bastante, tais como: ferro e aço, cimento, metal-mecânica, produtos de borracha, papel e celulose, óleo de caroço de algodão, têxteis, química e farmacêutica, carnes congeladas e industrializadas, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2: Participação indústrias predominantes no valor líquido da produção, em %

Ramo	1907	1919
Têxtil	24,6	29,6
Vestuário e calçado	8,0	8,7
Produtos alimentares	19,1	20,5
Bebidas	6,0	5,7
Total	57,7	64,5

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 169.

A recuperação da produção nos anos 1930 pode ser vista na tabela 3. Vale lembrar que essa recuperação só ocorreu devido aos investimentos feitos na década de 1920. Até 1914, a capacidade industrial brasileira era bastante dependente da importação de insumos, e estava bastante articulada à demanda gerada pelo crescimento do setor primário-exportador. Na década de 1920, o nível de dependência externa reduziu-se mediante os investimentos na indústria: em produção de insumos intermediários e em alguns bens de capital. Devido a esses fatores, a manutenção do nível da produção e do investimento foi

diferente nos anos de 1930 dos estrangulamentos de importações ocorridos durante as guerras. No começo do processo de industrialização, como foi dito anteriormente, a atividade industrial limitou-se a atender às necessidades do setor agrário-exportador; além do mais, não houve um projeto político industrializante. E nos anos 1930, a industrialização brasileira conseguiu maior independência em relação ao setor exportador; contudo, esta industrialização ainda era dependente da importação de bens de capital. De todo modo, ao longo da década de 1930, pela primeira vez a produção industrial e o investimento conseguiram crescer de modo relativamente independente do setor exportador, e inclusive atraindo recursos anteriormente destinados às inversões agrícolas.

Tabela 3: Volume fixo de produção, 1939 = 100

Ano	Agricultura	Indústria	Produto físico
1920	57,8	34,7	47,7
1921	60,5	34,3	49,0
1922	60,3	39,7	50,5
1923	61,4	47,4	53,3
1924	63,5	39,6	52,9
1925	61,5	39,9	51,7
1926	63,7	39,5	53,1
1927	69,2	42,7	57,6
1928	82,1	46,1	67,0
1929	82,1	44,5	66,9
1930	82,9	42,4	66,4
1931	77,9	45,9	64,4
1932	83,3	46,0	67,9
1933	90,7	52,8	74,9
1934	94,8	59,6	80,0
1935	91,3	68,0	81,4
1936	99,8	77,8	90,4
1937	99,7	83,3	92,5
1938	103,4	88,8	96,9
1939	100,0	100,0	100,0

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, : 417.

2.2 - CRÍTICA DE PELÁEZ E O DEBATE POSTERIOR

No tocante à industrialização, Peláez fez diversas críticas ao argumento da transferência de recursos entre agricultura e indústria. Em primeiro lugar, Peláez julgou errônea a interpretação com relação às indústrias tradicionais, uma vez que não foram observadas transferências relevantes de recursos líquidos do setor cafeeiro à indústria nacional, mas sim para o algodão. Assim, essa primeira hipótese do argumento da transferência ficaria desmentida empiricamente:

“Foi para produção de algodão que se desviaram os recursos reais do café e do capital nacional durante a segunda metade da década de 1930 (...)” (C. Peláez, 1970, p. 114).

Peléez alega que se houve renda disponível para transferência para outros ramos, ela foi pouco significativa. Graças à crise, depois de pagar por todos os custos da produção do café, praticamente não restaria recursos para aplicação na indústria. Além disto não havia nenhuma instituição financeira capaz de realizar tal transferência. Peláez também supôs que mesmo que houvesse ocorrido alguma transferência para indústria por meio do aumento dos preços relativos, isso não afetaria a distribuição mais eficiente dos recursos e o desenvolvimento econômico no longo prazo.

Segundo, defende que não houve transferência dos recursos do café para a siderurgia e o cimento. Em seu livro *História da Industrialização Brasileira* (1972), Peláez alegou que, em 1939, três produtores detinham mais de 96% da produção interna do aço em lingotes: Cia Siderúrgica Belgo-Mineira, Cia Brasileira de Usinas Metalúrgicas e Cia Brasileira de Mineração e Metalurgia. No entanto, grande parte do capital e da capacidade empresarial da pequena indústria de aço era estrangeira e não relacionada ao plantio de café. Além do mais, segundo Peláez, sua criação deu-se na década de 1920, e não na de 1930, e foi altamente condicionada por fatores políticos: a corrida às concessões de minério de ferro e os incentivos do governo.

Terceiro, questiona a identidade entre industrialização e progresso social que, segundo, caracterizava o pensamento cepalino:

“A Tese Furtado afirma que a industrialização nos anos 30 decorreu de uma política de proteção da aristocracia cafeeira. A intensificação da industrialização na América Latina só concentraria a renda e o poder sócio-político-econômico na mãos dos proprietários de terras capitalistas. Nessas condições, é impossível promover o progresso social e o crescimento econômico” (C. Peláez, 1972, p. 215).

Quarto, o autor interpreta de maneira diferente a recuperação da indústria ocorrida nos anos 1930, alegando que a tese de Furtado estava errada uma vez que atribuiu essa melhoria à diminuição das importações. Os fatores que explicariam a recuperação da indústria de tecidos de algodão eram:

- (a) as políticas governamentais de incentivo à indústria;
- (b) o programa de sustentação do café forçou a manutenção dos níveis de emprego nos cafezais, embora os salários diminuíssem substancialmente. Como o principal consumidor dos produtos têxteis era o trabalhador das plantações de café, o mercado dos tecidos de algodão conseguiu se manter a níveis mínimos. Todavia, o setor de café não apresentou uma boa recuperação até 1949;
- (c) novo mercado para os trabalhadores de algodão, nas fábricas de tecidos menos finos.

“1930 não foi um ano de prosperidade para indústria têxtil mas a continuação de um período de estagnação. A Grande Depressão não significou nova era para indústria. O consumo de tecidos muito provavelmente caiu na depressão, a produção nacional apenas se beneficiou do grande número de medidas políticas que contribuíram para agravar a má distribuição dos recursos” (C. Peláez, 1968, p. 38).

Em trabalho feito em conjunto com Suzigan⁶, os autores alegam que, em relação à indústria, o período de 1923 a 1932 foi marcado pela contração da atividade industrial, com exceção dos anos de 1927, 1928 e 1931 – que teriam tido recuperação em virtude dos investimentos realizados na década de 1920. No período seguinte, a indústria se recuperou apenas em 1933, pois, em 1932, houve contração do nível de atividade apesar da aparente recuperação em 1931.

Após as interpretações de Furtado e Peláez, outros trabalhos visaram analisar a intencionalidade ou não da política econômica do período em torno da industrialização. Isto é, saber se o desenvolvimento industrial foi consequência de uma política governamental deliberada ou se a mudança do “centro dinâmico” ocorreu sem intenção

⁶ PELÁEZ, Carlos Manoel & SUZIGAN, Wilson. “Comportamento das instituições monetária no Brasil: 1852 - 1972”. In: NEUHAUS, Paulo (coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

consciente por parte do governo. Deve-se deixar patente que todos autores concordam com o pressuposto de que o processo de crescimento industrial teve início antes de 1930. Antes de Furtado, Stein (1957) sugerira a segunda metade do século XIX como momento de início do processo de desenvolvimento da indústria. Fishlow (1972), Villela & Suzigan (1973), por exemplo, alegam que o processo de desenvolvimento industrial ocorreu anteriormente a Primeira Guerra, mas não propõem uma periodização satisfatória alternativa à de Furtado. Na tabela 4, é possível observar a diversificação das indústrias no Estado de São Paulo, de acordo com os dados do Censo de 1907.

Tabela 4: N° de estabelecimentos da indústria de transformação no Estado de São Paulo (1907)

Tipo de energia utilizada	N° estabelecimentos			
	A	B	C	D
Hidroelétrica	23	5	0	2
Vapor	35	18	5	96
Rede elétrica*	12	5	0	32
Manual	3	3	44	50
Animal	0	0	1	6
Outras	1	0	0	5
Total	74	31	50	191
Participação no capital total da indústria	27,9%	42,4%	8,5%	21,2%

* - Rede elétrica representa a energia elétrica adquirida de terceiros.

A: cal e cimento, papel, fósforos, metalúrgica, extração de óleos, usinas de açúcar e vidro.

B: têxtil.

C: cerveja (item separado por coexistir 49 pequenos estabelecimentos e um grande responsável por 92% do setor).

D: demais indústrias.

Fonte: W. Cano, 1977, 71.

Cano (1977), Mello (1984), Silva (1976) e Tavares (1979), por sua vez, propõem uma nova periodização para o processo de industrialização, a partir das mudanças identificadas no encadeamento dinâmico entre os ramos produtivos propiciado pela diferenciação estrutural descontínua da indústria, distinguindo crescimento industrial e industrialização: assim, consideram os investimentos industriais voltados para o mercado

interno no final de 1920 como uma mera diversificação do capital cafeeiro; e alegam que, iniciado em 1933, o processo de substituição de importações (ou de “industrialização restringida”) sofreu uma descontinuidade na década de 1950, quando a diferenciação de um setor pesado de bens de capital e insumos básicos (o Departamento I dos esquemas de reprodução marxistas) teria aumentado o grau de endogenia da dinâmica industrial, em relação ao setor agrícola e de serviços, subordinando-os definitivamente.

Desconsiderando questões de periodização, Tavares (1963), Fishlow (1972)⁷, Villela e Suzigan (1975)⁸, Silber (1977) seguem a mesma linha de raciocínio de Furtado. Segundo os autores, a crise externa teria gerado perda de dinamismo do setor exportador, permitindo a reorientação da atividade econômica para a substituição de importação. A proteção conferida ao setor cafeeiro teria implicado expansão do processo de desenvolvimento industrial, pois as políticas adotadas pelo governo levaram à manutenção do nível de demanda interna, permitindo a diversificação da estrutura industrial, e expandiu-se a proteção ao mercado interno. Isto gerou mudanças estruturais importantes, ou seja, a substituição de importações tornou a produção industrial carro chefe do desenvolvimento. Em virtude da redução das importações, o crescimento da indústria nascente foi ditado pelo mercado interno a partir de 1932.

“Proteger o setor cafeeiro ao longo da década dos 30, ao contrário dos anos 20, significou acelerar o desenvolvimento industrial. A demanda interna por produtos industriais cresce neste período como subproduto da defesa do setor cafeeiro” (S. Silber, 1977, p. 202).

Segundo Fishlow (1972), em 1932, o valor do produto interno bruto havia alcançado o pico de 1928. O autor alega que este surto foi guiado pelo aumento das manufaturas, crescendo a uma taxa de 8,6% na década. Para Villela e Suzigan (1975), apesar da redução brusca do nível de investimento, a indústria aproveitou da capacidade ociosa existente, e conseguiu a crescer em torno de 11,2% ao ano entre 1933 a 1939. Estes autores alegam, porém, que não houve um processo contínuo de desenvolvimento

⁷ Fishlow (1972) aponta que os principais ramos industriais foram os setores têxtil e alimentício. Em 1885, havia cerca de 50 fábricas de tecidos de algodão, cuja produção atendia cerca de 10% da demanda interna, enquanto que vinte anos mais tarde, a produção se tornou responsável por 60% do consumo nacional. Segundo o autor, o primeiro exemplo significativo de substituição de importações foi relacionado aos tecidos de algodão, apesar da oferta doméstica de algodão bruto, o início da produção ocorreu posteriormente.

⁸ Villela & Suzigan (1975) argumentam que a atividade industrial data desde a chegada da família Real ao país (1808), encontrando seu impulso apenas em 1850. Alegam que a produção cafeeira incentivou os surtos industriais, por meio da geração de recursos que não foram só destinados a infra-estrutura (principalmente, à ferrovia), mas também a atividades de substituição de importações (tecidos, bebidas, alimentos etc).

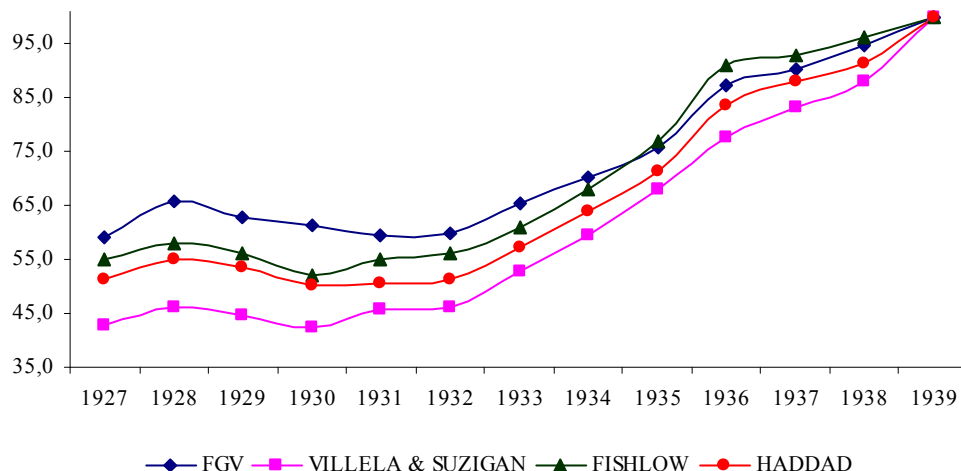
industrial no país e, sim, surtos industriais, que estiveram diretamente relacionados ao comportamento do comércio internacional. Estes surtos ocorreram em três períodos: 1903 - 1913, 1920 - 1929 e 1933 a 1939. Neste sentido, não diferenciam as fases de mudança estrutural que seriam identificadas pela ótica do capitalismo tardio e mesmo por Suzigan posteriormente.

Malan et alli (1977), ao analisar os antecedentes da industrialização, alega que a clássica interpretação do crescimento industrial por meio do estrangulamento externo teria uma lacuna, pelo fato de não considerar a estrutura produtiva nacional e, assim, não mostrar como este parque industrial respondeu aos estímulos externos. Para o autor, o crescimento ocorrido teria resultado da capacidade ociosa existente desde o final dos anos 1920, que possibilitou que houvesse crescimento industrial sem a necessidade inicial de investimentos em equipamentos e infra-estrutura no setor. Em outras palavras, concorda, apesar de certas qualificações, com a hipótese de Furtado, que a capacidade ociosa aumentou a rentabilidade no setor, gerando fundos necessários para sua expansão subsequente, além do fato de que a crise externa permitiu a compra de equipamentos de segunda mão dos países desenvolvidos.

Ao observar as diferentes séries de evolução da produção industrial (ver gráfico 1), apesar de apresentarem pequenas diferenças, todas mostram um mesmo caminho: evolução e crescimento da produção industrial no Brasil na década de 1930. Assim, torna-se necessário contestar as argumentações colocadas por Dean (1971), alegando que a crise do café retardou o desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo, e a idéia de que a crise prejudicou o desenvolvimento industrial durante os anos de 1930.

Suzigan (1984), apesar de concordar que a década de 1930 pode ser caracterizada como uma fase de industrialização via substituição de importações, alega que durante esses anos, não foi posta em prática qualquer tipo de política que beneficiasse o desenvolvimento de indústrias específicas, além de que a intervenção do Estado no mercado foi sobretudo no âmbito do programa de sustentação do café. As políticas que promoveram o desenvolvimento industrial não foram completamente voltadas para a indústria. Foram tomadas políticas mais gerais, como políticas de comércio internacional e políticas tarifárias, que acabaram por influenciar o desenvolvimento industrial.

Gráfico 1: Comparação da evolução da produção industrial, 1927 - 1939



Fonte: MALLAN et alli, 1977, 269.

"Entretanto, não havia ainda adoção de um conjunto de políticas para a promoção do desenvolvimento industrial, embora novamente algumas das medidas de política econômica mais gerais implementadas influenciassem o setor industrial (especialmente aquelas relacionadas com o comércio exterior e políticas tarifárias)" (W. Suzigan, 1984, p. 133).

Em relação a Furtado, Suzigan (1984) conclui que sua argumentação sobre a industrialização foi "essencialmente correta", apesar de poder fazer algumas qualificações. Primeiro, Furtado teria subestimado o crescimento industrial antes de 1930. Acredita que o crescimento da indústria não esteve limitado aos bens de consumo e materiais de construção como Furtado sugeriu, devendo-se incluir a produção de insumos e bens de capital leves para os setores agrícolas de exportação e de transportes e para o processamento de produtos de exportação. Também acredita que não se deve julgar 1930 como um momento de inflexão, pois quando ocorreu a Grande Depressão o crescimento industrial já havia se auto-sustentado, não dependendo diretamente da expansão da renda do setor exportador. Para o autor, esta transição ocorreu antes de 1930.

"De uma conclusão geral, entretanto, não se pode escapar: a interpretação de Furtado sobre a década de 1930 como um momento decisivo para o desenvolvimento industrial brasileiro é essencialmente correta, por mais que deva ser aperfeiçoada" (idem, p. 143).

Seguindo o argumento de Cardoso de Mello (1975), Suzigan (1984) argumenta que não foi feita uma distinção entre o processo de expansão/diversificação industrial durante os anos 1930, e a industrialização dos anos 1950. Outra qualificação feita por Suzigan (1984) diz respeito ao fato de que Furtado considerou a desvalorização da taxa de câmbio como responsável pela proteção e estímulo à diversificação industrial em função da alteração dos preços relativos. Suzigan (1984) considera que este foi o aspecto fundamental para a proteção e estímulo ocorrido; porém, concorda com Malan et alli (1977) de que esta proteção não resultou apenas da alteração dos preços relativos em virtude da depreciação do câmbio, mas também derivou da política tarifária que aumentou as taxas nominais em 1930 e em 1934, bem como da intervenção direta do governo no comércio internacional, por meio do controle cambial e restrição a importações.

Suzigan (1984) também critica autores como Dean (1971) e Versiani & Versiani (1977), que generalizaram a versão extrema da teoria dos choques adversos, sem periodizar corretamente o processo de industrialização. Inclui neste rol até mesmo seu trabalho feito anteriormente em parceria com Aníbal Villela (Villela & Suzigan (1975)), alegando ser possível aceitar o fato de que as crises no setor externo tiveram efeitos diferentes sobre a produção e o investimento industrial em diferentes períodos. Concorde com Fishlow (1972) e Versiani & Versiani (1977) que as crises cambiais aumentavam a produção substitutiva local e o interesse dos capitalistas em fazer investimentos no setor industrial, mas que, antes da década de 1930, também encareciam os bens de capitais necessários para esses investimentos. Assim reconhece que a expansão da capacidade produtiva (mas não necessariamente da produção) ocorria normalmente em momentos de crescimento do setor externo, dinâmica esta que se alterou na década de 1930 e, sobretudo, na década de 1950.

Em relação a Peláez, Suzigan (1984) argumenta que o autor teve a intenção de criticar a interpretação dos choques adversos, contudo, pode-se considerar que os anos 1930 foram um período que pode ser entendido nos termos dos choques adversos. Além do mais, Peláez não ofereceu uma outra interpretação sobre o desenvolvimento da indústria no país. Na prática, Peláez apenas analisou estaticamente as taxas relativas de retorno entre investimentos no setor de exportação e atividades internas, chegando à conclusão de que os programas de valorização do café retardaram o desenvolvimento da

indústria no país, mas sem avaliar a interação dinâmica entre os dois setores ao longo do tempo, como propusera Furtado.

Este ponto foi melhor desenvolvido por Silber (1977), que fez uma análise interessante dos efeitos da política de defesa do café sobre o setor industrial. Segundo o autor, deve-se separar dois efeitos desta política, sendo o primeiro (positivo) tipicamente apontado por Furtado, e o segundo (negativo) por Peláez: (a) o desenvolvimento industrial teria sido incentivado por meio da expansão da demanda por produtos industriais, uma vez que a renda dos cafeicultores não podia ser canalizada para o exterior, em razão da limitada quantidade de divisas disponíveis; (b) o setor industrial foi penalizado em relação ao cafeeiro devido à distorção dos preços relativos em favor do café, pois o preço do café caiu menos do que cairia sem a proteção do governo. O autor critica Furtado pelo fato de não ter feito tal separação e foi justamente nesta lacuna da obra de Furtado, que Peláez se ateu alegando que a proteção conferida ao setor cafeeiro implicou no atraso da estrutura industrial ao longo dos anos 1930.

“Peláez argumenta que proteger o setor cafeeiro durante a década dos 30, através da fixação de um preço mínimo para o produto, impediu a industrialização. Esta conclusão deriva da análise desenvolvida a partir de um modelo de equilíbrio geral microeconômico, onde a imposição de um imposto de exportação e a fixação de preços mínimos internos para o café, distorce rentabilidades relativas em detrimento da industrialização. O efeito desta política seria inibir a expansão da oferta de produtos industriais internos” (S. Silber, 1977, p. 206).

Silber (1977) alega que apesar desse resultado ser estaticamente correto, sua importância não foi substancial para os anos 1930, pois o fundamental para explicar o crescimento da indústria teria sido a dinâmica da demanda interna. Assim, os resultados obtidos por Peláez sobre a política de defesa do café, seriam válidos apenas para a década de 1920 e não para 1930.

Em suma, a despeito de qualificações pertinentes, o debate acadêmico posterior rechaçou as críticas de Peláez a Furtado na questão das relações entre política de defesa do café e recuperação industrial na década de 1930.

2.3 - INTENCIONALIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA

Depois de tratadas as diferentes interpretações acerca das origens da industrialização, é importante relacioná-las com tema central do trabalho, com as

implicações e desdobramentos da Revolução de 1930, em termos do tipo de ação adotada pelo governo: privilegiou o modelo tradicional anterior, adotando um comportamento conservador? Ou agiu com intuito de transformar a estrutura econômica, no sentido reformador?

Iniciemos com a discussão da política cambial e de negociação da dívida externa, com o objetivo de avaliar se elas atuaram no sentido de privilegiar um projeto industrializante previamente elaborado, ou se estas políticas foram adotadas como reação inicial à restrição do financiamento externo e à crise de superprodução do café. É verdade que o controle cambial reduziu bastante o coeficiente de importação, permitindo que a balança comercial voltasse a ser superavitária e equilibrasse os efeitos negativos sobre o nível da renda. A política cambial, somada aos controles do comércio, foi bastante importante para o desenvolvimento da indústria, protegendo a produção interna da concorrência estrangeira. No entanto, foi este seu objetivo prioritário?

Nas palavras de Bastos (2001, p. 170), mais importante do que se centrar na retórica legitimadora da política econômica, deve-se enfatizar os interesses priorizados por sua execução:

“Seja como forem suas convicções doutrinárias, entretanto, Vargas, Whitaker e Aranha não eram professores ou teóricos, eram políticos envolvidos com a gestão de políticas econômicas em um contexto restritivo. Sendo assim, mais do que enfatizar as restrições ideológicas e doutrinárias que herdaram de seu passado como políticos da Velha República, é preciso identificar tanto aquilo que os obrigava a não implementarem sempre as políticas ortodoxas que viam ainda como desejáveis em circunstâncias ideais, como aquilo que os disciplinava, senão o suficiente para que conseguissem implementar políticas ortodoxas em um cenário em que elas seriam desastrosas, pelo menos para manter as aparências. Para este fim, a imagem de que agiam (e não apenas falavam) p’rá inglês ver é rigorosamente adequada: pelo menos até que ficasse claro qual a profundidade da ruptura dos mercados internacionais de capitais ao longo dos anos trinta, as autoridades econômicas brasileiras não pretenderam se afastar, sem vacilações, idas e voltas, das políticas econômicas tidas como necessárias para assegurar boas relações com a comunidade financeira internacional. Isto fica claro na análise feita adiante a respeito da condução da política cambial”.

Para o autor, a necessidade de rolar débitos externos em meio à crise financeira mundial e assegurar a credibilidade do novo regime político junto aos centros financeiros credores restringiu inicialmente a autonomia da política econômica local, sendo necessário executar políticas econômicas condizentes com os interesses externos, isto é, seguir um programa austero que indicasse aos credores internacionais a realização de esforços para destinar saldos fiscais e cambiais para o pagamento da dívida. Era necessário manter as aparências, “agir p’rá inglês ver”, ou seja, dever-se-ia manter boas relações com a

comunidade financeira internacional, pelo menos até que se ficasse claro realmente o grau de ruptura dos fluxos de capitais externos.

Desse modo, em 1931, a prioridade do governo foi o controle do câmbio, através do estabelecimento do monopólio cambial por parte do Banco do Brasil.⁹ Leia-se: era fundamental honrar os compromissos externos, uma vez que o Governo tinha esperanças na restauração do fluxo de capitais externos. Apesar da imposição do controle cambial, não foi possível honrar o pagamento integral do serviço da dívida, uma vez que além de comprometer grande parcela do saldo comercial, a desvalorização da moeda doméstica implicou no crescimento da carga da dívida sobre o orçamento do governo. A solução tomada pelo governo foi o estabelecimento do 3º *Funding Loan*.¹⁰ Em resumo, este acordo de consolidação apenas adiou, mais uma vez, o problema para o futuro, pois o montante da dívida aumentou, e o saldo em circulação cresceu. Na tabela 5 é possível acompanhar a evolução do serviço da dívida pública brasileira.

⁹ O Banco do Brasil obteve o monopólio das compras de câmbio de exportadores e as vendas seriam reguladas por um sistema de prioridades. Isto é, os exportadores seriam obrigados a vender suas divisas ao mesmo câmbio: à taxa oficial. Depois, o Banco do Brasil venderia essas divisas baseando-se na lista de prioridades estabelecidas pelo governo, necessária para que pudesse honrar o pagamento da dívida externa. A lista de prioridades era a seguinte: (a) serviço da dívida e compras oficiais; (b) importações essenciais; (c) outros: (i) pequenas remessas para manutenção pessoal no exterior; (ii) determinadas remessas de juros e dividendos sobre capital estrangeiro; (iii) importações em larga escala em conta aberta e consignação; (iv) obrigações anteriores de alto valor.

¹⁰ Julga-se importante lembrar que os *Fundings Loan* (1898, 1914 e 1931) foram empréstimos de consolidação com objetivo de refinanciar automaticamente os juros e amortizações da dívida externa em momentos de dificuldades do balanço de pagamentos. Como os recursos que o país tinha não eram suficientes para pagar a dívida externa, o governo optou por pagar os empréstimos e os juros, com novos empréstimos, elevando cada vez mais o montante da dívida. No último empréstimo de consolidação o prazo de adiantamento foi de três anos, enquanto nos outros foi de treze.

Tabela 5: Serviço da dívida pública externa brasileira, 1925 –1940

Em milhões de libras esterlinas

Ano	Serviço da dívida pública externa*	Entrada relativa a novos empréstimos	Entrada líquida relativa à dívida pública externa
1925	10,2	3	-7,2
1926	11,6	25,8	14,2
1927	13,3	24	10,7
1928	16,9	23,5	6,6
1929	17,3	2,5	-14,8
1930	19,7	18	-1,7
1931	21,8	1,4	-20,4
1932	12,5	5,7	-6,8
1933	11,9	5,7	-6,2
1934	12,6	5,5	-7,1
1935	7,5	0	-7,5
1936	7,9	0	-7,9
1937	8,5	0	-8,5
1938	0	0	0
1939	0	0	0
1940	3,4	0	-34

Fonte: IBGE - *Estatísticas históricas do Brasil*, pág. 588. Observação: os dados correspondem ao total da dívida pública externa, incluindo os compromissos com a União, Estados e Municípios.

*: dados incluem os juros, amortizações e comissões

Em suma, as primeiras políticas econômicas adotadas pelo Governo Provisório para enfrentar a crise do balanço de pagamentos foram a renegociação da dívida externa e o estabelecimento do controle de câmbio. Essas políticas foram uma tentativa de minimizar os efeitos do estrangulamento externo sobre o balanço de pagamentos e honrar o pagamento da dívida externa, com intuito de preservar as boas relações com a comunidade internacional. Indiretamente, estas medidas implicaram escassez de recursos para as importações, mas esta ação foi mais reflexo da tentativa de manter boas relações com capital internacional, do que uma política deliberada de proteção às indústrias nacionais. Segundo Bastos (2001), isso fica claro se frisarmos que a prioridade definida pelo controle cambial de 1931 definia as “importações essenciais” segundo um critério que não distinguia

favoravelmente as importações fundamentais para a expansão da indústria, discriminando as importações de petróleo, carvão e produtos químicos. Assim, a política cambial não foi, de início, orientada para estimular a modernização industrial deliberadamente, embora o fizesse indiretamente.¹¹

Tabela 6: Importação segundo os tipos de bens, 1901 – 1939, em %

Período	Bens de consumo	Combustíveis e lubrificantes	Matérias-primas	Bens de capital
1901 - 1907	36,9	8,2	46,9	7,1
1908 - 1913	30,8	8,6	46,7	13,9
1914 - 1918	26,2	14,6	52,3	6,9
1919 - 1923	19,9	12,9	55,7	11,5
1924 - 1929	21,3	11,1	52,8	14,8
1930 - 1932	17,1	16,0	55,9	11,0
1933 - 1939	17,6	12,4	52,1	17,9

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 72.

Segundo o autor, é verdade que, até 1937, “a sucessão de moratórias e renegociações dos termos de pagamento dos compromissos financeiros velhos atesta uma progressiva resistência contra a prioridade inicialmente conferida a honrar os débitos”. No entanto, “o câmbio comercial permaneceu pouco seletivo e sujeito a alterações freqüentes que não desvelam a intenção de utilizá-lo, conscientemente, para proteger a produção de bens finais e, ao mesmo tempo, subsidiar a importação dos bens necessários pelo funcionamento corrente e pela formação de capital fixo na indústria — pelo menos até uma data tão tardia quanto 1942” (idem, p. 179). De fato,

“...Em 1933, a contínua escassez de divisas forçou a adoção de um critério informal de distribuição de divisas para importações (Abreu, 1999), mas o acesso dos importadores ao “mercado cinzento” (para o qual se direcionava uma proporção variável entre 25 e 50% das exportações não-caféieras) não era regulado por qualquer critério de essencialidade da importação (ainda que a competição de recursos para remessas

¹¹ “A prioridade de uso das reservas, determinada pelo controle cambial de setembro de 1931, é significativa: a dívida externa e as compras dos governos foram elencadas como prioridade de primeira ordem, seguidas de “importações essenciais” (não definidas segundo um critério que distinguíssem favoravelmente as importações fundamentais para a expansão da indústria, pois discriminavam as importações de petróleo, carvão e produtos químicos), e remessas de lucros”: P. Bastos, 2001, p. 180.

financeiras privadas encarecesse as importações). Já em setembro de 1934, o critério de seletividade das importações realizadas pelo novo mercado oficial parece ter sido relaxado (levando em conta as importações de bens de consumo duráveis) e, em fevereiro de 1935, todas as importações privadas foram indiscriminadamente transferidas para o mercado livre — encarecendo-as em geral. Em dezembro de 1937, a instituição de novo controle cambial finalmente se fez conjugado à moratória da dívida externa, visando liberar recursos para outras finalidades (particularmente importação para obras públicas e reaparelhamento militar). Seja como for, as importações privadas continuaram sendo feitas sem critério de essencialidade... (e) não houve qualquer iniciativa no sentido de instituir diferentes taxas de câmbio para reduzir (seletivamente) o preço das importações complementares e, assim, reduzir custos de investimento e operação de plantas produtivas domésticas” (idem, p. 180-1).

Tabela 7: Evolução da taxa de câmbio, 1929 – 1940
Cr\$ por moeda externa

Ano	Libra		Dólar E.U.A	
	Livre	Oficial	Livre	Oficial
1929	41,01		8,48	
1930		44,33		9,24
1931		62,95		14,27
1932		48,53		14,13
1933		53,15		12,7
1934	73,42	59,7	14,69	12,08
1935	85,11	57,91	17,4	11,9
1936	86,23	58,41	17,23	11,77
1937	78,79	56,86	16,03	11,4
1938	86,39	57,6	17,62	
1939	85,75	71,07	19,22	16,64
1940	79,99	67,3	19,8	16,63

Fonte: M. Abreu, 1999, 114.

Em 1934, foi possível reverter as políticas seguidas no período anterior (1931-1934). A economia mundial estava se reerguendo, o preço do café apresentou leve recuperação, o nível de atividade em diversas economias foi restaurado. Houve uma liberalização no mercado cambial no país, com pouca seletividade nas importações. Em 1937, porém, frente à incapacidade de honrar o pagamento da dívida externa, o governo decretou a suspensão de todos os pagamentos. Além disto, a grave crise pela qual o balanço de pagamentos estava passando, tornou necessário novamente a introdução o controle

cambial, adotando mais uma vez a “lista de prioridades”¹² das importações. Na tabela 8, pode-se analisar a evolução da composição da dívida externa em circulação.

Tabela 8: Composição da dívida externa nominal em circulação, 1929 – 1940
Em milhões de libras esterlinas

Anos	Empréstimos em libras	Empréstimos em dólares	Empréstimos em francos	Empréstimos em florins	Total
1929	1532,2	70,9	12,4	1,0	237,5
1930	163,0	76,6	12,4	0,9	252,9
1931	156,7	107,6	17,6	1,1	283,0
1932	154,8	109,5	18,0	1,0	283,0
1933	161,2	73,9	19,7	1,0	255,8
1934	1692,2	76,1	22,8	1,1	262,4
1935	160,4	75,2	22,5	1,2	259,3
1936	157,9	74,5	16,0	0,9	249,3
1937	156,4	71,4	11,4	0,9	240,1
1938	156,3	76,4	9,4	1,0	243,1
1939	156,3	90,7	9,5	1,1	237,6
1940	152,7	82,5	3,5	0,6	239,3

Fonte: M. Abreu, 1999, 40.

Segundo Bastos (2001), embora não se explicitem critérios seletivos para as importações precocemente, a evolução da política cambial de 1933 em diante é muito sintomática do incentivo seletivo à diversificação de exportações. Em suas palavras:

“Entre janeiro e abril de 1933, permitiu-se que parcela entre 25% e 50% das receitas das exportações não-cafeeiras fossem vendidas com ágio em um “mercado cinzento” — meio caminho entre o câmbio oficial e o mercado negro. Enquanto isto, como se sabe, a criação do DNC em fevereiro de 1933 organizaria a queima dos estoques e centralizaria de vez as exportações de café e as respectivas divisas geradas com elas — aos olhos dos cafeicultores, o maior exemplo de “confisco cambial” da história do produto. Em 10/09/1934, todas as receitas obtidas com exportações diferentes do café passaram a serem vendidas no mercado livre (com ágios em relação à taxa oficial), de maneira a incentivar a diversificação de exportações; mas as importações privadas, sem diferenciação (bens de produção ou não), ainda eram feitas à taxa oficial. Em 11/02/35, as exigências dos compromissos financeiros e comerciais federais passaram a absorver 35% das exportações não-cafeeiras, à taxa oficial, mantendo os restantes 65% no mercado livre. Mas todas as importações privadas foram encarecidas ao serem transferidas do câmbio oficial para o mercado livre,

¹² O critério de prioridade adotado foi: (a) necessidade da administração pública; (b) importação de mercadorias e fretes de exportação; (c) despesas no estrangeiro das empresas de serviço público; (d) remessas de dividendos e lucros em geral; (e) outras remessas.

também de maneira a liberar recursos para os atrasados financeiros e comerciais ao câmbio oficial — provocando, deliberadamente ou não, um aumento dos ágios pagos aos exportadores no mercado livre, às *custas dos importadores, quaisquer que fossem eles*” (Bastos, 2001, p. 187).

Tabela 9: Taxa média de crescimento da produção anual, em %

Atividades	1928 - 1933	1932 - 1939
Cimento	14	25
Siderurgia	6	20
Papel	3	22
Borracha (pneus)		53
Couros e peles	0	13
Produtos químicos	-2	11
Têxteis	0	13
Calçados	-6	9
Mobiliário	-8	23
Prod alimentares	1	4
Bebidas	-6	7
Fumo	-1	5
Gráfica	-6	9
Indústria total	-1,7	10

Fonte: Haddad (1977).

O monopólio cambial durou até abril de 1939. A “relativa” liberdade cambial foi restabelecida como um resultado do fim das negociações com os Estados Unidos sobre os atrasos dos pagamentos brasileiros. Entre 1938 a 1939, o pagamento da dívida externa foi suspenso e criou-se um imposto de 3% sobre todas as transações cambiais. Somente em 1939 foi possível liquidar os créditos comerciais atrasados desde 1933. A recuperação da liberdade cambial ocorreu devido à melhora do saldo em transações correntes. Os exportadores puderam vender seus divisos aos bancos comerciais, os quais eram obrigados a repassar 30% ao Banco do Brasil à taxa oficial, visando cumprir as obrigações externas do governo. O restante, com autorização do Banco do Brasil, poderia ser vendido à taxa do mercado para os importadores.

Partilhando das opiniões de Bastos (2001), considera-se aqui que a evolução da política cambial indica que, pelo menos até a eclosão do Estado Novo, esta política não foi

conduzida, de modo coerente, de acordo com uma “consciência industrializante”.¹³

2.4 – O projeto de diversificação produtiva e a superação da monocultura

Desde o final do século XIX que a economia cafeeira sofria com os problemas de superprodução. Desde a Primeira República, foram postas em prática diversas políticas com o objetivo de sustentar o preço do café, em virtude da sua importância para a economia do país. A primeira foi celebrada com a assinatura do Convênio de Taubaté, marcando a implantação do primeiro programa de valorização do café (1906), cujo objetivo era, em linhas gerais, contrair artificialmente a oferta de café para sustentar o preço do produto. Graças ao seu sucesso inicial, houve mais dois planos de valorização do produto (1917 e 1921).

Tabela 10: Produção de café no Brasil, em sacas, 1821 – 1900

Anos	Produção
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

Fonte: S. Silva, 1995, 43.

¹³ O referido autor considera que a criação da CEXIM-BB (Carteira de Exportação e Importação), em 1941, foi um marco na percepção de que se deveria reservar praça marítima para importações essenciais para a expansão industrial. Não obstante isto, cita uma carta de 19.06.1942 do adido comercial brasileiro nos EUA ao diretor da CEXIM, que indica que *até então a carteira não selecionava criteriosamente as importações*, a despeito da escassez de praça marítima: “...*(nos) Certificados Gerais que a Carteira de Exportação e Importação, por solicitação dos importadores, vem emitindo, encontramos algumas centenas que se referem a pedidos para aparelhos de rádio e seus acessórios, refrigeradores e acessórios, pimenta-do-reino, cravo-da-Índia e outras especiarias, coleiras de cachorro, esmalte para unhas (etc.)... Chegamos a um momento em que se faz necessário modificar por completo o critério de importação, cabendo à Carteira tornar mais rígido o controle que mantém sobre ela... As drásticas reduções que vêm sendo impostas às exportações (dos EUA)... não deixa outra alternativa senão a Carteira limitar à emissão de Certificados de Necessidade ou*

Em razão do sucesso obtido, os cafeicultores se sentiram cada vez mais encorajados a continuar plantando e colhendo café. Os preços elevados estimularam o aumento das plantações; logo, foi necessário aumentar os estoques de café para sustentar seu preço, criando um ciclo vicioso: a expansão dos estoques implicou no aumento do preço do produto, tornando interessante a expansão das plantações, em virtude do crescimento de seus lucros. Enfim, as plantações aumentaram e os estoques também. E assim sucessivamente até que esta situação encontrasse seu limite.

O êxito dos programas de valorização do café criou a idéia de garantir permanentemente a defesa do café. Em meio a esse clima de euforia, foi criado o Instituto de Defesa Permanente do Café (1922).¹⁴ No ano seguinte, este programa de defesa permanente foi abandonado pelo Governo Federal, sendo transferido para o Estado de São Paulo, e transformado no Instituto do Café de São Paulo, funcionando até 1929.

A Grande Depressão implicou grande queda do preço do café, desincentivando sua plantação. Entretanto, durante os anos de crise, a produção continuou se expandindo devido aos investimentos feitos anteriormente, uma vez que a característica da cultura cafeeira é o prazo longo de maturação da colheita, ou seja, quatro ou cinco anos para a primeira colheita após o plantio. Assim, tentou-se defender o café, em virtude de sua importância para a economia do país, mas a Grande Depressão e a própria crise da economia cafeeira apontaram a necessidade de procurar novos rumos para a economia brasileira, encontrar uma nova alternativa para crescimento e desenvolvimento do país. A superação da monocultura implicaria aumento do apoio à expansão do mercado interno, tanto da indústria quanto da agricultura.

Na década de 1930, conforme pode ser observado na tabela 11, o algodão aumentou sua importância na pauta agrícola. Villela & Suzigan (1975) argumentam que o aparecimento do algodão como segundo produto de exportação, amenizou os efeitos da crise cafeeira sobre o comércio exterior. Neste período outras culturas agrícolas tiveram

Gerais para os materiais rigorosamente vitais para a economia nacional... A orientação que se impõe é uma só: promover a importação de bens de produção em lugar de bens de consumo” (P. Bastos, 2001, p. 182).

¹⁴ Ao mesmo tempo em que o Congresso aprovou a criação deste Conselho, ocorreu o terceiro programa de valorização do café, que necessitou de um empréstimo de 9 milhões de libras. No entanto, uma das cláusulas desse empréstimo impedia a expansão da oferta monetária, além de que, o lucro da venda do café seria de posse dos banqueiros. Desse modo, as bases de financiamento desse Instituto não poderiam ser usadas. Logo, “o novo esquema já nascia morto pela carência de recursos”: R. Perissinoto, 1994, p. 83.

crescimento extraordinário, cuja produção foi direcionada para o mercado interno (arroz, feijão, cana-de-açúcar, trigo, milho, mandioca, entre outras). Observando a tabela 12, é possível observar as modificações na estrutura de oferta de produtos agrícolas.

Tabela 11: Produção das principais culturas de exportação, 1930 - 1939
Em toneladas

Anos	Café	Cacau	Algodão (pluma)
Média 1925 - 1929	1.239.251	68.114	119.090
1930	1.634.145	68.729	95.486
1931	1.301.670	76.738	112.789
1932	1.535.745	104.437	76.416
1933	1.776.600	100.074	151.253
1934	1.652.538	107.922	284.604
1935	1.135.872	127.116	297.306
1936	1.577.046	126.677	351.543
1937	1.460.959	118.900	405.024
1938	1.404.143	141.839	436.628
1939	1.157.031	137.759	428.523

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 428.

Tabela 12: Área cultivada segundo as principais culturas

Produtos	% média dos períodos	
	1931 - 1932	1937 -1938
Algodão	6,5	16,9
Arroz	7,3	6,9
Cacau	1,5	1,3
Café	35,8	25,5
Cana-de-açúcar	3,2	3,4
Feijão	6,1	7,2
Fumo	0,8	0,7
Mandioca	2,4	3,2
Milho	32,2	29,9
Trigo	1,4	1,2
Outros	2,8	3,8
Total	100,0	100,0

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 190.

Villela & Suzigan (1975) argumentam que essas transformações apontam a transferência de recursos entre as principais culturas, ou seja, houve expansão da área de cultivo do algodão e queda na de café, assim como expansão nas culturas voltadas para o mercado interno, apesar de sua importância ter sido menor. Pode-se atestar as modificações ocorridas nas áreas cultivadas na tabela 13, onde se observa a taxa de crescimento do índice de volume físico da produção agrícola, e do índice de preços.

“De um modo geral, a Crise de 1929 acarretou significativas transformações na estrutura produtiva da agricultura do País. Uma das mais notáveis foi a intensa substituição do café por outros produtos primários – como o algodão, a cana-de-açúcar, a laranja, o hortifrutigranjeiros, o milho, o arroz e o feijão”
(P. Beskow, 1994, 46).

Tabela 13: Taxas anuais de crescimento da produção real e dos preços, 1930 - 1939

	Preços (%)		Produção real (%)	
	1930 - 1931	1930 - 1939	1930 - 1931	1930 - 1939
1. Lavouras	-29	-0,9	-8,5	2,6
1.1 Culturas para mercado interno	-8,3	1,6	4,9	3,3
1.2 Culturas para exportação	-46,1	-3,6	-17,4	2,2
1.3 Matérias-primas para uso industrial	-1	2,7	-6,4	0,7
2. Produção animal	5,3	5,3	2,9	0,3
3. Extração vegetal	-5,5	6	11,1	5,6
4. Total	-22,1	0,7	-12,1	2,1

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 426.

A respeito, pode-se concordar com Bastos (2001), segundo quem o novo governo já havia se iniciado com o projeto de diversificação da economia, incentivando a policultura em detrimento da monocultura cafeeira. Ademais, a policultura foi encorajada não apenas devido à vulnerabilidade da monocultura, mas devido às pressões de interesses socioeconômicos ligados a diversas regiões e ramos agrícolas brasileiros, e que eram convidados para o novo pacto político instituído depois da Revolução de 1930. Neste contexto, estimular a policultura significaria apoiar a expansão do mercado interno e encontrar apoios regionais ao projeto de centralização federal. Nas palavras de Bastos (2001, p. 185):

“Se é que há algum projeto econômico mais claro no início do que se convencionou chamar de ‘Era Vargas’, ele se associava à superação da monocultura, como tantas vezes repetido nos discursos de Vargas... No discurso feito ao assumir o Governo Provisório, Vargas já defendia a necessidade de “intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento de nossas sobras exportáveis (e) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando” (apud E. Carone, 1973, p. 16). Ao fazer o balanço de seu primeiro ano de governo, Vargas defendia ser necessário, em 1932, fomentar bancos especializados em créditos agrícolas, “com intuito determinado de promover o surto de novas riquezas agrícolas e amparar indústrias de produção existente: café, açúcar, cacau, álcool-motor, pecuária e seus derivados” (apud Dutra Fonseca, 1987, p. 212). Constatava que o novo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas (SIFA-MA) já contava com a existência de 330 campos experimentais de cooperação, os quais (realmente) produziram 600 toneladas de diversas espécies em 1932 — e segundo Vargas estariam desenvolvendo pesquisas cooperativas nas culturas de batata, coco, cacau, castanha, cana, cebola, arroz,

feijão, marmeleiro, vinha, mandioca, soja, mate, fumo, banana e abacate.”

Diante dos novos desafios econômicos e políticos, Vargas percebeu a necessidade de promover o desenvolvimento de instrumentos financeiros especializados em crédito agrícola, com objetivo de dar impulso ao cultivo de novas riquezas agrícolas e proteger as existentes. Neste aspecto, reproduzia em escala federal a experiência com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1928 especialmente para a estimular a diversificação produtiva estadual. Além disto, incentivou a criação de institutos e conselhos técnicos federais voltados para culturas específicas. Isto indica uma ruptura com o pacto político anterior, havendo novos objetivos a serem perseguidos, novos interesses a serem atendidos, e novos mecanismos institucionais de representação e implementação de políticas. Os próprios Institutos e Conselhos foram uma característica desse novo Estado, que visou manter sob sua direção os diferentes grupos regionais, que encontravam nestes organismos um lugar específico para lutar e defender seus interesses particulares. Nas palavras de Liana Aureliano:

“O Estado atuará de modo a abrir suas estruturas à participação dos distintos ‘grupos’, agora não mais como blocos regionais... Penso que foi esse o sentido maior da presença dos Institutos, Conselhos, Comissões e outros órgãos criados ou mesmo apenas propostos pelo poder federal. Ao participar desses organismos, os ‘grupos sociais’, ainda que tragam as marcas regionais de sua origem, passarão a confrontar seus interesses em um espaço específico, agora frente a um denominador comum, seja ele a ‘indústria’, o ‘café’, o ‘açúcar’ etc” (L. Aureliano, 1999, p. 100).

A crise de 1929, além de afetar o mercado internacional do café, também pressionou negativamente o açucareiro, exigindo a intervenção neste mercado. Assim, em 1933, o Governo decidiu criar o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), para organizar esse setor e impedir que os cafeicultores vissem no açúcar, um substituto interessante para seus cafezais.

Entretanto, deve-se lembrar que antes de sua criação o Governo já tinha tomado as primeiras políticas em prol da indústria açucareira. Inicialmente, o Governo estabeleceu a obrigatoriedade de 5% de álcool na gasolina, e criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (através do Decreto nº 20761, em dezembro de 1931); também organizou a Comissão dos Estudos sobre o Alcool-Motor, com objetivo de estimular a utilização do álcool como fonte de combustível nacional. Por último, em novembro de 1932, limitou a

produção de açúcar em todo território nacional e expandiu a produção do álcool-motor (Decreto nº 22152).

Tabela 14: Principais produtos agrícolas de exportação, em %, 1889 - 1939

Período	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e peles	Outros
1889 - 1897	67,6	6,5	1,1	1,2	1,7	2,9	11,8	2,4	4,8
1898 - 1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911 - 1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20	4,2	4,4
1914 - 1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12	7,5	17,4
1919 - 1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3	5,3	16,5
1924 - 1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2	1,9	2,8	4,5	9,7
1930 - 1933	69,1	0,6	3,5	3	18	1,4	0,8	4,3	15,5
1934 - 1939	47,8	0,5	4,3	1,4	1,6	17,6	1,1	4,4	21,3

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 70.

Nota: A categoria “outros” foi formada principalmente pelas exportações de tecidos, outros produtos manufaturados e minerais.

O cerne do IAA foi formular e executar a política açucareira, com o intuito de transformar o álcool em importante matriz energética do país. Na tabela 15, pode-se perceber a evolução da produção de álcool no país, deixando patente a necessidade do Estado de intervir nessa nova área da agricultura.

Na década de 1930, além do IAA, outros institutos específicos foram criados, como: Instituto do Cacau da Bahia (1931), teve como objetivo ajudar a lavoura de cacau no planejamento da produção, do transporte e da exportação; também se responsabilizou pelo crédito agrícola a curto prazo e ao crédito agrícola hipotecário, no longo prazo. Também teve a função de abrir novas rodovias na região cacauzeira; e de construção de armazém em Salvador para conservar 250.000 sacos de cacau em amêndoa.

Tabela 15: Evolução da produção de álcool, 1934 – 1939

Safra	Litros
1934 -1935	47.230.346
1935 -1936	62.038.610
1936 -1937	57.382.148
1937 -1938	63.861.605
1938 -1939	92.314.075
1939 -1940	93.714.239

Fonte: IAA – Anuários Açucareiros.

Em relação ao café, em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), com a função de controlar a política cafeeira, sendo transformado no Departamento Nacional do Café (DCN), em 1933, deixando inequívoca a nacionalização da política agrícola do café.

“A criação do DNC marcou a federalização definitiva da política agrícola do café, e o isolamento dos interesses de classe, pois no Conselho Nacional do Café, embora o Governo Federal tivesse maior influência, os representantes estaduais tinham voz e participavam ativamente da formulação das políticas” (C. Coelho, 2001, p. 06).

Em 1935, foi criado o Instituto Bahiano de Fumo, pelo governo da Bahia, com intuito de fomentar a pesquisa agrícola, com a criação de estabelecimentos de experimentação agrícola. No plano federal, o mesmo ocorreu com outros produtos agrícolas voltados para exportação, como no caso da erva-mate, criou-se o Instituto Nacional do Mate (1938); Instituto Nacional do Pinho (1941), Banco de Crédito da Borracha (1942); Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca – CEPM – em 1942.

A criação destes órgãos federais, e a pressão instituída para a expansão do gasto público e do crédito público e privado, responderia a um novo bloco de interesses pactuado desde o governo provisório e, como veremos adiante, exigiria um relaxamento heterodoxo das políticas fiscal e monetária que entrava em contradição com a austeridade macroeconômica requerida pelos credores externos, e advogada internamente por aqueles que consideravam fundamental preservar a credibilidade do novo regime perante os centros financeiros internacionais.

Tabela 16: Recuperação econômica – taxa de crescimento, 1933 – 1939

Produto físico	5,0% aa
Crescimento industrial	11,2% aa
Produção agrícola	2,0 % aa
Agricultura de exportação	1,2% aa

Fonte: P. Bekow, 1994, 45.

2.5 - CONTROVÉRSIAS EM TORNO DAS POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA

Em relação à política fiscal, Furtado alegou que a economia brasileira se recuperou nos anos 1930, baseada em déficits substanciais, incorridos pelo governo federal. Apesar dos discursos das autoridades governamentais pregarem, com recorrência, a ortodoxia em termos de política fiscal, na prática, como os próprios dados mostram, a política não foi guiada pelo equilíbrio orçamentário. E graças a estes déficits fiscais substanciais foi possível recuperar a economia. Nas palavras de Furtado:

“Na realidade o Brasil estava construindo a famosa pirâmide que iria ser mais tarde imaginada por Keynes... Assim é que a política de proteção do café não passou, na realidade, de um autêntico programa de expansão da renda nacional. O Brasil adotava na prática uma política anticíclica de envergadura muito mais ampla que a da que, nos países industrializados, não chegava sequer a ser sugerida... segue-se, claramente, que a recuperação da economia brasileira ocorrida de 1933 em diante, não teve por causa nenhum fator externo, provocou-a a política de escorva de bomba (*pump priming politic*) adotada inconscientemente pelo Brasil como subproduto da proteção do café” (C. Furtado, 1977, p. 193).

Furtado, ao admitir o uso de uma política anticíclica keynesina “*avant la lettre*”, sustenta que a expansão do crédito também levou ao crescimento dos meios de pagamentos, possibilitando manter elevado o nível da renda monetária do país. Portanto, houve condições para preservar o nível de atividade dentro do país. No entanto, frente à expansão do nível de atividade interno, aumentou-se a demanda por produtos importados, gerando um problema para cobrir as importações, dada a escassez de reservas cambiais.

Diante disto, o Governo depreciou o câmbio e pôs em prática políticas de retenção dos estoques de café, destruindo entre 1931 e 1944 cerca de 78 milhões de sacas, financiando essa operação, principalmente, via déficit orçamentário. Furtado alegou que o financiamento da compra se fez por meio da criação de poder de compra novos, via déficits

orçamentários cobertos por emissão do Banco do Brasil.

Peláez critica Furtado alegando que somente o déficit ocorrido em 1932 pode ser considerado como uma política compensatória keynesiana, além de ter sido ocasionado por um acidente histórico, a revolução paulista. Nos outros anos do governo de Getúlio Vargas, teria sido seguida uma política deliberada de equilíbrio orçamentário e não de emissão de moeda. Para Peláez, o Brasil não estava construindo a pirâmide de Keynes, e sim, seguindo políticas completamente contrárias às suas propostas.

Peláez argumenta que a redução das despesas somada à rigidez financeira não era ideal para guiar a economia em virtude da depressão. Ele destacou os efeitos negativos das ações do governo, sinalizando a política fiscal como responsável pelo aprofundamento da depressão em 1931. De acordo com o autor, o déficit foi causado pela redução do comércio internacional e portanto dos impostos vinculados a ele, sem ação compensatória do governo.

Tabela 17: Despesa do governo federal segundo categoria econômica, 1925 – 1940

% do total em valores correntes

Anos	Consumo	Subsídio	Transferências	Dívida pública	FBKF*	Aquisição de ativos existentes	Total
1925	61,8	0,9	3,6	26,6	7,1	-	100,0
1926	63,6	0,6	3,6	23,9	8,3	-	100,0
1927	61,6	0,6	3,4	30,7	3,7	0,0	100,0
1928	56,9	1,3	3,5	33,0	5,3	0,0	100,0
1929	60,0	1,6	3,4	30,2	4,8	-	100,0
1930	74,1	1,5	3,2	16,7	4,5	-	100,0
1931	55,0	1,1	4,2	36,5	3,2	-	100,0
1932	77,3	0,7	3,3	13,3	5,4	-	100,0
1933	29,2	1,5	5,1	53,9	10,3	0,0	100,0
1934	68,7	1,0	4,6	23,3	2,4	-	100,0
1935	67,7	1,1	5,0	23,1	3,1	-	100,0
1936	68,3	1,2	4,9	19,8	5,8	-	100,0
1937	78,3	0,2	4,0	16,5	1,0	0,0	100,0
1938	69,8	2,0	3,0	21,1	4,1	0,0	100,0
1939	59,1	1,0	2,9	19,0	18,0	0,0	100,0
1940	63,0	-	3,1	15,8	18,0	0,1	100,0

Nota: * Formação bruta de capital fixo

(-) despesa não ocorreu

(0) despesa desprezível

Fonte: Centro de estudos fiscais, IBRE/ FGV – com base nos balanços gerais da União.

Como os economistas debateram posteriormente a questão?

A melhor contribuição para ser a de Simão Silber (1977). Analisando novos dados, o autor concluiu que a política monetária não teve cunho ortodoxo. Os dados apontam que os meios de pagamento se expandiram continuamente de 1930 a 1939, exceto no ano de 1933. Segundo o autor, o volume dos meios de pagamentos duplicou ao longo da década de 1930, o que significaria uma política expansionista.

“É difícil interpretar a duplicação dos meios de pagamentos ao longo da década dos 30 como ‘ortodoxa’ e não se poderia atribuir a esse comportamento um entrave sério ao crescimento da economia brasileira ao longo desse período” (S. Silber, 1977, p. 199).

Segundo Silber, três fatores são responsáveis pela expansão dos meios de pagamentos na época: (a) programa de manutenção do café esteve ligado a créditos do Banco do Brasil e a emissões do Tesouro Nacional; (b) a reestruturação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil permitiu maior acesso ao redesconto de títulos industriais e comerciais, o que pode ter sido causado pela própria expansão da indústria ocorrida; (c) os déficits fiscais no início dos anos 1930 foram altos, representando cerca de 30% do total de gastos do governo (em 1930 e 1932), sendo em parte financiados por emissões. Em 1933 e 1934, este déficit foi totalmente financiado por emissões.

Tabela 18: Variação da taxa de crescimento do estoque de moeda, 1928 - 1939

Definição do estoque de moeda	Taxa média anual contribuída por:			
	Total	Base Monetária	Relação moeda em poder do público/ estoque de moeda	Relação encaixe bancário/ depósitos
M1	5,3	5,8	1,4	-1,1
M2	5,4	5,8	1,7	-1,5

Fonte: Malan et alli, 1980, 257.

Analisando os dados disponíveis, percebe-se que a participação do governo visou incentivar o crescimento do nível de renda, mesmo quando os déficits não significaram uma parcela importante dos gastos, ou seja, caracterizando uma política fiscal não ortodoxa.

“Parece-nos que o aumento da participação dos gastos do governo no dispêndio global associado aos déficits elevados do início dos anos 30, deve ter sido um elemento adicional para explicar o pequeno impacto da Grande Depressão na economia brasileira, bem como um fator favorável para a recuperação do nível do produto real, a partir de 1931. Mesmo quando o déficit diminui de importância, a participação do dispêndio do governo permanece elevada, em níveis superiores aos verificados na década dos 20, o que por si só já representa uma política fiscal expansionista” (idem, p. 199).

Em relação ao argumento de Furtado, Silber sustenta que a expansão da participação dos gastos do governo nos anos 1930, os déficits governamentais ocorridos, e

o superávit comercial entre 1930 a 1932, foram também responsáveis pelos resultados que Furtado associou apenas à política de defesa do café.

Também não concordou inteiramente com o argumento de Furtado de que o financiamento do café foi feito apenas por meio da expansão creditícia: parte minoritária das compras (e não majoritária, como alegava Peláez) foi financiada com impostos sobre a saca exportada; impostos estes que foram pagos pelos importadores que sancionassem os preços majorados pelos impostos. Assim, estes impostos não representaram uma redução da renda privada disponível internamente, estando distantes de uma política ortodoxa de busca do equilíbrio fiscal como prioridade máxima.

Revisionistas, como Peláez, ao sustentarem a hipótese de que foram adotadas políticas monetária e fiscal ortodoxas se basearam, em parte, em pronunciamentos feitos pelos governantes, como é possível observar na seguinte citação de Peláez:

“O Brasil estava convencido de que, no passado, os empréstimos externos haviam sido contraídos para financiar os déficits orçamentários. A nova política de Souza Costa/ Vargas visava evitar os déficits. Souza Costa foi presidente do Banco do Brasil, durante a primeira metade da década, e ministro da Fazenda até o fim da presidência de Vargas. Logo, sua influência na política governamental da década de 30 foi apreciável. A política econômica adotada pela sua administração resume-se no seguinte conceito: ‘A regra do equilíbrio (orçamentário) constitui um princípio indiscutível de sabedoria financeira e tem sido a meta do Governo... reduzir o déficit tanto quanto o permitem às atuais circunstâncias?...” (C. Peláez, 1970, p. 84).

Neste ponto, Silber o critica, pois as “intenções” dos governantes, citadas em discursos, não conferiram com o que realmente ocorreu. No que tange ao financiamento da política cafeeira, Silber alega que Peláez não adicionou os valores da safra de 1933 – 1934 ao afirmar que a política de compras foi financiada com impostos. Considerou apenas a de 1931- 1932, onde 65% das compras foram financiadas pelo imposto de exportação e o restante por meio de emissão de crédito. Incorporando a safra de 1933 – 1934, 52% do programa, em média anual, foi financiado por créditos do Banco do Brasil e Tesouro Nacional.

“No período de maio de 1931 a fevereiro de 1933, 65% das compras foram financiadas pelos impostos de exportação e 35%, por créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional (conta dos 10 shillings). Deve-se enfatizar que este período corresponde ao financiamento de uma safra elevada (1931/1932). Se adicionarmos aos dados de Peláez os referentes à safra de 1933/1934 (a maior de todos os tempos) vemos que as fontes de financiamento mudam sensivelmente e as operações de crédito representam agora 52% contra 48% da arrecadação de impostos” (S. Silber, 1977, p. 210).

Em suma, Silber acredita que o efeito-renda do programa de manutenção do café,

apesar de não ter sido tão importante quanto Furtado havia imaginado, não foi tão insignificante quanto Peláez julgou.

Outra crítica a Furtado foi feita por Villela & Suzigan (1975), que alegam que a administração da política monetária foi ineficiente e incoerente para combater a crise. Para eles, a redução dos meios de pagamento pode ser explicada, por um lado, pela própria Depressão, que levou à saída de circulação das notas da Caixa de Estabilização e à redução das reservas do Banco do Brasil de 500 mil para 132 mil contos. Mas esta contração teria sido agravada pela política de dinheiro caro do Banco do Brasil (aumento da taxa de juros). Ademais, em 1932, o aumento dos meios de pagamentos foi devido unicamente às emissões para financiar as despesas da Revolução de 1932.

"Nota-se a contração do volume de meios de pagamentos em 1929-1930, em parte devida à própria depressão, que causou a saída de circulação das notas da Caixa de Estabilização. Além do mais, a contração foi agravada pela política de dinheiro caro do Banco do Brasil. Em 1932, a aplicação dessa política foi dificultada. A maior parte do aumento do volume de meios de pagamentos nesse ano foi causada pela emissão de 400 mil contos de notas do tesouro para financiar as despesas com a revolução de São Paulo. Entretanto, a expansão do volume de meios de pagamentos foi deliberadamente freada após 1932 devido à incineração de papel-moeda, à medida que as Obrigações do Tesouro foram sendo vendidas, assim como pela ênfase dada à política de dinheiro caro - aumentos na taxa de juros e nos encaixes dos bancos comerciais" (Villela & Suzigan, 1977, p.192).

Os autores defendem a presença de princípios ortodoxos na gestão política monetária e fiscal, alegando que o governo seguiu também uma política de redução dos gastos e aumento dos impostos para manter o equilíbrio orçamentário. Classificam o déficit de 1932 como o maior já ocorrido na história brasileira, afirmando que este déficit foi responsável pela amenização dos efeitos da depressão, pois obrigou o governo a se afastar do orçamento previsto. Nos anos que se seguiram até 1936, o governo se esforçaria para reduzir o déficit por meio da redução dos gastos do governo e aumentar as receitas mediante o aumento do imposto de renda e consumo, apesar do próprio processo de recuperação da economia ter sido capaz de aumentar a receita. Também utilizam os discursos governamentais da época para referendar suas hipóteses.

Os autores também argumentam que a política monetária foi a principal responsável pelo crescimento industrial limitado até 1945, pois não havia instituições financeiras adequadas ao financiamento do desenvolvimento industrial. A ausência de um banco de desenvolvimento impediu que houvesse oferta de crédito interno suficiente para financiar novas indústrias. Antes de 1930, os empréstimos a longo prazo feitos pelo Banco do Brasil e pelos bancos comerciais eram limitados aos empréstimos garantidos por hipotecas (os principais prestadores eram os fazendeiros). Com a expansão industrial, a política monetária foi pressionada, tornando-se mais flexível com a criação da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil (1932) e com a nova regulamentação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (1935), facilitando o acesso ao redesconto dos títulos industriais e comerciais.

Tabela 19: Evolução das finanças federais, 1930 - 1939

Cr\$ 1.000 correntes

Anos	Orçamento			Execução Orçamentária		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
1930	2.365	3.020	-655	1.674	2.510	-836
1931	2.670	2.452	218	1.752	2.046	-294
1932	2.242	2.217	25	1.695	2.859	-1.164
1933	2.125	2.101	24	2.096	2.392	-296
1934	2.086	2.355	-269	2.518	3.050	-532
1935	2.169	2.691	-522	2.723	2.872	-149
1936	2.537	2.893	-356	3.127	3.226	-99
1937	3.218	3.726	-508	3.462	4.143	-681
1938	3.824	3.875	-51	3.880	4.735	-855
1939	4.070	4.065	-5	4.297	4.850	-553

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, 185.

A atividade industrial começou a aumentar a partir de 1934, fazendo assim que se elevasse a pressão sobre as instituições financeiras do país, as quais já vinham sendo pressionadas pelas necessidades agrícolas. É importante ressaltar que as instituições bancárias brasileiras eram inadequadas para o tipo de crédito de que necessitavam as atividades industriais. O Banco do Brasil, como os outros bancos comerciais, concedia crédito, via Carteira de Redescontos, que além de ser de curto prazo era de pequena escala. Desse modo, para suprir as necessidades da indústria era preciso crédito de médio e longo prazo. Apenas em outubro de 1937 ocorreu uma mudança na legislação permitindo que o Banco do Brasil emprestasse crédito à agricultura e à indústria a prazo mais longo, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI).

Novos dados apresentados por Marcelo Abreu (1999), porém, permitiram questionar a afirmação de Villela e Suzigan de que a política monetária adotada pelo novo governo foi ortodoxa, devido ao fato de que a oferta monetária reduziu substancialmente entre 1929 e 1930. Como Vargas assumiu o governo apenas no final de 1930, não podemos responsabilizá-lo pela política econômica seguida este ano. Em 1931 e 1932, porém, a oferta monetária cresceu 18%, e todos os anos até 1938, exceto 1933, foram marcados pela

expansão monetária.

Abreu alega que, levando em conta os déficits incorridos durante o Governo Provisório, tampouco se pode afirmar que a política fiscal foi ortodoxa. Em 1931 e 1933, os déficits apesar de menores do que em 1930 e 1932, não estiveram abaixo de 12% da despesa realizada. Para o autor, é duvidoso, fazer a mesma suposição de Peláez, usar os déficits de 1931 e 1933 para provar que a política fiscal adotada é ortodoxa, uma vez que os enormes déficits de 1930 e 1932 devem ter imposto restrições ao tamanho dos déficits nos anos “normais” imediatamente seguintes.

A. Fishlow (1972), por sua vez, apresentou dados para mostrar que a expansão da base monetária foi resultado da política cafeeira seguida deliberadamente, em meio à contração da receita alfandegária que era percebida pelas autoridades, sem levá-las a sacrificar as políticas de compra pela busca do equilíbrio orçamentário. Assim, o autor alega que a política monetária seguida foi de cunho expansionista e não ortodoxa, e de modo deliberado.

2.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os economistas que trataram da controvérsia entre Furtado e Peláez fizeram um esforço válido para cotejar argumentos com dados empíricos sólidos. Em geral, tenderam a defender a interpretação de Furtado das críticas de Peláez, embora a qualificassem em pontos importantes como na análise das relações entre programa de defesa do café e recuperação industrial; execução de políticas macroeconômicas; e projetos de diversificação agrícola e industrial.

Alguns destes autores também enfrentaram a questão do caráter ortodoxo ou heterodoxo das políticas implementadas mas, com algumas exceções, tenderam a abstrair o conflito de interesses políticos e econômicos que *influenciaram* a condução da política econômica. Aqueles que buscaram, na retórica das autoridades (à maneira de Peláez), justificativas ideológicas coesas e coerentes para as políticas implementadas, tenderam a alegar serem ortodoxas as políticas implementadas, muito embora a implementação efetiva indicasse o contrário, embora não de modo linear, mas com avanços e recuos: ampliação de déficits fiscais, relaxamento das condições de desconto bancário e expansão das emissões

monetárias acima da variação do produto real.

Frente à incoerência entre retórica e prática, outros autores alegaram ser importante *apenas* avaliar (à maneira de Furtado) os resultados efetivos das políticas efetivamente implementadas. Nas palavras de Abreu (1999, p. 98), “o importante é descobrir não o que os formuladores de política disseram ou escreveram, mas sim o que realmente fizeram”.

Considera-se aqui, ao contrário, ser importante saber também porque o que disseram ou escreveram não correspondia sempre ao que fizeram, ou mesmo com o que disseram em outras ocasiões para outros públicos. Aliás, a política econômica implementada não foi sempre heterodoxa, linearmente, uma vez que a rejeição da ortodoxia foi hesitante, sobretudo enquanto fosse necessário realizar políticas pr’á inglês ver. Passagens do diário íntimo de Vargas também mostram que o presidente hesitou em abandonar políticas ortodoxas no início do governo, mesmo quando não precisava anunciar publicamente que *não estava* disposto a abandonar a ortodoxia econômica, o que seria uma atitude *irresponsável* para os credores externos de que dependia.¹⁵

Por quê houve de fato ambigüidade e hesitação nos rumos da política econômica no início da Era Vargas? Por quê políticas heterodoxas eram mal justificadas por uma retórica que apelava recorrentemente para a ortodoxia? Quando a heterodoxia passou a reinar incontestemente? Além das influências ideológicas sobre os gestores da política econômica, como o conflito de interesses políticos e econômicos *influenciou* a condução da política?

No próximo capítulo, buscar-se-á contribuir para a resposta a algumas destas questões, de modo a buscar avaliar as decisões de política econômica para além da coerência de sua retórica, ou da ambigüidade de seus resultados.

¹⁵ Nas palavras de Bastos (2001, p. 169), “também é importante saber as razões da divergência, ou não, entre convicção íntima, discurso público, intenção prática e implementação efetiva... não basta mostrar que a implementação e os resultados práticos das políticas implementadas pelo governo se afastavam do figurino ortodoxo (que as autoridades professavam publicamente) para alegar que mobilizavam um discurso pr’á inglês ver enquanto, nos bastidores, manobravam para implementar políticas que os ingleses não gostariam de ver”. O autor também cita passagens do diário de Vargas indicativas da hesitação de Vargas: “Entre 15 e 17.12.1930, escreveria em seu diário: “Neste espaço de tempo, verifica-se a dispensa de vários funcionários públicos, dando lugar a queixas e reclamações dos jornais... Não há dúvida de que tudo isso é lamentável, mas precisa-se cortar onde há excesso, e não será com o critério dos interesses individuais que se resolverá o coletivo”; em 23.12.1930, escreveria: “Recebo o ministro Whitaker e o secretário da Fazenda de São Paulo. Faço várias objeções ao pedido de emissão, alegando que não devíamos reincidir nos erros dos governos passados... mas concordo, afinal, com a emissão” (*apud* Bastos, 2001, p. 183).

CAPITULO 3: A POLÍTICA ECONÔMICA E A CRIAÇÃO DE NOVOS MODOS DE RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A ECONOMIA NA DÉCADA DE 1930

Nos capítulos anteriores, o objetivo foi retomar a controvérsia entre Furtado (1959) e Peláez (1968) e (1972), e os desdobramentos dessa controvérsia no campo dos economistas. Uma lacuna apontada nesses capítulos foi o fato dos autores se centrarem nos rumos da política econômica, tomando-a *abstratamente*, ou seja, sem levar em consideração o contexto histórico complexo do processo de tomada das decisões de política econômica, e particularmente abstraindo o conflito de interesses políticos e econômicos que *influenciaram* a condução da política.

Sendo assim, este capítulo enseja avaliar motivos e interesses presentes na formulação/ implementação das políticas adotadas, com objetivo de mostrar porque, de fato, a superação da ortodoxia foi, de início, ambígua e hesitante mas, gradualmente, propiciou e foi conseqüência da construção de um novo modelo de relação entre Estado, economia e sociedade, baseado em um novo estilo de intervenção, um novo pacto de poder e mesmo uma nova configuração material dos aparelhos de Estado.

3.1- A ORTODOXIA ECONÔMICA E A CRISE DA HEGEMONIA LIBERAL

Vimos nos capítulos anteriores como, desde a controvérsia entre Furtado e Peláez, a política econômica nos anos 1930 vem sendo explicada, no campo dos economistas, ou apelando-se para a orientação ideológica ortodoxa que teria influenciado os gestores a moderarem a intervenção estatal a despeito das exigências da crise, ou identificando a implementação *tout court* de políticas heterodoxas independentemente daquilo que os gestores pensavam ou anunciavam. Vimos também que nenhuma das duas posições é inteiramente convincente: seja porque o governo não se limitou por recomendações ortodoxas por muito tempo, abandonando-as mesmo no plano da retórica ao longo da década de 1930; seja porque a implementação de políticas heterodoxas esteve de fato limitada por hesitações típicas da ortodoxia. Nas palavras de Bastos (2007, p. 6):

“Como explicar que Vargas revelasse, em seu diário íntimo, dúvidas quanto à correção de políticas emergenciais que se afastavam da ortodoxia, e afirmasse orientar seus subordinados a limitar gastos e emissões desnecessárias? Como explicar que, em meio à crise, o programa de defesa do café fosse financiado prioritariamente por impostos até 1933, se o gravame tributário podia prejudicar a recuperação? Como alegar,

por outro lado, que Vargas perseguiu ferrenhamente a ortodoxia mesmo quando passou a afirmar já estar fazendo o contrário? Ora, não é possível explicar a formulação e implementação de políticas econômicas inferindo suas motivações apenas de seus resultados efetivos, abstraindo os conflitos em torno delas; ou eliminando sua complexidade sob alegação de serem orientadas por orientações doutrinárias claras e coerentes, abstraindo idealisticamente sua historicidade”.

Não basta alegar, tampouco, como fez Abreu (1999), que, exclusivamente, “o importante é descobrir não o que os formuladores de política disseram ou escreveram, mas sim o que realmente fizeram”. Não se pode alegar também, como fez o mesmo autor (1999), que certas declarações ortodoxas de Vargas eram *apenas* p’rá inglês ver (no contexto que envolvia a missão Niemeyer), “e não como indicativas da intenção de realmente implementar suas recomendações”. Pois, como alegou Bastos (2001), passagens do diário publicado de Vargas (1995) não eram elocuições “destinadas a qualquer interlocutor (consistiam de um diário íntimo), e não podiam apresentar qualquer intenção “performativa” (seguindo a classificação sugerida pelo filósofo J.L. Austin, 1962)”, ou seja, não pretendiam convencer os ingleses de nada. O autor alega, porém, ser “basicamente correta sua sugestão (de Abreu) de que a implementação de políticas não pode ser reduzida a questões doutrinárias, estando marcada ali por pressões políticas de interesses financeiros externos”.¹⁶

Embora a sugestão de que as pressões da diplomacia financeira foram relevantes naquela conjuntura seja um avanço em relação a concepções idealistas, é necessário aprofundá-la para entendermos os conflitos e pressões contraditórias colocados sobre a gestão da política econômica no início da década de 1930. Antes de tudo, é preciso indagar: o que era considerado ortodoxia econômica na época? Como ela se articulava ao interesse e pressões dos credores externos? Por quê esta ortodoxia foi abandonada, embora com hesitações, na década de 1930? Para responder a estas questões, cabe investigar a política

¹⁶ Relembrando passagens do diário de Vargas: “Entre 15 e 17.12.1930, escreveria em seu diário: ‘Neste espaço de tempo, verifica-se a dispensa de vários funcionários públicos, dando lugar a queixas e reclamações dos jornais... Não há dúvida de que tudo isso é lamentável, mas precisa-se cortar onde há excesso, e não será com o critério dos interesses individuais que se resolverá o coletivo’”; em 23.12.1930, escreveria: “Recebo o ministro Whitaker e o secretário da Fazenda de São Paulo. Faço várias objeções ao pedido de emissão, alegando que não devíamos reincidir nos erros dos governos passados... mas concordo, afinal, com a emissão” (*apud* Bastos, 2001, p. 183). Leia-se a seguinte citação de Abreu (1999, pp. 97-98): “Deve-se reconhecer que o Governo Provisório, ainda não muito solidamente instalado no poder e enfrentando uma crise de balanço de pagamentos extremamente séria, que exigia a renegociação da dívida externa, teria que adotar uma postura conciliatória e assegurar os banqueiros e portadores de títulos da boa vontade brasileira, aparentando concordar com as propostas de Niemeyer mesmo que não tivesse intenção de adotá-las ou margem de manobra que permitisse fazê-lo”.

econômica menos *abstratamente*, ou seja, sem reduzi-la a justificativas retóricas ou induzir suas motivações unicamente dos efeitos de sua implementação. Ou seja, é preciso levar em consideração o contexto histórico complexo do processo de tomada das decisões de política econômica naquela conjuntura, e particularmente o conflito de interesses políticos e econômicos que *influenciaram* a condução da política.

Parece inegável que, antes da década de 1930, a gestão ortodoxa da política econômica, sobretudo em países periféricos como o Brasil, estava vinculada à operação das regras do sistema monetário internacional conhecido como padrão ouro. Ancorado de fato na libra esterlina antes de 1914, e crescentemente no dólar no período entre-guerras, o padrão ouro dava mais previsibilidade à conversibilidade internacional das moedas e, desta maneira, facilitava transações comerciais e financeiras. Ao mesmo tempo, limitava a autonomia de política econômica dos países adeptos ao sistema, pois exigia moderação na emissão de moedas locais que deviam ser conversíveis a um volume limitado de reservas cambiais, a uma taxa de câmbio fixa. Na prática, esta limitação era experimentada sobretudo por países periféricos que acumulavam grande passivo externo líquido; cujas moedas não eram demandadas como ativos internacionais; e cujas receitas com exportações eram sujeitas a episódios de deflação de *commodities*. Estes países não apenas precisavam moderar emissões de moeda, como também acumular um volume grande de reservas cambiais que nem sempre era garantia contra crises cambiais agudas. Estas crises tendiam a ocorrer quando os ciclos de expansão da liquidez internacional eram interrompidos graças à ocorrência de alguma crise financeira internacional e/ ou à elevação das taxas de juros nos centros financeiros, mesmo quando os países periféricos não incorriam em déficits fiscais financiados por emissão monetária.¹⁷

Muito embora a adesão ao câmbio fixo e à austeridade fiscal não fosse condição para permanecer no padrão-ouro quando o sistema era abalado por crises, a difusão internacional do sistema envolvia certa convergência (assimétrica) de interesses entre exportadores e importadores de capitais. Nas palavras de Bastos (2001, p. 27-9):

“...as regras de conversibilidade do padrão ouro eram do interesse dos portadores de riqueza financeira a ser aplicada internacionalmente, ao reduzir os riscos de câmbio associados à transferência internacional de fundos e conferir maior previsibilidade quanto aos rendimentos reais das aplicações

¹⁷ Para uma análise do funcionamento do sistema e de suas crises, com especial ênfase no caso brasileiro, conferir Bastos (2001, cap. 1).

financeiras. A adesão à regra de conversibilidade internacional da moeda, em tese, também induziria os Estados a não adotar políticas que ameaçassem a conversibilidade e, assim, impusessem perdas patrimoniais aos portadores de títulos financeiros denominados nas moedas vinculadas a um certo valor fixo em ouro (ou a outras moedas nacionais conversíveis). Neste sentido, o compromisso de adesão ao padrão ouro era eminentemente um compromisso político que conferia prioridade à preservação de taxas fixas de câmbio e à conversibilidade dos movimentos de capitais internacionais, contra políticas que as pudessem ameaçar... Para os países receptores de capitais externos, ou seja, os devedores, a adesão ao sistema era uma garantia institucional sobre o valor de ativos externos no país que freqüentemente era vista como uma condição de maior participação nos circuitos financeiros internacionais, como às vezes sugeriam os próprios banqueiros internacionais nas opiniões sobre países inadimplentes — repetidas no Brasil da época, pela opinião econômica ortodoxa internacionalizada dos gestores do tesouro federal e tratadistas financeiros”.

Não surpreende que a criação de um sistema centro-periferia em torno à economia britânica, no século XIX, tenha envolvido a difusão do padrão-ouro entre países periféricos, pois o acesso aos capitais britânicos (que financiaram grande parte da logística de serviços da economia mundial em formação) era facilitado pelo compromisso político-institucional de preservação da estabilidade cambial *vis-à-vis* a libra esterlina. O Brasil foi o primeiro país periférico a ingressar no padrão-ouro (1846), interessado em atrair capitais britânicos para a modernização da infra-estrutura, mas incapaz de resistir à crise financeira que o retirou novamente do sistema em 1857. Posteriormente, a reentrada do país no padrão-ouro envolveria episódios de diplomacia financeira em que empréstimos de consolidação, negociados freqüentemente pela Casa Rothschild, aliviavam os encargos externos do país no médio prazo (ao reescalonar dívidas para um prazo mais longo) e preparavam o cenário para a integração brasileira em um novo ciclo de expansão global do financiamento externo, invariavelmente concluído por uma nova fase de contração e nova crise financeira e cambial.¹⁸

É importante enfatizar que a saída periódica do Brasil do padrão-ouro não resultava propriamente de decisão política local, muito embora a depreciação da moeda nacional favorecesse os exportadores. Afinal, a depreciação também aumentava o valor em moeda local do passivo externo e seus serviços (particularmente da dívida externa pública), provocando crise fiscal, corrida contra bancos, prejuízo a filiais estrangeiras, fuga de capitais e encarecimento de bens de consumo importados. Como alegava Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, as crises cambiais se apresentavam “como um cataclisma, imposto de fora para dentro”, sem manifestar necessariamente o arbítrio “emissionista” do governo, como alegavam os tratadistas monetários ortodoxos do Império e da Primeira

¹⁸ Para os episódios de diplomacia financeira durante o Império, conferir Almeida (1985), caps. 9 e 11.

República. Internacionalmente, as crises tendiam a se alastrar mesmo quando os governos dos países periféricos faziam esforços inglórios para compensar a fase de reversão do ciclo financeiro global com políticas de austeridade monetária e fiscal; aliás, a redução de gastos nos elos do sistema tendia a agravar a crise geral, exportando deflação e austeridade de um país a outro.¹⁹

No Brasil, a sucessão de ciclos de expansão financeira e crise, intercalados por episódios de diplomacia financeira, não foi interrompida com a emergência da República. Na segunda metade da década de 1890, ou durante a Grande Guerra, e na primeira metade da década de 1920, *funding loans* foram negociados para superar crises, exigindo-se do governo brasileiro, em troca do reescalonamento da dívida externa, austeridade monetária, fiscal e cambial:

“A receita ortodoxa era amarga, acentuando descontentamentos políticos contra o governo federal: contração da oferta de moeda e crédito para reduzir o nível de atividade e as importações e, assim, aumentar o saldo comercial disponível para o serviço da dívida; geração de superávits fiscais, por meio de elevação de impostos e corte de gastos, para destinar recursos excedentes para o serviço da dívida; tolerância e estímulo à apreciação cambial para baratear o custo da dívida externa e estimular novas entradas de capital” (Bastos, 2007, p. 4).

O custo era alto, mas menos traumático do que o experimentado por países que se tornariam protetorados ou colônias, ao longo do século XIX, depois de serem incapazes de pagar dívidas externas encarecidas pela depreciação das moedas locais. Por outro lado, o prêmio esperado pela austeridade era o próprio barateamento do custo da dívida externa (graças à apreciação cambial posterior) e a retomada do financiamento externo, relaxando a situação fiscal e estimulando novo ciclo de investimentos privados:

“No Brasil, os episódios de diplomacia financeira da década de 1890 e 1920 caracterizaram-se pela consolidação de um consenso federal (mesmo de alguns membros da burguesia exportadora paulista) constituído em torno da adoção das políticas econômicas monetárias, fiscais e cambiais ortodoxas, exigidas pelos credores como condicionalidade de

¹⁹ Nas palavras de Bastos (2001, p. 28): “...a força do compromisso (com as regras do padrão-ouro) não alcançava a posição de um consenso inquestionável, pois o compromisso político com a estabilidade cambial conflitava, particularmente em países exportadores de commodities, com a antecipação do impacto favorável das desvalorizações cambiais sobre as receitas em moeda nacional das burguesias exportadoras; nas crises cambiais brasileiras de 1913 - 1914 e 1929 - 1930, entretanto, o que impressiona não é a rapidez com a qual os governos federais abandonaram o padrão-ouro mas, ao contrário, a imensa resistência a fazê-lo (a despeito da natureza abrupta e irresistível da crise e do interesse corporativo dos exportadores)”.

renegociação de dívidas, mas vistas internamente como necessárias para a recuperação da estabilidade monetária e para a desejada retomada de fluxos voluntários de capitais. Esses episódios de diplomacia financeira evidenciavam tanto a vulnerabilidade do país à reversão das expansões financeiras prévias — que deixavam passivos impagáveis —, quanto o consenso de elites dirigentes a respeito da imprescindibilidade de capitais externos, uma vez que se buscava sair da crise externa anterior, da instabilidade monetária e do crônico desequilíbrio financeiro federal herdado e reforçado pela depreciação cambial. Como uma moratória unilateral podia envolver intervenção militar estrangeira e o prêmio esperado pelo bom comportamento era visto como compensador — atenuar temporariamente os encargos externos, garantir a apreciação cambial e participar de um novo ciclo de financiamento internacional —, as condicionalidades sugeridas pelos credores eram aceitas com pequena resistência” (Bastos, 2001, p. 27).

No início da década de 1930, dois processos se conjugaram para dificultar a repetição deste padrão de resposta às crises financeiras e cambiais. Nas palavras de Bastos (2007, p. 7):

“Primeiro, a própria radicalidade da crise financeira global, que não se apresentou como mais uma crise cíclica da economia mundial regulada pelo padrão-ouro, mas como uma crise estrutural do próprio sistema de integração econômica internacional, caracterizado desde meados do século XIX pela livre conversibilidade cambial e pelo liberalismo financeiro. Depois desta crise, a economia mundial orientou-se para a fragmentação em blocos e para a administração estatal das relações econômicas internacionais, assim como dos sistemas econômicos nacionais, com contração brusca e duradoura dos fluxos de financiamento internacional. Segundo porque, no caso brasileiro, a crise econômica e o processo político que levou à Revolução de 1930 direcionaram ao novo governo um conjunto de solicitações novas, exigindo graus de liberdade para a ação econômica do Estado que se mostrariam maiores do que as amarras da ortodoxia permitiam. Quanto mais tempo demorasse a retomada esperada do ciclo de financiamento externo (que não voltaria a ocorrer nos anos 1930 ou 1940), menos se esperava que as exigências muitas vezes emergenciais de expansão do crédito e do gasto público fossem subordinadas a recomendações ortodoxas, cuja eficácia era varrida pela crise geral e pelo descrédito mundial que o liberalismo econômico (e em alguns casos político) passou a experimentar”.

De fato, cabe lembrar que a tenacidade de Washington Luís em buscar uma linha de resposta ortodoxa à crise econômica ajudou a inflamar o descontentamento das demais oligarquias estaduais contra a alegada hegemonia paulista e a ênfase exagerada nas necessidades da monocultura cafeeira. Segundo Boris Fausto (1978), Washington acreditava que Júlio Prestes era o sucessor adequado para levar adiante a linha de conduta ortodoxa que propunha;²⁰ e, em nome da ortodoxia financeira, recusara-se a ajudar não apenas as demais oligarquias, mas reagira às próprias solicitações de intervenção no mercado cafeeiro e apoio ao Instituto Paulista do Café (carente de crédito para continuar sustentando o preço do produto) com a célebre máxima da omissão liberal: “salve-se quem puder”, esperando que o mercado se auto-ajustasse e que a ajuda externa não fosse afastada por emissões e déficits irresponsáveis.

Nesta conjuntura, não surpreende que o tema da policultura fosse uma bandeira fundamental da Aliança Liberal e depois do movimento revolucionário. Com maior ou menor ênfase, as demais oligarquias estaduais vinham solicitando abertamente apoio do governo federal para a defesa de suas culturas pelo menos desde o governo Eptácio Pessoa, no início de década de 1920, mas a pressão para que se estendesse a ajuda exorbitante de que se alegava gozar o café foi barrada, naquele momento, exatamente pela crise cambial e pelo programa ortodoxo negociado com os credores externos pelo governo Artur Bernardes (Bastos, 2007). A restrição imposta pelo programa de ajuste levou os representantes da cafeicultura, naquele momento, a resguardarem-se da ortodoxia federal por meio da transferência, para o Estado de São Paulo, do instituto federal previsto para defesa permanente do café, operação que estava fora do alcance das demais oligarquias estaduais (Fausto, 1977).

Uma vez instalado o governo provisório de Getúlio Vargas, era necessário alargar o pacto político e as margens de manobra da política econômica para acomodar reivindicações das oligarquias estaduais e proteger produtos locais diante da recessão/deflação generalizada. Por razões de prudência política e sensatez econômica, era necessário intervir sobretudo na agricultura paulista. Dados os efeitos sistêmicos, em todo o mercado interno nacional, de uma crise descontrolada da economia paulista, atender às

²⁰ Para outras razões da preferência por Prestes, ver Lessa, R. (1988).

reivindicações dos cafeicultores não significava apenas integrar seus interesses corporativos, de forma subordinada, ao novo bloco de poder que se constituía, mas também sustentar indiretamente tanto a demanda da indústria manufatureira local, quanto dos demais complexos agro-industriais regionais voltados ao mercado interno. Ao contrário do que alegou Furtado, Vargas era plenamente consciente do impacto sistêmico da crise cafeeira, e evidentemente do efeito sistêmico de uma intervenção que a limitasse.²¹

Ao contrário do que afirmou Peláez, por sua vez, a política emergencial de ampliação do gasto e do crédito não foi limitada pela busca consciente da ortodoxia econômica, muito embora a rejeição das recomendações ortodoxas fosse hesitante. Nas palavras de Bastos (2007, p. 9):

“Ainda que Vargas e alguns de seus colaboradores pudessem considerar que o equilíbrio fiscal e a limitação de emissões monetárias fossem políticas adequadas em condições ideais, ou que moderar pressões inflacionárias fosse política correta quando este problema se colocasse concretamente, não se mostraram dispostos a sacrificar o realismo político e perspicácia econômica, em um cenário repleto de emergências econômicas e políticas no qual a implementação incondicional de políticas ortodoxas teria efeitos desastrosos”.

Como outros políticos gaúchos da Primeira República, Vargas já manifestara na década de 1920 objeções contra políticas de crédito e desvalorização cambial que favoreciam as culturas exportadas (particularmente o café), mas que podiam prejudicar o mercado interno de culturas transacionadas no comércio inter-regional (como a maior parte da produção gaúcha), caso provocassem inflação e queda da renda real dos consumidores locais (Fonseca, 2004). Na campanha da Aliança Liberal, as críticas contra a valorização artificial do café (ao contrário de sua simples defesa) também apontavam os efeitos negativos sobre as demais culturas voltadas ao mercado interno (Fonseca, 1987). Os efeitos sistêmicos da crise cafeeira já eram evidentes em 1930, porém, quando qualquer intervenção não trataria de provocar a inflação exagerada do produto, mas sim de evitar a deflação incontável e seus efeitos sobre o mercado interno. No cenário de crise

²¹ Como citado no capítulo primeiro, em outubro de 1931, Vargas já se manifestava publicamente defendendo o impacto sistêmico positivo da política cafeeira: “Economicamente, o país caíra em verdadeiro colapso. A retenção prolongada do café nos reguladores paulistas obstruía literalmente os mercados nacionais, impedindo os lavradores de vender, ou sequer, de caucionar o que produziam. Em consequência, cessaram eles os seus pagamentos aos próprios colonos, e, por tal motivo, os comerciantes do interior, privados de receber o que já tinham adiantado, colocaram os atacadistas em dificuldades extremas, que se refletiam, por seu turno, nas indústrias, paralisando o respectivo movimento... A urgência de restabelecer o ritmo de nossa vida econômica determinou a providência da compra dos *stocks*...” (apud Bastos, 2001, pp. 177).

econômica, repetir a omissão de Washington Luís seria pouco sensato. O dilema entre opinião formada previamente, mas descartável em novas circunstâncias, e as exigências pragmáticas colocadas pela crise, fica claro em passagem do diário de Vargas (23.12.1930), em que descreve reunião com o ministro da Fazenda Francisco Whitaker sobre as emissões necessárias para sustentar a compra de estoques invendáveis:

“Recebo o ministro Whitaker e o secretário da Fazenda de São Paulo. Faço várias objeções ao pedido de emissão, alegando que não devíamos rescindir nos erros dos governos passados, querendo forçar a valorização e retendo o café. O ministro da Fazenda contesta que não se trata de uma emissão comum, mas de ordem geral, para todo o país, e somente sobre os efeitos comerciais. Afirma ser impraticável a venda do *stock*, porque os americanos não comprariam fiado, na maior baixa dos preços. Faço ainda outras objeções, mas concordo, afinal, com a emissão” (G. Vargas, 1995, p.34).

Como um lema básico da Aliança Liberal e do movimento revolucionário era a defesa da policultura, era natural que a intervenção federal contra a deflação das *commodities* generalizar-se-ia. No novo cenário político trazido pela Revolução de 1930, não era possível atender às reivindicações da defesa do café sem atender às reivindicações das demais culturas, como ocorrera no início da década de 1920. Aliás, a necessidade de encontrar apoios para enfrentar resistências localizadas contra a centralização federal, aumentava a influência dos estados do Norte/ Nordeste no pacto político que sustentava o regime pós-revolucionário. Nestas regiões, os interventores federais foram em geral mais eficazes do que em outras na construção de clientelas políticas estáveis, em parte porque se apresentavam como intermediários de favores do governo federal, junto a elites locais que procuravam reequilibrar o pacto federativo prejudicado pelo alegado exclusivismo paulista (Pandolfi, 1980).

Assim, a tarefa de incorporar ao novo regime político os interesses vinculados à policultura exigia que políticas compensatórias de expansão do crédito e do gasto público não ficassem limitadas à defesa do café. É claro que o relaxamento heterodoxo das políticas fiscal e monetária entrava em contradição com a austeridade macroeconômica requerida pelos credores externos, e advogada internamente por aqueles que consideravam fundamental preservar a credibilidade do novo regime perante os centros financeiros internacionais. No entanto, o tempo estava a favor das pressões heterodoxas, uma vez que a crise financeira mundial foi mais profunda do que imaginado de início. Nas palavras de Bastos (2007, p. 10):

“É provável que a rejeição da ortodoxia tenha sido moderada por preconceitos ideológicos e pela incerteza inerente à experimentação de políticas novas, até então pouco justificáveis teoricamente. Como dizia Furtado, o Keynesianismo varguista se fez *avant la lettre*. Mas a necessidade de renegociar a dívida externa tendia a limitar ainda mais a virada heterodoxa, dada a esperança de recorrer ao velho hábito de reescalonar débitos por meio de *funding loans*, e assim superar a crise apelando, pelo menos em parte, aos métodos tradicionais. A moderação imposta pelos credores externos, porém, não duraria muito. Como, na prática, os credores externos só pareciam dispostos a rolar parte dos débitos vincendos, sua pressão não era suficiente para impedir a realização de políticas emergenciais afastadas da ortodoxia, embora talvez levasse o novo governo a moderar, quando possível, o tamanho dos déficits realizados e, sobretudo, dos déficits previstos nas peças orçamentárias anuais e em sua legitimação retórica (exposição de motivos ou discursos públicos)... Assim, a pressão heterodoxa instituída sobre a política econômica pela crise mundial, e pelo novo bloco de interesses pactuado pelo regime pós-revolucionário, foi apenas em parte, e temporariamente, compensada por restrições de ordem ideológica, cognitiva e de diplomacia financeira”.

Estas considerações parecem indicar que não se sustentam nem a hipótese de que eram inconscientes, aos formuladores de política econômica, os efeitos sistêmicos da política cafeeira sobre a recuperação de outros ramos agrícolas e industriais, nem a hipótese de que a política econômica foi persistentemente orientada pela adesão ideológica à ortodoxia econômica.

De fato, a incorporação analítica das pressões políticas e econômicas contraditórias sobre a gestão da política econômica parece permitir explicar melhor suas motivações do que a simples inferência (à maneira de Furtado) de seu teor a partir de sua implementação efetiva; ou do que a busca (à maneira de Peláez) de justificativas ideológicas coesas e coerentes para as políticas implementadas, neste momento de crise de estruturas e hegemonias: crise financeira global; crise da hegemonia ideológica e prática do liberalismo; crise do mercado cafeeiro; crise da hegemonia política do Partido Republicano Paulista no governo federal. Nas palavras de Liana Aureliano (1999, pp. 102 e 123):

“É verdade que não se pode identificar, então, intenções industrialistas claras — e nem isso seria possível — na ação de um governo que se constitui num quadro de crise política e econômica, tal como assinalamos... O que quase todos não compreenderam foi a natureza da política econômica: porque amparasse a cafeicultura, houve quem visse os resultados como simples consequência de sua defesa inevitável; porque acabasse objetivamente favorecendo mais os interesses portadores do futuro, os do capital industrial, e menos os que encarnavam o passado, os do capital mercantil exportador, alguns trataram de enxergá-la industrializante; porque entendessem que não se perseguiu ‘intencionalmente’ a recuperação, outros a viram como o produto da ação de policy-makers

‘ortodoxos’ surpreendidos por ‘fatores exógenos’. Pois, bem, esperamos ter deixado claro que só é inteligível se a tomarmos elaborada e executada pelo exercício contraditório dos interesses, numa situação de crise aberta de hegemonia”.

Diante da crise de hegemonia, e procurando estabilizar o novo regime, o governo Vargas buscou atender e arbitrar entre interesses particulares diversificados, sem que qualquer deles fosse hegemônico. Sobretudo, sem que os credores externos preservassem a hegemonia quanto à fórmula correta (normal, ortodoxa) de resolver crises econômicas. Talvez o processo de rejeição das recomendações ortodoxas tenha alcançado novo patamar quando o Estado Novo foi anunciado em conjunto com declaração de moratória da dívida externa. Assim Vargas se referia à rejeição da ortodoxia financeira, e da sucessão de *funding loans* que superavam crises antigas para levar a novas crises, na justificativa da moratória em 10 de novembro de 1937:

“Não podemos por mais tempo continuar a solver dívidas antigas pelo ruinoso processo de contrair outras mais vultuosas, o que nos levaria, dentro de pouco tempo, à dura contingência de adotar solução mais radical... As nossas disponibilidades no estrangeiro absorvidas, na sua disponibilidade pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional” (G. Vargas, 1938, vol. V, p. 27).

No ano seguinte, Vargas não poderia ser mais explícito quanto à necessidade de superar a ortodoxia na gestão da política econômica, para propiciar a recuperação conjuntural e a diversificação estrutural da economia brasileira:

“É fato verificado a transformação que se vem operando na economia do país no sentido de maior diversificação da produção, tanto agrícola como industrial, e do aumento da capacidade de absorção dos mercados internos. A administração não pode permanecer alheia a tão significativo e fecundo movimento, denunciador da vitalidade de nossas energias de povo jovem e capaz, emparedando-se nos velhos processos fiscais e de controle financeiro. Precisa acompanhar, adaptar-se aos novos aspectos das atividades produtoras, concorrer e não entrar a sua expansão” (G. Vargas, 1938, vol. V, pp. 169-170).

Esta rejeição da ortodoxia não resultou de uma viragem epistemológica ou ideológica prévia, que operasse no plano das idéias para depois modificar a realidade material. Ela se produziu lentamente, acompanhando a crise internacional, o deslocamento do “centro dinâmico” para o mercado interno, e a construção de um novo pacto político, reagindo às várias pressões setoriais e regionais que o governo Vargas buscava incorporar, ainda que o fizesse de modo bem diferente do tradicional. Nas palavras de L. Aureliano

(1999, p. 100):

“...o Estado atuará de modo a abrir suas estruturas à participação dos distintos ‘grupos’, agora não mais como blocos regionais...Penso que foi esse o sentido maior da presença dos Institutos, Conselhos, Comissões e outros órgãos criados ou mesmo apenas propostos pelo poder federal. Ao participar desses organismos, os ‘grupos sociais’, ainda que tragam as marcas regionais de sua origem, passarão a confrontar seus interesses em um espaço específico, agora frente a um denominador comum, seja ele a ‘indústria’, o ‘café’, o ‘açúcar’ etc”.

Assim, o encaminhamento da crise de hegemonia, sob liderança do executivo federal, acabou consolidando, aos poucos, um novo modo de relação entre Estado, economia e sociedade, e novos mecanismos de representação de interesses que passaram pela criação de órgãos executivos de políticas setoriais. A seguir, seguem-se considerações sobre as reformas *conscientes* realizadas no aparelho de Estado para acomodar o conjunto de novos interesses, exigindo um alargamento da política econômica para além das amarras da ortodoxia.

3.2 – A CONSTRUÇÃO DO NOVO ESTADO E A HETERODOXIA ECONÔMICA

Uma característica fundamental deste novo Estado construído, gradualmente, desde o início de 1930, é a extensão e profundidade de suas tarefas no campo econômico. Percebe-se uma transformação na estrutura do Estado e do equilíbrio entre poderes, ou seja, centralização federal, ampliação dos poderes do Executivo sobre Legislativo e Judiciário, diversificação da máquina burocrática e racionalização na tomada de decisões. Essas inovações político-institucionais foram possibilitadas não apenas pelo novo equilíbrio entre forças políticas, mas pela adoção de políticas econômicas muitas vezes não tradicionais, que originaram novo modo de relação entre o Estado e a economia:

“O intervencionismo pode ser considerado, dessa forma, como aspecto básico das relações entre Estado e economia, e marcou profundamente o desenvolvimento capitalista do Brasil após 1930...” (P. Fonseca, 1987, p. 187).

Se, antes, era sobretudo o setor cafeeiro beneficiado e protegido pelo Estado, então, gradualmente, a intervenção do Estado foi ampliada para diferentes ramos da economia. Mesmo experimentando ainda restrições ortodoxas ideológicas, cognitivas e oriundas da diplomacia financeira, desde o governo provisório se vinha construindo gradualmente uma

nova estrutura material do Estado que refletia esta nova correlação de forças, e na qual os novos interesses, relacionados ao mercado interno, seriam representados. Nas palavras de Bastos (2007, p. 12):

“A construção gradual de um novo padrão estrutural de interação entre Estado e economia se materializou tanto em novos aparelhos estatais, quanto em novos modos de conduzir a gestão econômica, ou seja, macroeconômica e setorialmente. Ademais, os dois aspectos do processo tendiam a interagir e a se reforçarem mutuamente, empurrando adiante a modernização do Estado e da economia, e de sua relação, com força irresistível. Novos aparelhos estatais materializavam, setorialmente, a expansão do gasto agregado do governo que facilitava a recuperação e transformação da economia; as clientelas atendidas pelos novos aparelhos tendiam a sustentar politicamente suas tarefas e dificultar a reversão das políticas de gasto público que estimulavam ramos de atividade específicos; por sua vez, a recuperação do gasto privado tendia, como em outros casos de recuperação anti-cíclica, a expandir o emprego e gerar receitas tributárias crescentes que financiavam, *ex post*, pelo menos parte da ampliação das novas tarefas do Estado, de modo que os valores absolutos do gasto público, em termos reais, tendiam a crescer mais do que o déficit público, mas de toda maneira realimentando a expansão de lucros, salários, capacidade produtiva, oportunidades de emprego e, indiretamente, pressão e apoio político. E como este conjunto complexo e diversificado de interesses foi trazido ‘para dentro’ dos novos aparelhos criados, a tendência de reprodução ampliada dos programas setoriais e de sua escala de intervenção, paralelamente à reprodução ampliada de uma economia crescentemente integrada em escala nacional, reforçava ‘desde dentro’ as pressões para que a administração pública, como diria Vargas em 1938, deixasse de estar ‘emparedando-se nos velhos processos fiscais e de controle financeiro’, superando a ortodoxia. Afinal, não custa lembrar que não se criam novos órgãos públicos e programas setoriais sem instalações, obras públicas, funcionários, encomendas, enfim, recursos que os ‘velhos processos fiscais e de controle financeiro’ tendiam a sonegar”.

Deste modo, tanto iniciativas econômicas quanto inovações institucionais foram respostas graduais aos novos problemas e obstáculos colocados pela crise econômica e

política. A gravidade da crise, o sucesso lentamente percebido das políticas de recuperação, e o encaminhamento de pressões políticas favoráveis à expansão do gasto federal, oriundas de todas as regiões do país, não permitiam a reversão aos antigos instrumentos e métodos de política econômica, sobretudo quando a influência dos credores externos diminuía.

Assim, apesar de não haver planejamento econômico, no sentido estrito da palavra, o Estado passou a regulamentar e racionalizar as atividades econômicas. Deve-se lembrar que esta ausência de planejamento não quer dizer que as políticas executadas fossem inconscientes, ou seja, essas medidas foram adotadas a fim de resolver diferentes problemas políticos e econômicos que se apresentavam concretamente. Assim, permitiam o reequilíbrio gradual entre os diferentes grupos políticos, frações de classes e problemas/interesses econômicos, em uma situação de crise de hegemonia. Pode perceber-se a intencionalidade e a consciência do governo, tanto nas políticas voltadas aos diferentes complexos agro-industriais regionais, quanto ao adotar as medidas em prol do crescimento industrial, que obteve expressiva taxa de crescimento após 1933.

Como mostraram, por exemplo, Octávio Ianni (1996), Liana Aureliano (1999), Sônia Draibe (1985) e, mais recentemente, Benedicto Nascimento (2002), o novo governo precisou atender a problemas específicos em curto espaço de tempo, muitas vezes sem a realização de estudos prévios, ou seja, criando órgãos, institutos e conselhos como respostas de emergência à crise geral, e às crises parciais de ramos específicos de atividade. Por isto, as instituições criadas passariam, ao longo dos anos, por mudanças que adaptavam seu formato e funcionamento às necessidades concretas de intervenção. Como lembrou recentemente Pedro Fonseca (2003), é claro que não se pode alegar que a criação destas instituições, ou o esforço por seu aperfeiçoamento gradual, resultasse de operações *inconscientes* dos reformadores do Estado. Pode-se perceber, nestas reformas institucionais, a constituição de uma direção *consciente* na construção de novo modelo de relação entre Estado e economia, que superava a paralisia decisória às vezes inerente às crises de hegemonia (Poulantzas, 1977). O Estado brasileiro passava a incorporar novas questões e interesses, sem deixar de atender a interesses corporativos e parciais da cafeicultura, mas contando mais com a participação das oligarquias estaduais marginalizadas pelo pacto anterior, e atendendo a novos grupos sociais emergentes (empresariado industrial e proletariado urbano) nas políticas e instituições criadas. Para atender a diferentes grupos

sociais, elites políticas e frações de classe, e criar da nova estrutura material do Estado, o governo Vargas necessitava de raios de manobra na execução da política econômica, se afastando da ortodoxia econômica tradicional.

Em outras palavras, a construção desse novo Estado, rompeu, aos poucos, com os pressupostos ortodoxos e com os interesses financeiros que o defendiam; adotou medidas políticas e econômicas que visavam a recuperação de diversos ramos econômicos, possibilitando alterações graduais no aparelho econômico, graças às transformações institucionais ocorridas no interior do Estado. Assim, o governo passaria a incorrer em novas exigências financeiras e de investimento, que reforçaram a tendência de adotar uma política anti-cíclica, baseada na expansão da emissão monetária e ampliação do crédito, com objetivo de prover as necessidades de gasto do Estado, inclusive para a compra de café para estocagem e possível destruição. No plano econômico, o governo também começou, mais lentamente, a atuar para vencer os entraves à industrialização, criando instituições a fim de promover e financiar o desenvolvimento industrial. Como mostra E. Diniz (1978), o governo também adotou políticas com a finalidade de unificar e integrar o mercado interno, extinguindo barreiras políticas e econômicas entre os estados, e padronizando o sistema tributário.

Pode-se perceber, assim, intenções conscientes nas políticas que levaram e/ ou consolidaram a recuperação, nos planos e projetos para criação de órgãos, instituições, conselhos, ou na elaboração de leis e códigos. Isto é, as instituições criadas e/ou modificadas ao longo dos anos 1930 apontam para a *construção* de uma opção modernizante no governo Vargas, pois representam mecanismos, espaços, regras para reorientar a economia, dirigidos pelo novo governo, definindo nova relação entre Estado, economia, empresário e trabalhador. Estas inovações institucionais foram condição fundamental também para consolidar o novo regime político. E estes órgãos necessitavam de aumento de gastos público e privado; expansão do crédito da economia; contratação de técnicos; verbas para construções e obras públicas; em suma, recursos fiscais e monetários, reforçando desde dentro do próprio Estado as pressões para superar as amarras da ortodoxia.

No plano político, a criação das interventorias foi um claro e importante exemplo da mudança da relação do Estado com os grupos dominantes, considerado como um dos

principais mecanismos de centralização política. Os interventores representavam o poder do governo federal, eram uma espécie de delegados do Governo Provisório, junto à classe dominante local. Em suma, eram intermediários da execução das políticas federais, e da demanda por elas, em seus respectivos estados, reforçando o papel dos órgãos técnicos setoriais. Conforme L. Aureliano (1999), a construção de um novo Estado propiciou a participação das diferentes oligarquias estaduais separadas, agora, por campos específicos de interesse das classes. Ou seja, os interesses regionais foram organizados em espaços específicos, regidos por um interesse particular a todos, seja a indústria, o açúcar, o café, entre outros; cuja reprodução ocorreria em condições reguladas pelo próprio aparelho estatal. Deixando patente nova forma de articulação do Estado e as forças sociais, marcada pela constituição de organismos executivos centralizados, criando frações nacionais de classe, e não mais propriamente interesses regionais. Nas palavras de Sônia Draibe (1985, p. 84):

“(...) a nova natureza do Estado só apresentará suas características mais profundas *ao final* do período 30 – 45, quando os aspectos mais dramáticos da crise política que se desdobra até 1937 serão superados e quando se consolidarão, sob regime autoritário estadonovista, os instrumentos e organismos de elaboração de políticas econômicas de caráter nacional e de gestão capitalista da economia”.

Furtado alega que o crescimento industrial brasileiro foi mero subproduto da defesa do setor cafeeiro, considerando, assim, a política de defesa seguida inconsciente. No entanto, há diversas evidências que apontam que o governo, nos anos 1930, colocou em prática uma política econômica consciente em prol da diversificação produtiva e mesmo da industrialização. Deve-se ressaltar que isto não quer dizer que esta consciência já era *clara* imediatamente após a Revolução de 1930. Esta consciência foi se construindo e se fortalecendo ao longo dos anos. Contudo, é possível perceber, no início dos anos 1930, a criação de instituições que foram posteriormente reformadas. Não se pode entender a criação dessas instituições apenas como resposta à política da defesa do café, sem a intenção clara de defender e fomentar a diversificação produtiva.

“O problema econômico, pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer o mercado interno e exportar os excedentes das nossas necessidades” (G. Vargas, 1938, vol 1, p. 37 – 38).

A intencionalidade dessas ações fica mais clara ao vinculá-las aos discursos das autoridades governamentais. Em 1931, Vargas já defendia a proteção à indústria nascente, pois indústria significava progresso econômico. Na metade da década de 1930, a idéia de progresso industrial foi transformada em desenvolvimento econômico. Nas palavras de Getúlio:

“Atingimos elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. (...) Já não somos um país exclusivamente agrário, jungindo à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagados pelo peso das aquisições de produtos industriais” (G. Vargas, 1938, p. 182).

Gradualmente, desenvolvimento passou a significar industrialização, sendo condição fundamental para o desenvolvimento do país. Era necessário romper com o passado. O desenvolvimentismo se transformou em ideologia, adequando as leis e as práticas de política econômica. Relembrando um discurso proferido por Vargas, em 1931, percebe-se claramente a necessidade de proteger a indústria nascente:

“O protecionismo industrial das matérias-primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se estimule mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir estes critérios” (G. Vargas, 1938, vol. 1, p. 163)

Apesar de não haver um consenso na literatura a respeito do grau de protecionismo, implícito na reforma tributária, realizada em 1934, Fonseca (2003) alega que a proteção conferida por tarifas é diferente da conferida por desvalorização da taxa de câmbio, pois normalmente a conferida por meio da depreciação cambial não tem normalmente a finalidade de proteger o setor industrial. Enquanto que a política tarifária pode atender todos os setores da economia, inclusive o equilíbrio do balanço de pagamentos. Segundo L. Aureliano (1999, p. 138):

“Ainda que não houvesse qualquer propósito claramente protecionista, é de se convir, portanto, que a Reforma de 1934 não terá rebaixado o grau de proteção concedido pelas tarifas, ainda que abrisse, ao fixar tetos e pisos, margem para negociações internacionais”.

Fonseca (2003) citou algumas iniciativas tomadas pelo governo para beneficiar os industriais. O Decreto nº 19.739, de 07 de março de 1931, por exemplo, impediu a importação de máquinas e equipamentos para certos ramos da indústria. Prosseguiu seu

argumento mostrando que o setor industrial contou com o apoio do governo em 1935, com a assinatura de tratado de comércio com os Estados Unidos, no que tange a importação de bens de capital, onde os norte-americanos concederam vantagens a alguns produtos nacionais de exportação (café, borracha, cacau), em troca da diminuição de 20% a 60% na importação de artigos do país (máquinas, equipamentos e aparelhos de aço).

Em relação à expansão do crédito à indústria, na ausência de bancos de investimentos privados ou de um mercado de capitais desenvolvido, o governo criou a CREAM (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em outubro de 1937); o que sugeriu um novo tipo de relação entre o Estado e os industriais. A CREAM foi uma resposta *consciente* à ausência de fundos creditícios de longo prazo para financiar investimentos privados e, especialmente, para realização de empréstimos para o desenvolvimento da diversificação agrícola. A Carteira foi a primeira e importante iniciativa cujo objetivo foi prover crédito às atividades agropecuárias, não só para exportação, estimulando a recuperação, expansão e diversificação da atividade após a Crise de 1929. Na tabela abaixo é possível observar a evolução dos empréstimos da CREAM por produto.

Apesar de não barrar necessariamente uma eventual restauração dos fluxos de capitais externos, Vargas, ao constituir a CREAM, mostrou sua falta de esperança na restauração desse mercado. Assim, a CREAM marcou a consolidação do processo de reorientação do sistema de crédito voltado para o financiamento de atividades ligadas ao mercado interno.

Tabela 20: Empréstimo CREAM por produtos, 1938 - 1940

Produtos	Em contos de réis			Em %		
	1938	1939	1940	1938	1939	1940
Café	31.000	74.000	72.000	39	32	18
Cana-de-açúcar	25.000	55.000	53.000	31	23	13
Arroz	6.000	31.000	41.000	8	13	10
Algodão	8.000	19.000	41.000	10	8	10
Fruticultura	4.000	5.000	6.000	5	2	1
Mandioca	1.000	5.000	8.000	1	2	2
Milho	0	0	2.000	0	0	0
Cacau	0	0	1.000	0	0	0
Pecuária	5.000	40.000	175.000	6	17	44
Diversos	0	7.000	9.000	0	3	2
Total	80.000	236.000	408.000	100	100	100

Fonte: Relatório Banco do Brasil, 1940.

Esta consciência industrializante também pode ser observada em relação às riquezas do subsolo e das águas, particularmente das riquezas minerais, o que aproximou o exército da defesa à industrialização (fabricação de armas, carentes da produção de ferro e aço). Eram necessárias novas instituições para assegurar a defesa econômica nacional, e estabelecer os limites da propriedade privada frente à estatal, e da propriedade de estrangeiros frente aos proprietários nacionais. Desse modo, logo em 1933, o governo previu a criação do Instituto de Tecnologia, junto ao Ministério da Agricultura, vinculado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas. Além da criação das diretorias das Minas e das Águas; e três centros de pesquisa relacionados à extração mineral: Instituto Geológico e Mineralógico, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química. Em 1934, foram criados o Código de Minas e o Código das Águas, regulando o direito de propriedade e expandindo as funções do Estado em áreas estratégicas, como a de energia elétrica e riquezas minerais. Isto é, o Estado teria direito de monopolizar as atividades econômicas a fim de promover o desenvolvimento da economia. Houve a distinção entre as propriedades da terra (solo) e as riquezas do subsolo, as minas e as águas; tornando tais riquezas minerais em propriedades da Nação, podendo ser exploradas apenas sob concessão

do Governo, limitando tais concessões apenas aos brasileiros. Nas palavras de G. Vargas (1938, vol 1. p. 122):

“Dispomos de grandes possibilidades de expansão econômica. Somos país rico em matérias-primas inexploradas e em produtos exóticos e, simultaneamente, vasto mercado consumidor. Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d’água e as jazidas minerais”.

Essas ações necessitaram da intervenção direta do Estado na produção industrial, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Usina de Volta Redonda, e da Companhia Vale do Rio Doce, no começo dos anos 1940. Já na década de 1930, Vargas alega como fundamental explorar as jazidas minerais, que deveria implantar a siderurgia em grande escala, para permitir um crescimento industrial rápido e acelerado.

“Mas o problema máximo, pode dizer-se, básico da nossa economia é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica (...) Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro” (idem, p. 100).

Como mostra Fonseca (2003), desde o começo da década de 1930, o governo criou órgãos específicos para os diferentes setores da economia. Alguns ligados diretamente à indústria, como: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933; em 1934, o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Plano Geral de Aviação e a Comissão de Similares; o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937.

Com o Estado Novo e o temor da guerra, a criação de órgãos e institutos acelerou-se (ver Draibe, 1985). Em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Plano de Obras Públicas e o aparelhamento da Defesa e o Conselho de Águas e Energia, em 1939. Em 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; em 1941, além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de ferrovias; em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce; em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a

Companhia Nacional de Álcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Serviço Social da Indústria (SESI) e o Plano Nacional de Obras e Equipamentos; em 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econômico; e, finalmente, em 1945, a Superintendência da Moeda do Crédito, que iria voltar-se a regular uma das mais importantes instituições: a moeda e a política monetária. Como o próprio nome dos órgãos mostra, estavam direta ou indiretamente ligados a alguma atividade da indústria ou agricultura (Fonseca, 2003).

Nas áreas de regulação macroeconômica e planejamento, por sua vez, em 1931, o governo criou, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios²², responsável pela coleta dos dados referentes às dívidas e empréstimos nos três planos administrativos. Esta Comissão viabilizou um maior controle do Governo, impondo a necessidade de autorização, pelo Governo Central, para novos empréstimos a serem realizados. Em 1934, transformou-se no Departamento de Estatística Econômica e Financeira.

Outro órgão importante criado nesse mesmo ano foi o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), com objetivo de promover o desenvolvimento da economia. Inicialmente, suas atividades eram, por um lado, fomentar o desenvolvimento das exportações, isto é, o Conselho determinou que as exportações deveriam ser feitas de acordo com as taxas de câmbio fixadas pelo mercado, com exceção do café. O Banco do Brasil deveria prover divisas ao câmbio oficial apenas proporcional a 60% das importações nacionais. Por outro, deveria expandir o consumo interno da produção nacional. Em 1937, o CFCE foi reformulado, suas tarefas foram ampliadas e se tornou um órgão consultivo da Presidência. Por fim, em 1939, este órgão assumiu as funções do Conselho da Economia Nacional. Suas atividades eram coordenar e fomentar toda produção nacional, coordenar os

²² Bouças fez uma análise interessante sobre a situação da dívida: “Decretado o *Funding* de 1931, procurou o Governo conhecer pormenorizadamente a situação de cada empréstimo externo contraído pelos governos Federal, Estaduais e Municipais. Foi impossível, porém, a realização desse propósito. Não se achavam arquivados, na repartição encarregada, os contratos dos empréstimos externos federais. Das operações feitas e ainda em circulação, estavam colecionados apenas 8 contratos! Os valores reais das remessas também ignorados. O Tesouro fazia habitualmente as transferências pelas notas fornecidas pelos próprios agentes dos banqueiros interessados. Não havia contabilidade regular da dívida externa federal. A situação na parte relativa aos Estados e Municípios era semelhante ou mesmo pior” (V. Bouças, 1950, pp. 349-350).

institutos e conselhos de produção existentes e criar novos órgãos necessários.

Nas áreas monetária, creditícia e cambial, a crise de 1930 implicou centralização das operações cambiais por meio do monopólio cambial e expansão das atividades creditícias do governo (crédito para o setor cafeeiro, outros setores agro-exportadores e à indústria de transformação). De acordo com Draibe (1985), o Banco do Brasil passou a atuar como um banco central, como um banco de fomento e como agente fiscal. Além disto, a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (criada em 1920 e extinta em 1933), foi restabelecida em dezembro de 1930. A Cared sofreu reformulação, passando a usar recursos do Banco do Brasil para financiamento da defesa do café. A Caixa de Mobilização Bancária (1932) atuaria como prestador de última instância, na ausência de um banco central, para compensar e reverter a contração do crédito privado em meio à crise econômica. Mais tarde, para expandir o crédito, nova regulamentação da Cared (1935) permitiria maior facilidade de acesso ao desconto de títulos industriais e comerciais, estendendo a facilidade para empréstimos de longo prazo por meio da CREAM, acompanhada pela moratória da dívida externa em 1937. Também em 1937, criou-se o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), responsável pelos estudos sobre política cambial e monetária, estudos bancários, transferência de valores para o exterior entre outros. O Instituto de Resseguros do Brasil, em 1939, como sociedade por ações, tinha finalidade de regular e fazer operações de resseguros, além de desenvolver as funções relativas aos seguros em geral. Na tabela 21 é possível observar dados referentes a empréstimos, depósitos e emissão de moeda realizados pelo Banco do Brasil.

Tabela 21: Banco do Brasil – Empréstimo, depósito e emissão em circulação

Período	1.000 contos de réis			1928=100	
	Empréstimos	Depósitos	Emissão	Empréstimos	Depósitos
1928	1.167	1.415	592	100	100
1929	1.213	1.541	592	104	109
1930	1.412	1.426	495	121	101
1931	1.557	1.144	170	133	81
1932	2.047	1.885	170	175	133
1933	2.729	2.920	63	234	206
1934	2.845	2.875	20	244	203
1935	3.075	2.689	20	263	190
1936	3.070	2.612	11	263	185
1937	2.853	2.234	-	245	158
1938	3.288	3.622	-	282	256
1939	3.834	4.287	-	328	303

Fonte: Relatório do Banco do Brasil de 1939.

Ademais, o governo se preocupou com a infra-estrutura de energia e transporte, criando novos setores, ou seja, os obstáculos ao desenvolvimento passaram a serem vistos como problemas nacionais a serem resolvidos por políticas públicas responsáveis. O governo se tornou responsável pela coordenação, regulamentação e planejamento de diversas atividades e insumos estratégicos.

“O problema fundamental para nossa expansão interna e externa, o dos transportes e comunicações, constitui preocupação diária do governo. Se não lhe imprimirmos o ritmo das realizações rápidas, o nosso progresso sofrerá, a cada passo, interrupções desalentadoras que importam em perda de energia, desânimo e timidez de iniciativas” (G. Vargas, 1938, vol III, p. 113).

O Estado também centralizou a arrecadação, acabando com as barreiras entre os Estados, com objetivo de integrar o mercado e centralizar as decisões. O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) criado em 1938, absorveu as funções do Conselho Federal do Serviço Público Civil (1936), da Comissão Permanente de Padronização (1935) e do Conselho Superior Administrativo do Ministério da Fazenda. Caberia ao DASP estudar as diferentes unidades que faziam parte do aparelho do governo,

para possibilitar alterações do ponto de vista da economia e da eficiência de sua atuação. Este órgão foi responsável pela definição de normas e regras para admissão e contratação por mérito e concurso público; e estruturou a carreira do funcionalismo público. Além de ser responsável pela elaboração, controle e execução do orçamento federal.

A criação do DASP também visou organizar a burocracia do Estado baseada em critério de mérito e competência, sob ideologia estado-novista de trocar a política pela administração. O DASP também criou Comissões de Eficiência em cada Ministério. E, subordinados ao DASP, foram criados os “daspinhos” nos estados; órgãos formados pelos interventores e representantes do Ministério da Justiça, intermediando as relações entre o poder local e o Executivo federal. Assim, o DASP foi um órgão de grandes prerrogativas, atuando tanto nas áreas normativas e executivas, bem como nas legislativas.

“O DASP representou, ainda, um papel importante no jogo político de Vargas. Fazia pesar o seu prestígio de órgão técnico sempre chamado a fiscalizar, organizar ou opinar sobre atos e medidas de um Governo carente de um Parlamento com quem pudesse dividir responsabilidades. Ele atendia à necessidade de eficiência de um Governo forte, que, por essa mesma razão, precisava encontrar formas menos irritantes de exercer a autoridade, enquanto enfrentava resistências à mudança” (B. Nascimento, 2002, p. 83).

Em relação à política trabalhista, pode-se perceber traços de um projeto modernizante e industrializante. Resumir a industrialização a um simples subproduto da política de defesa do café, vai contra as evidências de como o governo se envolveu nas políticas relativas ao trabalho, considerando como questão nacional sua regulamentação, reconhecendo as lutas de classes, criando instituições para resolvê-las, além de ensinar mão-de-obra para as atividades produtivas para áreas rural, industrial e comércio. O fato da legislação trabalhista se limitar à cidade, excluindo os trabalhadores rurais, também mostra seu caráter urbano, ou seja, industrial.

Uma grande inovação foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931), com seus departamentos técnicos (Departamento Nacional do Trabalho, 1932, entre outros), com objetivo de trazer para dentro do Estado os embates de classe. O Ministério do Trabalho foi criado com a intenção de legitimar o direito dos trabalhadores, isto é, criar uma organização social e de proteção aos trabalhadores, e ao mesmo tempo controlar alternativas de expressão política revolucionária, concomitantemente à consolidação de um discurso ideológico baseado na idéia de conceder direitos aos trabalhadores dentro da ordem legal ampliada.

“Todo amparo e toda proteção justa que se puder dar será dada ao trabalhador nacional. Defender-lhe-emos os direitos, associando-o diretamente, por intermédio das suas associações de classe, à solução de todos os conflitos em que ele figurar como parte. Amparar-lhe-emos eficientemente a velhice e a invalidez. Providenciaremos para que, na medida do possível, lhe sejam conseguidos, para sua propriedade, tetos baratos, higiênicos e confortáveis. Dar-lhe-emos uma lei segura e eficiente de acidente de trabalho. As mulheres e os menores estarão ao abrigo das leis humanas. Cuidaremos da sua instrução, dos seus aperfeiçoamentos técnicos e não nos esqueceremos dos seus lazeres, dos seus descansos físicos e da recreação dos seus espíritos. O Código do Trabalho, que o Governo Provisório espera decretar ainda este ano, será obra digna da nossa cultura social e das nossas preocupações de justiça” (Discurso proferido por Lindolfo Collor na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (impresso), em 06/01/1931 – Arquivo Lindolfo Collor – código LC 31.01.06.).

No âmbito da assistência social, o governo também fez grandes transformações. Além das Caixas de Aposentadoria e Pensões (anos 1920), foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (responsáveis pela ampliação dos direitos sociais a categorias nacionais de trabalhadores). Com a Revolução de 1930, o Ministério do Trabalho ampliou as categorias profissionais beneficiadas pela Caixa de Aposentadoria e Pensões, para que um número maior de empregados pudesse ter acesso a essas garantias. Assim, criou-se o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM - junho de 1933), ao qual se seguiram o Instituto dos Comerciários (IAPC - maio de 1934); dos Bancários (IAPB - julho de 1934); dos Industriários (IAPI - dezembro de 1936); e os de outras categorias profissionais nos anos seguintes, além do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE – fevereiro de 1938).²³

No setor educacional, em 1931, iniciou-se uma reforma, levada a cabo por Francisco Campos, com a finalidade de superar e estender o ensino teórico e preparador de elites. Deveriam ser criados cursos técnicos e profissionalizantes, voltados para os setores de produção (engenharia, agronomia e contabilidade). As autoridades alegavam que a criação de riqueza dependia diretamente da produtividade, que está relacionada às condições físicas e as qualificações dos trabalhadores.

As criações e alterações institucionais indicam a consciência e intencionalidade das autoridades governamentais, especialmente quando se analisa os discursos proferidos depois da superação da crise financeira externa. Ou o seguinte discurso de Vargas sugere inconsciência do que propunha e decidia dentro de um contexto histórico de que participava

²³ Em 1966, todos estes institutos que atendiam os trabalhadores do setor privado foram unificados no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

como subjetividade central?

“A situação dos países imediatamente dependentes da exportação de matérias-primas e cuja balança comercial está sujeita, imediatamente, ao mercado mundial, vive à mercê de colapsos freqüentes na suas forças econômicas. Os preços mundiais tornam-se cada vez menos remuneradores para os países fornecedores de matérias-primas e gêneros de alimentação. O esforço nacional, no momento, deve dirigir-se, de modo capital, para elevação do nível de produção do padrão de vida das populações (...) Precisamos, por consequência, alterar a nossa tradição política de país agrário, esforçando-se por utilizar todas as fontes de riqueza disponíveis. Já atravessamos a fase crítica da monoprodução. Para reforçar a estrutura econômica do país, cumpre-nos reduzir a estreita dependência em que se acha a renda nacional em relação à exportação de matérias e produtos alimentares” (G. Vargas, 1938, vol. VI, p. 76 – 77).

CONCLUSÃO

A preocupação que deu origem a este trabalho foi a constatação da divergência interpretativa entre os autores que estudaram a recuperação e as modificações estruturais da economia brasileira na década de 1930. Acredita-se que a formação teórica diferenciada dos principais autores explica em parte sua divergência, mas que o processo de modificação da política econômica foi, pelo menos de início, ambíguo o suficiente para propiciar interpretações divergentes, sobretudo se não for feita uma reflexão específica sobre o processo decisório, o contexto histórico que o condiciona e as motivações e conflitos que o orientaram, para além de sua justificativa retórica. Como vimos, alguns autores não consideraram o conflito de interesses em torno das políticas econômicas executadas, inferindo motivações a partir dos resultados das políticas executadas, como Furtado; enquanto outros recorreram, como Peláez, a identificação de justificativas ideológicas presumidamente coesas e coerentes para as políticas implementadas, quando a retórica foi ambígua e nem sempre coerente.

Ao recuperar a divergência interpretativa inicial entre os autores (Furtado e Peláez), ficou claro que Furtado defendeu que a execução de políticas econômicas que levaram à recuperação da economia brasileira foi inconsciente, como subproduto do programa de defesa do café. O autor se prendeu à análise dos resultados obtidos com as políticas econômicas adotadas, examinando-as sem considerar conflitos e motivações que conduziram o processo decisório. Peláez, por sua vez, apontou que as políticas executadas além de conscientes foram ortodoxas, se apoiando em discursos professados para provar seu grau de ortodoxia. Contudo, ao centrar seu trabalho na crítica a Furtado, o autor repetiu o mesmo erro: não considerou o contexto histórico que influenciou a condução da política econômica, nem mesmo os motivos e os interesses políticos dos atores envolvidos, reduzindo-a à suposta ortodoxia ideológica dos gestores.

Em relação ao grau de intencionalidade da condução da política econômica, esta dissertação defende que não se deve corroborar nem o pressuposto de inconsciência alegado por Furtado, nem com a hipótese de ortodoxia sustentada por Peláez. Como foi visto, Vargas, desde o início de seu governo, percebeu que a crise do setor cafeeiro afetou indiretamente outros setores da economia, tornando necessária a intervenção do Estado

sobre a economia para superar os entraves ao crescimento econômico.

Ao longo da vida política de Vargas é possível observar diversos momentos em que assumiu publicamente, ou em seu diário íntimo, a necessidade de romper com as amarras do liberalismo econômico ortodoxo, como condição de recuperação da economia. Isto refuta o argumento de Furtado, segundo o qual a política de defesa do café teve efeitos indiretos e *inconscientes* sobre os outros setores da economia. E também contesta a hipótese de Peláez de que as políticas além de ortodoxas, foram conscientes. Deve-se deixar patente, que *o abandono da ortodoxia não foi resultado de uma idealização prévia; ocorreu gradualmente, acompanhando a crise internacional, o deslocamento do “centro dinâmico” para o mercado interno, e a construção de um novo pacto político, reagindo às várias pressões setoriais e regionais que o governo Vargas buscava incorporar, ainda que o fizesse de modo bem diferente do tradicional.*

À luz desse debate, foram examinadas as opiniões de economistas que desdobraram argumentos da controvérsia sobre o teor ação estatal (progressista ou conservadora). Esses autores procuraram dados estatísticos para comprovar o caminho seguido pela política econômica, criticando de maneira geral o argumento de Peláez, segundo o qual tais políticas foram ortodoxas, e defendendo o argumento básico de Furtado, apesar de o qualificarem em pontos importantes. No entanto, alguns deles tenderam abstrair o conflito de interesses políticos e econômicos que influenciaram a condução da política econômica. Além disto, não consideraram as transformações institucionais que estavam ocorrendo dentro do aparelho do Estado, ou seja, os institutos, conselhos e comissões criados com objetivo de promover a recuperação dos diversos setores da economia, e que tinham vinculação políticas claras com grupos que sustentariam o novo regime político instituído a partir de 1930.

Por fim, o último capítulo ensejou preencher a lacuna existente na bibliografia, ou seja, analisar os motivos e os interesses presentes na formulação/ implementação das políticas adotadas, com objetivo de mostrar porque, de fato, a superação da ortodoxia foi, de início, ambígua e hesitante mas, gradualmente, propiciou e foi conseqüência da construção de um novo modelo de relação entre Estado, economia e sociedade, baseado em um novo estilo de intervenção, um novo pacto de poder e mesmo uma nova configuração material dos aparelhos de Estado.

É preciso considerar o contexto histórico complexo do processo de tomada das decisões de política econômica naquela conjuntura, e particularmente o conflito de interesses políticos e econômicos que influenciaram a condução da política. Não se pode esquecer que Vargas assumiu o poder depois de uma revolução política, precisando estabilizar o novo regime político em meio ao conflito entre forças políticas heterogêneas em busca de expressão na nova estrutura de poder criada. Em meio à crise da hegemonia política do PRR paulista, Vargas conseguiu atuar com autonomia relativa para arbitrar diferentes interesses específicos de grupos políticos e frações de classes sociais. Assim, o encaminhamento dessa crise de hegemonia permitiu que aos poucos fosse sendo construído um novo modelo de relação entre o Estado, a economia e a sociedade.

Também ocorreram inovações político-institucionais, que se refletiram em novos mecanismos de representação de interesses que passaram pela criação de órgãos executivos de políticas setoriais. Se isto exigia maior liberdade de gastos e expansão do crédito, por outro lado precisa-se contornar os efeitos da crise financeira internacional, se possível preservando a credibilidade junto aos credores externos. No entanto, a crise internacional abriu margem de manobra para que o governo brasileiro mudasse gradualmente o rumo da política econômica, abandonando a austeridade pregada pelos credores externos.

Assim, esta dissertação defende que as reformas realizadas no âmbito do aparelho do Estado foram *conscientes com a finalidade de conciliar este novo conjunto de interesses, exigindo uma expansão da política econômica para além das amarras da ortodoxia.*

Pode-se perceber este grau de consciência da cúpula do governo, tanto na modificação do comportamento do Estado, ampliando e aprofundando suas tarefas no campo econômico, tornando-se interventor e centralizador; quanto nas inovações político-institucionais, que mudaram as formas de representação e atendimento de interesses.

Em suma, pode alegar-se que lenta e progressivamente o Estado foi moldando o rumo da política econômica implantada, guiando-se por novos interesses e pressupostos. No entanto, essas transformações institucionais e as novas iniciativas políticas não parecem ter ocorrido apoiadas com base em um projeto prévio, sendo respostas graduais aos novos problemas e obstáculos colocados pela crise econômica e política. Este processo terá um marco central quando os grandes interesses vinculados às políticas ortodoxas forem

alijados, com a moratória da dívida externa, e com a centralização institucional que acompanhou o Estado Novo. O sentido da construção se completa, embora apenas a partir daí ela ganhe ainda mais fôlego.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 22: Café destruído no Brasil, 1931 – 1940

Anos	Milhares de sacas
1931	2.825
1932	12.155
1933	25.842
1934	34.108
1935	35.801
1936	39.532
1937	56.728
1938	647.325
1939	68.252
1940	71.069

Fonte: Relatório Banco do Brasil,
1940

Tabela 23: Produção, estoques e preços do café, 1889 – 1930

Ano	Produção em São Paulo	Produção no Brasil	Produção no mundo	Estoques "visíveis"	Estoques no Brasil	Estoques no mundo	Preço no Brasil	Preços em Nova Iorque
1889	1.87	4.40	8.42	2.43	n.d	2.43	6.65	16.00
1890	2.91	5.52	9.28	1.90	n.d	1.90	8.15	19.00
1891	3.65	7.69	11.94	2.99	n.d	2.99	10.10	20.00
1892	3.21	6.53	11.27	3.16	n.d	3.16	12.20	14.00
1893	1.72	5.04	9.40	2.16	n.d	2.16	15.80	16.40
1894	3.98	7.23	11.76	3.06	n.d	3.06	14.70	14.70
1895	3.09	6.00	10.39	2.49	n.d	2.49	14.2	16.60
1896	5.10	9.31	13.91	3.98	n.d	3.98	10.70	11.10
1897	6.16	11.21	16.05	5.44	n.d	5.44	8.55	7.50
1898	5.58	9.32	13.72	6.18	n.d	6.18	7.30	6.50
1899	5.7	9.42	13.8	5.73	n.d	5.73	7.80	6.70
1900	7.97	11.28	15.07	6.83	n.d	6.83	5.85	6.40
1901	10.16	16.14	19.79	11.3	n.d	11.30	4.65	6.40
1902	8.35	12.94	16.66	11.87	n.d	11.87	4.20	6.60
1903	6.39	11.10	15.99	12.28	n.d	12.28	4.90	7.00
1904	70.43	10.52	14.44	11.22	n.d	11.22	5.15	8.10
1905	6.98	10.84	14.79	9.70	n.d	9.70	4.25	8.60
1906	15.39	20.19	23.78	16.38	n.d	16.38	n.d	7.90
1907	7.20	11.00	14.86	14.13	n.d	14.13	3.45	7.60
1908	9.53	12.91	16.91	12.82	n.d	12.82	3.40	8.34
1909	12.12	15.32	19.12	13.73	n.d	13.73	3.80	8.80
1910	8.46	10.85	14.52	11.08	n.d	11.08	5.58	10.40
1911	10.58	13.04	17.37	11.00	n.d	11.00	7.55	14.18
1912	9.47	12.30	17.05	10.29	n.d	10.29	6.90	16.00
1913	11.07	14.47	20.26	11.32	n.d	11.32	5.00	13.17
1914	9.21	13.47	17.86	7.52	n.d	7.52	4.30	11.46
1915	11.71	15.96	20.77	7.08	n.d	7.08	4.58	9.57
1916	9.94	12.74	16.69	7.76	n.d	7.76	5.50	10.55
1917	12.21	15.84	18.85	11.77	n.d	11.77	4.15	10.16
1918	7.25	9.71	14.21	10.02	n.d	10.02	10.75	12.71
1919	4.15	7.50	15.18	6.70	n.d	6.70	14.00	24.78
1920	10.25	14.50	20.28	8.52	n.d	8.52	8.00	10.09
1921	8.20	12.86	19.79	8.59	n.d	8.59	14.75	10.38
1922	7.05	10.10	15.89	5.33	n.d	5.33	20.20	14.30
1923	10.37	14.89	21.76	5.03	n.d	5.03	23.50	14.84
1924	9.19	14.59	21.35	5.00	4.60	9.60	37.00	21.31
1925	10.09	15.46	22.51	4.46	1.90	6.36	26.00	24.55
1926	9.88	15.85	22.92	4.42	2.80	7.22	22.80	22.30
1927	17.98	27.12	35.12	5.30	3.30	8.06	27.00	18.68
1928	8.81	13.62	22.28	5.33	13.10	18.43	30.50	23.20
1929	19.49	28.23	36.50	5.57	10.30	15.87	22.50	22.00
1930	10.10	16.55	25.18	6.38	23.70	30.80	16.25	13.00

Os volumes de produção e estoques estão cotados em sacas. O preço no Brasil é cotado em mil-réis por dez Kg; em Nova Iorque em centavos por libras

Fonte: P. Bastos, 2001, p. 111.

Tabela 24: Dívida externa consolidada da União, 1898 - 1920

Anos	Nº em £	Crescimento em relação ao ano anterior (em %)
1898	35.731	2,9
1899	38.639	7,5
1900	41.009	5,8
1901	57.029	28,1
1902	57.029	0,0
1903	65.752	13,3
1904	65.364	-0,6
1905	69.847	6,4
1906	69.821	0,0
1907	72.133	3,2
1908	77.926	7,4
1909	80.602	3,3
1910	86.847	7,2
1911	94.798	8,4
1912	93.334	-1,6
1913	103.773	10,1
1914	104.482	0,7
1915	108.629	3,8
1916	112.333	3,3
1917	115.448	2,7
1918	116.432	0,8
1919	116.282	-0,1
1920	115.926	-0,3

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico Brasil, p 1.424.

Tabela 25: Número e valor dos empréstimos externos concedidos ao governo brasileiro

Período	Inglaterra	Estados Unidos	França	França	No total
	£ 1.000	US\$ 1.000	FF 1.000	em £	
1881 - 1890	4 (37.165)	(\$ 1.000)	-	3	7
1891 - 1900	3 (19.766)	-	-	2	5
1901 - 1910	4 (40.139)	-	3 (240.000)	3	10
1911 - 1920	4 (32.402)	-	2 (85.000)	3	9
1921 - 1931	3 (28.281)	5 (176.500)	3 (215.000)	3	14

Fonte: SZMRECSÁNYI, T. & SAES, F., 1985, p. 204.

Tabela 26: Produção interna de tecidos de algodão

Período	Consumo per capita		Importações	Produção	
	1885	1905		1855	1905
1880 - 1884	226	261	242	-16	19
1885- 1889	248	287	244	5	44
1890 - 1894	276	320	306	-30	13
1895 - 1899	310	359	219	91	140
1900 - 1901	336	389	116	220	273
1902 - 1906	362	419	184	178	235
1911 - 1913	429	496	211	218	285

Fonte: FISHLOW, 1972, 9

Tabela 27: Produção e consumo de ferro gusa, aço laminado e cimento
Em milhares de toneladas

Média anual	Ferro gusa		Lingotes de aço		Aço laminado		Cimento	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
1925 - 1929	25,2	32,7	14,8	21,8	16,7	441,2	50,4	483,6
1935 - 1939	104,6	105,4	84,2	91,6	74,7	404,6	547,6	612,0
Taxa de crescimento anual	15,3	12,4	19,0	15,4	16,2	-0,9	27,0	2,4

Fonte: FISHLOW, 1972, 30.

Tabela 28: Participação do Brasil nos fluxos de capitais ingleses destinados a América Latina (em %)

Tipo de aplicação	1885	1895	1903	1913
Todas	19,0	16,8	18,1	29,6
Investimento direto	27,9	10,3	9,0	10,6
Empréstimos ao governo	14,4	20,0	27,1	26,8
Participação acionária minoritária	22,0	28,6	22,2	41,8
Aplicação do tipo portfólio	14,8	21,5	26,4	31,3
Investimento no setor privado	27,1	14,0	10,8	18,4

Fonte: SZMRECSÁNYI, T. & SAES, F., 1985, p. 218.

Tabela 29: Taxa de crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima (1928=100)

Ano	Alimentos		Matéria-prima	
	Produção	Valor produção	Produção	Valor produção
1929	105	97		102
1930	106	82	95	77
1931	106	61	96	81
1932	117	68	85	75
1933	120	77	113	101
1934	121	78	163	161
1935	120	76	200	190

Fonte: Relatório Banco do Brasil, 1936, pp 6 -12.

Tabela 30: Composição da pauta de exportação segundo principais produtos primários (em %)

Produto	1924 - 1929	1930 - 1933	1934 - 1939
Café	72,5	69,1	47,8
Algodão	1,9	1,4	17,6
Cacau	3,3	3,5	4,3
Mate	2,9	3	1,4
Borracha	2,8	0,8	1,1
Fumo	2	1,8	1,6
Açúcar	0,4	0,6	0,5
Couros e peles	4,5	4,3	4,4
Outros	9,7	15,5	21,3

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1973, p. 70.

Nota: A categoria “outros” foi formada principalmente pelas exportações de tecidos, outros produtos manufaturados e minerais

Tabela 31: Produção industrial, séries alternativas, 1927-1939

Anos	FGV	VILLELA & SUZIGAN	FISHLOW	HADDAD
1927	59,1	42,7	55,0	51,3
1928	65,6	46,1	58,0	54,9
1929	62,8	44,5	56,0	53,7
1930	61,2	42,4	52,0	50,1
1931	59,4	45,9	55,0	50,7
1932	60,0	46,0	56,0	51,4
1933	65,4	52,8	61,0	57,4
1934	70,3	59,6	68,0	63,8
1935	75,8	68,0	77,0	71,4
1936	87,2	77,8	91,0	83,7
1937	90,4	83,3	93,0	88,2
1938	94,7	88,0	96,0	91,5
1939	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MALAN et alli, 1977, 269.

Tabela 32: Evolução do balanço de pagamentos, 1930 – 1939, em US\$ milhões

	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
1. Balança Comercial	93,9	127,5	86,6	68,6	108,0	73,0	116,3	55,8	37,1	81,9
Exportação FOB	319,4	244,0	179,4	216,8	292,8	269,5	320,6	346,8	294,3	306,7
Importação FOB	225,5	-116,5	-92,8	-148,2	-184,8	-196,5	-204,3	-291,0	-257,2	-218,0
Ouro não monetário	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,8
2. Serviços	-158,3	-118,9	-59,5	-50,5	-72,7	-96,0	-104,3	-121,0	-36,6	-53,5
Transportes e Seguros	-34,9	-20,0	-14,0	-22,2	-26,8	-28,4	-27,8	-39,5	-36,6	-30,2
Rendas de capitais	-123,4	-98,9	-45,5	-28,3	-45,9	-67,6	-76,5	-81,5	0,0	-11,7
Públicos	-65,1	-53,5	-10,5	-16,0	-23,2	-28,4	-29,3	-32,1	0,0	0,0
Privados	-58,3	-45,4	-35,0	-12,3	-22,7	-39,2	-47,2	-49,4	0,0	0,0
Outros Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,6
3. Transferências correntes	-14,6	-4,5	-3,2	-4,1	-5,0	-9,8	-9,9	-9,9	-6,8	0,0
4. Transações correntes (1+2+3)	-79,0	4,1	23,9	14,0	30,3	-32,8	2,1	-75,1	-6,3	28,4
5. Capitais	54,4	-9,5	-25,9	-25,0	-19,7	-6,3	-31,3	-24,2	23,4	-0,3
Capitais privados de longo prazo (Entrada)	9,7	0,0	1,8	0,0	0,0	9,8	9,9	9,9	0,0	-0,3
Capitais privados de curto prazo (Entrada)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capitais públicos de longo prazo (entrada)	75,3	29,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização da dívida externa	-30,6	-39,0	-27,7	-20,9	-12,6	-9,3	-9,4	-9,9	0,0	0,0
Pagamento de atrasados comerciais	-	0,0	0,0	-4,1	-7,1	-6,8	-31,8	-24,2	23,4	0,0
6. Ajuste relativo a marcos de compensação	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	7,9	11,8	10,7	0,0
7. Total (4+5+6)	-24,6	-5,4	-2,0	-11,0	10,6	-39,1	-21,3	-87,5	27,8	28,1
8. Erros e omissões	-91,5	21,2	37,7	-4,6	-8,5	55,2	-61,7	63,3	70,7	-28,9
9. Saldo	-116,1	15,8	35,7	-15,6	-19,1	16,1	-83,0	-24,2	51,7	-0,8
10. Demonstrativo do resultado	116,1	-15,8	-35,7	15,6	19,1	-16,1	83,0	24,2	-51,7	0,8
Operações de regularização										18,0
Agências e bancos norte-americanos										18,0
Variação e haveres e obrigações (inclusive ouro)	116,1	-15,8	-35,7	-18,4	17,6	-17,1	21,9	24,2	-51,7	-4,0
Atrasados comerciais	-	-	-	34,0	1,5	1,0	61,1	-	-	-

Fonte: IBGE, 1990.

Tabela 33: Importação por grupos principais de bens, valores absolutos, índices de quantum e participação percentual, em milhões de cruzeiros de 1948 (1929 = 100)

Grupo de bens	Valores	Índices	%
1929			
Bens de consumo	32.044	100	18,7
Duráveis	1.277	100	7,5
Não-duráveis	1.927	100	11,2
Combustíveis e lubrificantes	1.443	100	-8,4
Matérias-primas e produtos intermediários	7.909	100	46,2
Metálicos	1.814	100	10,6
Não-metálicos	6.095	100	35,6
Bens de capital	4.564	100	26,7
Total da amostra	17.121	100	100,0
1931			
Bens de consumo	966	30	12,3
Duráveis	147	12	1,9
Não-duráveis	819	43	10,4
Combustíveis e lubrificantes	940	65	11,9
Matérias-primas e produtos intermediários	5.076	64	64,4
Metálicos	516	28	6,5
Não-metálicos	4.560	75	57,9
Bens de capital	894	20	11,4
Total da amostra	7.876	46	100,0
1937 - 1938			
Bens de consumo	1.835	57	13,3
Duráveis	861	67	6,2
Não-duráveis	974	51	7,1
Combustíveis e lubrificantes	1.355	94	9,8
Matérias-primas e produtos intermediários	7.366	93	53,2
Metálicos	1.303	72	9,4
Não-metálicos	6.063	100	43,8
Bens de capital	3.281	72	23,7
Total da amostra	13.837	81	100,0

Fonte: M. C. Tavares, 1979, 69.

Tabela 34: Estrutura industrial e participação das importações na oferta segundo categorias de uso, 1919 e 1939
Em % baseada em valores correntes

Categorias	%		Importação/ oferta (%)	
	1919	1939	1919	1939
Bens de consumo não-duráveis	80,2	69,7		
Têxtil	24,4	22,0	13,7	5,7
Vestuário e calçados	7,3	4,8	6,2	3,5
Alimentos	32,9	23,6	11,5	2,8
Bebidas	5,4	4,3	23,8	8,5
Fumo	3,4	2,3	0,3	0,0
Editorial e Gráficos	*	3,6	*	4,2
Química	4,2	6,5	57,0	37,5
Couros e Peles	0,2	0,2	32,0	7,7
Mineirais não-metálicos	1,2	1,0	40,5	13,6
Diversas	1,2	1,2	53,4	40,5
Bens de consumo duráveis	1,8	2,5		
Material elétrico	0,0	0,4	100,0	65,8
Material de transporte	0,0	0,0	53,5	56,2
Mobiliário	1,8	2,1	2,2	0,8
Bens intermediários	16,5	22,9		
Metalurgia	3,8	7,6	64,2	41,4
Mineirais não-metálicos	2,8	4,3	40,5	13,6
Couros e peles	2,0	1,5	32,0	7,7
Química	0,8	4,2	57,0	38,7
Madeira	5,7	3,2	6,1	4,3
Papel	1,4	1,5	58,3	37,5
Borracha	0,0	0,4	70,7	40,7
Material elétrico	0,0	0,1	100,0	65,8
Bens de capital	1,5	4,9		
Mecânica	0,1	1,3	96,7	79,5
Material elétrico	0,0	0,3	100,0	65,8
Material de transporte	1,4	3,3	53,5	56,2
Total	100,0	100,0	24,4	20,4

* = não disponível

Fonte: FISHLOW, 1972, quadros III e VII

*Tabela 35: Indústria de transformação: produto efetivo e potencial, 1928 - 1939
Em Cr\$ milhões de 1949*

Anos	Produto Efetivo	Produto Potencial	Capacidade Utilizada (%)
1928	10,37	10,37	100
1929	10,13	11,15	91
1930	9,41	11,99	78
1931	9,54	12,89	74
1932	9,67	13,86	70
1933	10,82	14,91	73
1934	12,05	16,04	75
1935	13,49	17,25	78
1936	15,89	18,55	85
1937	16,68	19,95	84
1938	17,21	21,46	80
1939	18,89	23,08	82

Fonte: MALLAN et alli, 1977, 318.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Ed. Civilização Brasileira, 1999.
- _____. “A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931”. In: *Estudos Econômicos*, 15(2):167-189, maio/ago 1985.
- _____. “A dívida pública externa do Brasil, 1931-1943”. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 5(1), 97-88, jun.1975.
- _____. “Foreign debt policies in South America, 1929-1945”. In: *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 20, no. 3, (79), jul-set 2000.
- _____. “Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937”. In: SZMRECSÁNYI, Tamas & GRAZIERA, Rui (orgs) *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.
- _____. “A dívida pública externa brasileira em francos franceses, 2888-1956”. In: SZMRECSÁNYI, Tamas & SUZIGAN, Wilson (orgs) *Historia econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed. SP: Hucitec; ABPHE, 2002.
- _____. "Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. 13 ed. Rio de Janeiro: Ed Campus, 1990.
- ALCANTARA, Aspásia. “A teoria política de Azevedo Amaral”. In: *Dados*, 1967.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: SENAC; Brasília: FUNDAG, 1985.
- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.
- ANDRADA, B *A revolução de 1930: marco histórico*. Belo Horizonte: Ed Roma, 1995.
- AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BAER, Weber. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BAER, Weber & VILLELA, Aníbal. “Crescimento industrial e industrialização: revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil”. In: *Dados*, nº 9, 1997.

- BASTOS, Pedro. Paulo. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: IE/ Unicamp (Dissertação de Doutorado), 2001.
- _____ “Estratégia de desenvolvimento e política econômica na era Vargas: quando a ortodoxia foi abandonada?”, mimeo, 2007.
- BESKOW, Paulo Roberto. *O crédito rural público numa economia em transformação: estudo histórico e avaliação econômica das atividades de financiamento agropecuário da CREA- BB*. Tese de doutoramento, IE – Unicamp, 1994.
- BERNARDI, Livia. *Recuperação da economia brasileira nos anos 30*. Campinas: Facamp (Monografia), 2003.
- BOSI, Alfredo. “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”. In: PERRONE-MOISÉS, L. *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____ “A arqueologia do Estado – providencia”. In: *A dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BOUÇAS, Valentim. *História da dívida externa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1950.
- BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRASIL. Direção Geral da Fazenda Nacional. Assessoria de Estudos, Programação e Avaliação. ... *78 anos de receita federal – 1890 – 1967*. Rio de Janeiro, 1968.
- CACHAPUZ, P.B. “A Revolução de 1930”. In: SILVA, R.M.; CACHAPUZ, P.B.; LAMARÃO, S. (orgs). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.
- CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CANO, Wilson. “Crise de 29, soberania na política econômica e industrialização”. UNICAMP (mimeo), 2001.
- _____ “Alguns aspectos da concentração industrial”. In: VERSIANI, F. & MENDONÇA DE BARROS, J. R. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. Série Anpec de leituras de economia. Ed. Saraiva, 1977.

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 3^a ed. São Paulo, 1984.
- CARONE, Edgard. *A República Nova: 1930 – 1937*. 3^a ed. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os militares”. In: PANDOLFI, Dulce (org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- COELHO, Carlos Nayro. “70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001)” . In: *Revista de Política Agrícola – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Secretaria de Política Agrícola (SPA) – Edição especial Publicação trimestral*, ano X, nº 3, jul/ ago/ set 2001.
- CORAZZA, Gentil. “Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960”. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 7 (2): 159-169, 1986.
- COSTA, Wilma Peres. “Os militares e a primeira constituição da República”. In: MORAES, J. *A tutela militar*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Boletim no. 5, cadeira III no. 1. São Paulo: 1959.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Ed. USP, 1971.
- DECCA, Edgar. *1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo Brasil: 1930 - 1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____ “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. vol. 2, 2^a ed., São Paulo: Editora Globo, 1975.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____ “A revolução de 30”. In: MOTA, C. G. (org) *Brasil em perspectiva*. 20^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- _____ “A expansão do café e política cafeeira”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, vol X. 2^a ed. São Paulo: Difel, 1977.
- _____ “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, vol IX. 2^a ed. São Paulo: Difel, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FISHLOW, Albert. “Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil”. In: *Estudos econômicos*, pp. 7-62 São Paulo, vol. 2, nº 6, dez/72.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas o capitalismo em construção: 1906 - 1954*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- _____ "A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil". In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 7 (1): 125-143, 1986.
- _____ “Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República”. In: *XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, João Pessoa, Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2004.
- _____ "Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930". In: *Revista de economia política*, vol. 23, no. 1 (89), jan-mar/2003.
- _____ .1930: A Revolução parte do Sul. In: *Breve inventário de temas do Sul*.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica brasileira*. 27^a ed. São Paulo: Cie Nacional, 1977.
- _____ *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1975.
- _____ “As relações internacionais”. In: *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Formação Econômica da América Latina. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970.

- FRANCO, Gustavo H. B. "Uma nota sobre a política fiscal durante os anos 30". In: *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro, 15 (2), 401 a 418, ago/1985.
- FRITSCH, Winston. *External constraints on economic policy in Brazil, 1889 – 1930*. Macmillan Press, 1988.
- GREMAUD, A.; SAES, Flávio e TONEDO, R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1997.
- HADDAD, Cláudio "Crescimento econômico do Brasil, 1900-1976". In: NEUHAUS, Paulo (coord). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- HERRLEIN, Ronaldo. "A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889 – 1930: uma nova interpretação". In: *Economia e Sociedade*. Campinas, vol. 13, nº 1 (22), jan/ jun 2004.
- HOBSBAWN, E. "Rumo ao abismo econômico". In: *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE – *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*.
- IBGE – *Anuários estatísticos do Brasil*, ano V (1939 – 1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1941.
- KULGEMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1986 (mimeo).
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira Republica Brasileira*. 2^a ed. Topbooks, 1988.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1975.

- LOVE, Joseph. "Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889 – 1937" In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, vol III. São Paulo: Difel, 1975.
- MALAN, Pedro Cesar et alli. *Política econômica externa e industrialização no Brasil* (1939/52). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structure politiques au Brésil*. Paris: Ed. Anthropos, 1976.
- NASCIMENTO, Benedito. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930/ 1945*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". In: *Estudos Cebrap 2*, São Paulo: outubro de 1972.
- OLIVEIRA, Lúcia. Introdução [ao] livro "Estado Novo: ideologia e poder". In: OLIVEIRA, Lúcia; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. "A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político!". In: GOMES, Ângela Castro (et all) *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PANDOLFI, Dulce Chaves e GRZYNSZPAN, Mario "Da revolução de 1930 ao golpe de 1937: a depuração das elites". In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 9, 1997, pp 07-24.
- PANSARDI, Marcos V. *Da revolução burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente à revolução*. Campinas: IFCH/ Unicamp (Dissertação de Doutorado), 2002.
- PELÁEZ, Carlos Manoel. "A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira". In: *Revista brasileira de economia*. FGV, ano XXII, no. 1, março, 1968.
- _____ *Economia brasileira contemporânea: origens e conjuntura atual*. Atlas, 1970.
- _____ *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

-
- "A política econômica do Presidente Vargas: Wirth e the politics of Brazilian development, 1930-1954". In: *Revista brasileira de economia*. RJ, 24 (3): 183/211, jul/set 1970.
-
- "Uma análise econômica da historia do café brasileiro". In: *NEUHAUS, Paulo (coord). Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PELÁEZ, Carlos Manoel & SUZIGAN Wilson. "Comportamento das instituições monetária no Brasil: 1852 - 1972". In: NEUHAUS, Paulo (coord). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
-
- História monetária do Brasil: análise do comportamento da política e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.
- PERISINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Editora Unicamp, 1994.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- Relatórios Banco do Brasil – anos diversos
- RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas: 1882-1950*. Casa Jorge, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. Ed. Fulgor, 1963.
- ROSA, Virgilio Santa. *O sentido do tenentismo*. 3ed. SP: Ed. Alfa Omega. 1976.
- SAES, Décio. *Classe média e o sistema político no Brasil*. T. A. Queiroz, Editor, São Paulo, 1985.
- SALGADO, Plínio." *Psicologia da revolução*" (maio/ 1933), vol 7. In: *Obras completas*. SP: Editora das Américas, 1955.
- SILBER, Simão "Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período de 1929-1939". In: VERSIANI, F. & MENDONÇA DE BARROS, J. R. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. Série Anpec de leituras de economia. Ed. Saraiva, 1977.
- SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.
- SKIDMORE, Thomas. "Era de Vargas". In: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- SOARES, Alcides Ribeiro. *Um século de economia açucareira: evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970*. São Paulo: Cliper Editora, 2000.
- SOUZA, Angelita Matos. *O estado dependente no Brasil (1889 – 1930)*. Campinas: IFCH/Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1995.
- STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/ 1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. "Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30". In: *Revista de economia política*. vol 4, no. 1, jan-mar/1984.
- _____. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. HUCITEC
- SZMRECSÁNYI, Tamás. "Celso Furtado e o início da industrialização do Brasil". In: *Revista de economia política*, vol 22 (86), abril-julho/ 2002. p 3 - 14.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & SAES, Flavio. "O capital estrangeiro no Brasil, 1880 –1930". In: *Revista de estudos econômicos*, vol. 15, nº 2, 1985.
- TAVARES, Maria Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 8^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol 1 (1930-1936). São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- _____. *Diário*. Vol 2 (1937-1942). São Paulo Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- _____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1938.
- VENANCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico: o direito público econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- VIANA, Cibilis. "Gênese e evolução da política de desenvolvimento do trabalhismo nacionalista – de Getúlio a Jango". In: *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERSIANI, Maria Teresa. "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. & MENDONÇA DE

- BARROS, J. R. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. Série Anpec de leituras de economia. Ed. Saraiva, 1977.
- VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política governo crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA: série monográfica, 1975.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. "Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República". In: *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995, p. 39-56*.
- WEFFORT, Francisco C. "O populismo na política brasileira". In: FURTADO, C. et alli *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed., 1968
- WIRTH. *A política de desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.
- WHITAKER, José Maria. *Letras de câmbio: criação, circulação, realização*. 6ª ed, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais Ltda, 1961.
- YOUNG, J. "Outubro de 1930: Conflito ou continuidade?" In: KEITH, H. e EDWARDS, S. (orgs) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.